

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

Carlise Porto Schneider

**AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDORISMO: UM ESTUDO SOBRE AS
TRAJETÓRIAS DE JOVENS EGRESSOS DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO
DO JOVEM RURAL (CEDEJOR) NO VALE DO RIO PARDO/RS.**

**Porto Alegre
2008**

Carlise Porto Schneider

AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDORISMO: UM ESTUDO SOBRE AS
TRAJETÓRIAS DE JOVENS EGRESSOS DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO
DO JOVEM RURAL (CEDEJOR) NO VALE DO RIO PARDO/RS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Fábio de Lima Beck

Série PGDR – Dissertação nº 83
Porto Alegre
2008

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS

S358a

Schneider, Carlise Porto

Agricultura familiar e empreendedorismo: um estudo sobre as trajetórias de jovens egressos do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) no Vale do Rio Pardo. / Carlise Porto Schneider. – Porto Alegre, 2008.

193 f. : il.

Orientador: Fábio de Lima Beck.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2008.

1. Jovem : Agricultura Familiar : Zona Rural. 2. Jovem : Empreendedor. 3. Agricultura Familiar : Rio Pardo, Vale(RS). 4. Agricultores : Rio Pardo, Vale(RS). 5. Agricultores : Agricultura Familiar. 6. Sociologia Rural. I. Beck, Fábio de Lima. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 316.334.55

Carlise Porto Schneider

AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDORISMO: UM ESTUDO SOBRE AS
TRAJETÓRIAS DE JOVENS EGRESSOS DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO
DO JOVEM RURAL (CEDEJOR) NO VALE DO RIO PARDO/RS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em Porto Alegre em 29 de fevereiro de 2008.

Prof. Dr. Fábio de Lima Beck
Presidente da banca – Faculdade de Agronomia/Departamento de Solos/UFRGS

Profa. Dra. Marta Júlia Marques Lopes
Escola de Enfermagem/Departamento de Assistência e Orientação
Profissional/UFRGS

Profa. Dra. Marlene Ribeiro
Faculdade de Educação/ Departamento de Estudos Básicos/UFRGS

Profa. Dra. Rita Inês Pauli Prieb
Centro de Ciências Sociais e Humanas/Departamento de Ciências
Econômicas/UFSM

Dedicatória,

Para meus Pais

Para Elcina e João

Para Dani e Tehila

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Doutor Fábio de Lima Beck que, como orientador, guiou este trabalho com tranqüilidade, paciência e sabedoria, acreditando no esforço e no desafio de concretizar esta pesquisa;

Ao CNPq, pelo apoio concedido e pela possibilidade de dedicação integral;

Aos professores doutores Marta Júlia Lopes, Tatiana Gerhardt, Paulo Waquil, Sergio Schneider, Ana Rocha, Cornélia Eckert e Milena Weber pelas críticas e sugestões que contribuíram para a elaboração desta dissertação;

Aos membros da banca de defesa da tese, professores doutores Marta Júlia Lopes, Marlene Ribeiro e Rita Inês Pauli Prieb, por aceitarem compor esta banca e, desde já, pelas contribuições que serão propostas;

Aos colegas do Grupo de Estudos em Agricultura Familiar (GEPAD).

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a todos os professores doutores do PGDR e às servidoras administrativas Eliane Sanguiné, Lisiane Correa e Marilene M. dos Santos;

À bibliotecária da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Eliane, que muito ajudou na formatação final do trabalho;

Aos meus colegas de mestrado, pelo compartilhamento de aflições, apoio e troca de conhecimento;

Aos jovens que participaram deste trabalho, pela disponibilidade e confiança, e por me permitirem coletar dados fundamentais para este trabalho;

Ao Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR), em particular ao coordenador executivo, professor doutor Wilson Schmidt (Feijão), ao coordenador do Núcleo Albardão, Leomar Fernando e todos os monitores que acompanharam o trabalho,

Aos meus pais, Zalete e Romildo, à Leni e Sérgio e à Eroni, que inúmeros dias e noites cuidaram da Tili enquanto eu trabalhava;

À tia Rosângela, pelas discussões e divagações,

À amiga Bárbara Costa, pela ajuda,

À minha amiga Verence, que em todos os momentos me acompanhou;

Ao Dani, pela paciência, pela confiança e por toda a ajuda.

À minha filha, Tehila, pela sua chegada.

Resumo

Este trabalho busca analisar as trajetórias dos jovens egressos do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) e suas ações no Vale do Rio Pardo/RS, que, atuando nos três estados do sul do país, através da pedagogia da alternância e do empreendedorismo, pretende oferecer ao jovem, filho de agricultor, o desenvolvimento das competências humanas, técnicas e gerenciais, incentivar um espírito empreendedor e promover o desenvolvimento local. A partir de uma perspectiva sociológica, busca-se entender quais os projetos desses jovens, desvendar o que move suas escolhas e suas estratégias de ação. Tendo como objetivo geral “Refletir sobre as representações que os egressos do CEDEJOR fazem de si mesmo, como agricultores ou como empreendedores, e identificar suas implicações para o desenvolvimento local e para a permanência do jovem no campo”, a pesquisa ancora-se na metodologia qualitativa a partir das Representações Sociais, ligada à Psicologia Social. Para tanto, mescla técnicas de pesquisas utilizadas nas áreas da Sociologia, Antropologia e Psicologia, como a “associação livre de palavras”, as entrevistas em profundidade, a fotografia como documentação e auto-representação e a observação participante. Tendo como recorte de estudo o cenário em que vivem os filhos de agricultores da região, foi necessário trazer à tona elementos que habitam os campos sociais (da política, da educação, da economia) no intuito de contextualizar suas ações, traçar suas trajetórias e tentar compreender seus projetos de vida. Apoiada na agricultura familiar, a região caracteriza-se pelas pequenas propriedades rurais e pelo cultivo do tabaco em um cenário sócio-econômico de grande dependência deste produto. Os habitantes da região têm, nesta cultura, a base de sua estruturação econômica e sócio-cultural. Além dos pequenos e médios produtores rurais da região dependerem, economicamente, deste cultivo, o fumo é também fonte de renda das camadas mais carentes da região, empregadas pela agroindústria nas épocas de safra. O cultivo, a industrialização e a exportação do fumo vêm se desenvolvendo desde 1891 e representam 80% da arrecadação tributária e geração de renda dos Vales do Rio Pardo. Se a família rural, cada vez mais se encontra integrada ao mercado, suas necessidades precisam ser supridas também por outras atividades para, inclusive, obter alternativas para sua reprodução social e econômica. Ao mesmo tempo, o êxodo dos jovens para a cidade compromete o futuro dessas regiões. Ao entrar no CEDEJOR, o jovem vislumbra outras possibilidades e (re)formula suas representações de mundo, alterando, assim, as suas relações sociais.

Palavras-chave: Jovens rurais. Representações sociais. Agricultura familiar. Empreendedorismo.

Abstract

This thesis aims to analyze the trajectories of the young emerged from the Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) and its work in Vale do Rio Pardo/RS. Established in three States southern of Brazil, [the Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR)], through its alternate pedagogy and Entrepreneurship, offers the youngster from agriculture farmers the possibility to develop human, technical and managing skills, in order to promote the local development. Under a sociological perspective, it has been tried to understand the projects of these adolescents, their choices and (strategies of action). Having as a general goal “the Reflection about the representations that these youngsters from CEDEJOR have about themselves, as agriculture farmers or as entrepreneurs and the identification of a whole set of implications for the local development”, this research is anchored in the Qualitative Methodology from the standpoint of Social Representations, connected to the Social Psychology. For this goal, the thesis mixes a various technics used in different areas of Sociology, Anthropology and Psychology, such as “free word-association”, deep interviews, fotography as documentation, auto-representation and observing participation. Having as a background the study of the place, where the farmers live, it was necessary to bring upon elements that are centered in their social sphere (elements from Politics, Education, Economy), in order to contextualize their actions, to trace their paths and to understand their life projects. Supported by familiar farmers, the region is characterized by small rural properties and for the cultivation of tobacco, in a cenario where a big dependency on this product it is seen. The inhabitants of this region have in the culture of tobacco the basis of their socio-cultural structure. Beyond the dependency from small and medium-sized farmers on tobacco, its influence is also very strong over other layers of the population, being the source of income for poor families, which are employed by the agroindustry during the harvest season. The cultivation, industrialization and exportation from tobacco are under development since 1981 and represent 80% of the tax revenue and income from the families in Vale do Rio Pardo/RS. Considering that the rural family is integrated in this market, its needs have to be supplied by other activities, in order to obtain another source of social and cultural reproduction. At the same time the exodus from young farmers to the cities damages the development of the region. When the youngster enters in the CEDEJOR he sees other possibilites and (re)formulates his representations of the world, changing his social relations.

Keywords: Rural youngster. Social representations. Familiar agriculture. Entrepreneurship.

Lista de figuras

Figura 1 – Fotografia A - Na Escola	10
Figura 2 – Fotografia B – Porta Plenária Letícia Sampaio	13
Figura 3 - Fotografia C - “Tobacco pays my bills”	22
Figura 4 - Fotografia D - Forno’s Drink	22
Figura 5 - Gráfico do Perfil do Produtor de Fumo	29
Figura 6 - Fotografia E - CEDEJOR	47
Figura 7 - Fotografia F – Área de Lazer CEDEJOR	48
Figura 8 - Fotografia G - Formatura Núcleo Albardão – 2006	49
Figura 9 - Elementos e Modo de Produção da Representação.....	89
Figura 10 - Fotografia H – Som.....	107
Figura 11 - Fotografia I – Celular.....	107
Figura 12 - Fotografia J – Tradição	108
Figura 13 - Fotografia K – Cadeira.....	109
Figura 14 - Fotografia L - Minha Mãe.....	110
Figura 15 - Fotografia M – Fonte de Renda da Família.....	113/146
Figura 16 - Fotografia N – Família.....	114
Figura 17 - Fotografia O – Eu.....	115
Figura 18 - Fotografia P - Minha Família.....	115
Figura 19 – Diagrama Núcleo Central e Sistema Periférico Empreendedorismo.....	121
Figura 20 – Diagrama Núcleo Central e Sistema Periférico – Agricultura.....	129
Figura 21 - Fotografia Q – Revista Marco Social, 2006.....	146

Lista de quadros

Quadro 1 - Cadeia Produtiva do Fumo (mundial)	30
Quadro 2 - Empreendedorismo - Ordem de Evocações.....	120
Quadro 3 – Empreendedorismo – Freqüência de Evocação.....	123
Quadro 4 – Agricultura – Ordem de Evocação.....	129
Quadro 5 - Agricultura – Freqüência de Evocações.....	131



Figura 1 - Fotografia A: Na Escola
Autora: Jovem E
Rincão D'el Rei/Rio Pardo/RS

SUMÁRIO

1 Introdução.....	14
2 Contextualizando o estudo.....	23
2.1 A região de estudo e as famílias fumicultoras	24
2.2 A indústria fumageira no mundo e no Brasil.....	30
2.2.1 Origem e desenvolvimento.....	30
2.2.2 As resistências e novas estratégias	34
2.3 O British American Tobaccos e a Souza Cruz Tabacos.....	35
2.4 O Instituto Souza Cruz e o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural.....	42
3 Referencial teórico.....	55
3.1 A agricultura familiar no Brasil.....	55
3.2 O jovem rural e a agricultura familiar.....	61
3.3 Desenvolvimento e desenvolvimento local.....	66
3.4 Empreendedorismo e educação.....	71
3.5 Representações Sociais.....	78
4 A investigação e seus achados	84
4.1 A definição da área de pesquisa	84
4.2 A escolha dos sujeitos.....	85
4.3 Os temas centrais: empreendedorismo e agricultura	86
4.4 O primeiro objetivo específico: a trajetória original dos egressos, sua inserção nos contextos familiar e local e os vínculos com o CEDEJOR	87
4.5 O segundo objetivo específico: as representações sociais que os jovens fazem de si mesmo como agricultores e como empreendedores	92
4.6. Reflexões Parciais: Conflitos e Dilemas a partir das Representações Sociais.....	129

5 Reflexões finais	138
Referências	154
Apêndice A – Título dos Projetos de Diversificação da Propriedade.....	166
Apêndice B – As Trajetórias Individuais dos 21 Egressos	167
Apêndice C - Questionário Sócio demográfico	180
Apêndice D - Roteiro Associação Livre de Palavras.....	183
Apêndice E – Roteiro Entrevista em Profundidade.....	184
Apêndice F – Termo de Responsabilidade e Autorização de Veiculação de Informação e Imagem	186
Apêndice G – Instruções para Utilização da Máquina Fotográfica	187
Anexo A – Estrutura dos Projetos de Diversificação da Propriedade	189
Anexo B – “Cria enjeitada”, de João Chagas Leite	191
Anexo C – O futuro já chegou à pequena propriedade.....	192
Anexo D – Fumo: o começo de tudo	193

Como você se vê daqui a
cinco ou dez anos?

Como imagina sua situação? O
que imagina que estará fazendo?

Então?

1 Introdução

[...] A invocação que acompanha a travessia de um curso d'água divide-se em várias partes que correspondem respectivamente ao momento em que os viajantes colocam os pés na água, em que os deslocam, em que a água recobre seus pés inteiramente; a inovação ao vento separa os momentos em que o frescor é percebido somente nas partes molhadas do corpo [...]. Como assinala o informante, “devemos dirigir um encantamento especial a cada coisa que encontramos, pois Tirawa, o espírito supremo, reside em todas as coisas, e tudo aquilo que encontramos no caminho pode nos socorrer... Fomos ensinados a prestar atenção a tudo que vemos” [...] (LÉVI-STRAUSS, 2004: 25).

Em 1998, tive meu primeiro contato direto com a fumageira ao ser contratada por uma agência de publicidade da região para prestar consultoria de planejamento estratégico e de comunicação. Ao escrever para o jornal interno de uma fumageira de médio porte sobre as atividades culturais que estas empresas propiciam aos alunos da rede municipal dos Vales do Rio Pardo e Taquari, vivenciei um cenário inesquecível. Cerca de 150 crianças, monitoradas por professoras, circulavam pelo interior de uma fumageira e ouviam frases como: “Daqui vem o sustento da família de vocês!” e “Nós nos preocupamos com a educação e a saúde dos nossos funcionários!”. Dentre todas as palavras evocadas foram as da diretora da escola, que mais chamaram minha atenção: “Finalmente estamos fazendo Paulo Freire!”. Em silêncio, me perguntei o que seria fazer Paulo Freire para ela. Após a visita, as crianças foram levadas para um salão decorado no qual palhaços organizavam brincadeiras. Tudo “regado” a bolo, refrigerante e cachorro quente.

Esse foi o principal motivo da minha decisão em estudar e conhecer o mundo dos filhos de fumicultores.

Como descendente de alemães e oriunda desta região, na qual vivi até meus 16 anos, presenciei, desde a infância, a relação do colono com as fumageiras. Com o passar do tempo, vivenciei ainda mais o cotidiano das famílias e percebi a interferência das empresas nas comunidades rurais, o que me causou desconforto.

Em 2005, conheci o Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

No mesmo ano, decidi deixar o trabalho de gerência em um shopping da região e voltar-me à vida acadêmica, no intuito de aprofundar o conhecimento sobre a influência que as empresas ligadas ao beneficiamento e exportação do fumo exercem no Vale do Rio Pardo.

Ingressei no Mestrado em Desenvolvimento Rural e decidi estudar o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR), *Programa Empreendedorismo do Jovem Rural*, implementado pelo Instituto Souza Cruz no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Os núcleos¹, localizados no Rio Grande do Sul, encontram-se no Vale do Rio Pardo, uma área fortemente ligada ao cultivo do tabaco.

É comum se ver em carros da região um decalque com a expressão *TOBACCO PAYS MY BILLS* (em português: “o fumo paga as minhas contas”). Esta expressão é o reflexo do estreito envolvimento cultural, ideológico e econômico da região do Vale do Rio Pardo com o cultivo do tabaco, que ali acontece desde 1849. A importância das atividades ligadas ao fumo, inclusive como principal fonte de renda, pode ser atribuída tanto pelo crescimento e riqueza gerados para a agroindústria e para o PIB da região, quanto pela importância na sua história.

O jovem desta região, ao ingressar no CEDEJOR, se depara com três cartazes expostos na porta da sala de aula²: “Como você se vê daqui a cinco ou dez anos? Como imagina sua situação? O que imagina que estará fazendo? Então?”.

Percebe-se que, ao ingressar no Centro, os jovens são questionados sobre seu futuro, de suas famílias e, ao mesmo tempo, é exigida uma tomada de decisão. Além disso, encontra-se um cenário sócio-econômico-cultural em crise e repleto de dúvidas em relação a este cultivo, a partir da ratificação pelo Brasil da Convenção-Quadro³. Somando-se a isso, tem-se a insatisfação dos jovens com o trabalho pesado do plantio do fumo, o desejo de mudança e a ambivalência que acompanha esta fase da vida.

Apesar deste cultivo ser a base econômica da região, a permanência do jovem no campo vem sendo ameaçada pela falta de perspectivas e pela diminuição

¹O CEDEJOR apresentava dois núcleos no Rio Grande do Sul: Alto Paredão, distrito de Santa Cruz do Sul, e Albardão, distrito do município de Rio Pardo. A partir de 2007, foram unificados no Núcleo Albardão.

²A sala de aula é denominada “Plenária Leticia Sampaio”. Leticia é diretora do Instituto Souza Cruz e incentivou a criação do Centro. Segundo os educadores, a sala é considerada uma plenária porque é um espaço de debates e discussões.

³A Convenção-Quadro surge das reivindicações da sociedade civil frente a gama de informações sobre os problemas que o cigarro pode causar à saúde humana. Em fevereiro de 2004, o tratado internacional contra o tabagismo entrou em vigor, propondo mudanças na oferta e na demanda de cigarro em todo o mundo. Ratificado por 57 países - dos 192 membros da Organização Mundial da Saúde (OMS), ele obteve a aprovação mais rápida na história das Nações Unidas. Em outubro de 2005, o Brasil ratificou o tratado. Além da ratificação do tratado da Convenção-Quadro, o plantio do fumo vem sendo questionado pelo uso dos agrotóxicos e suas consequências para a saúde humana (usuário e produtor) e os danos causados para o meio ambiente (entre eles o desgaste do solo, o uso da mata nativa no forno do fumo e a contaminação das águas).

da renda familiar do agricultor. A partir dessa problemática, o CEDEJOR pretende revitalizar as condições de vida na região através de uma educação voltada ao empreendedorismo. Cabe ressaltar que o debate sobre o futuro das regiões rurais tem sido destacado, em nível nacional, por diversos intelectuais (CARNEIRO; VEIGA; SILVA; ABRAMOVAY) e permite formular questões como:

- a crise da agricultura brasileira, caracterizada pela falta de perspectivas para quem permanece na propriedade familiar e a carência de políticas públicas direcionadas ao jovem do campo, pode ser amenizada através da implantação de ações que inserem conceitos de empreendedorismo?

A educação empreendedora insere uma nova forma de o jovem pensar o meio em que vive e se apresenta como uma oportunidade de mudar de vida. Entretanto, percebe-se que o universo simbólico desses jovens vem sendo constantemente re-elaborado. Há uma complexa rede de imagens que servem como referência para a construção de significados de espaço (campo/cidade), natureza e família. Além disso, as mudanças no mercado de trabalho e a inserção de novos valores ampliam os espaços de socialização dos jovens, modificando o seu comportamento e a hierarquia familiar.

Este contexto dá espaço para que os jovens revelem-se um grupo revestido de um novo papel: um protagonista capaz de exercer ações estratégicas no desenvolvimento local. Assim, analisar as práticas voltadas ao empreendedorismo e as ações que orientam as relações socioculturais e econômicas dos jovens no Vale do Rio Pardo, significa trazer à tona elementos que ajudam a conhecer melhor esses sujeitos e entender de que forma acontece a mediação da agroindústria do fumo e as conseqüências dessas ações no futuro do jovem rural.

Alguns estudos falam sobre os danos causados pela produção de fumo ao meio ambiente e à saúde humana, sobre as relações da empresa com os produtores, a cadeia produtiva e as conseqüências para a agricultura familiar na região⁴. Entretanto, faltam trabalhos que demonstrem as repercussões que projetos voltados à educação no campo têm no cotidiano dos jovens, seja conhecendo as representações que os agentes formulam, seja examinando os conflitos que surgem

⁴Dentre estes LIEDKE ("Capitalismo e camponeses: relações entre indústria e agricultura na produção de fumo no RS", 1977); JOB ("Os colonos do fumo: tobacco pays my bills", 2003); PRIEB ("Pluriatividade na produção familiar fumageira", 2005); ETGES ("A produção de tabaco: impacto no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul/RS", 2006).

durante a permanência nos projetos. É esta carência que o presente trabalho busca suprir.

Considerando que o Centro utiliza a noção de empreendedorismo como instrumento chave para oferecer uma perspectiva de desenvolvimento e permanência do jovem no campo e que esta noção traz consigo um conjunto de novos valores e demandas para o jovem rural, este trabalho define como ponto de partida as seguintes questões:

- Quais as representações sociais que estes jovens fazem de si mesmo como agricultores e empreendedores?

- Os egressos do CEDEJOR têm permanecido no meio rural e contribuído para o processo de desenvolvimento local?

Para responder estas questões têm-se as seguintes hipóteses:

- 1) os jovens rurais encontram-se imersos em uma realidade marcada pelo estreitamento das fronteiras entre o rural e o urbano e pelas novas relações de trabalho e produção. Logo, surgem conflitos nas representações de mundo e de si mesmo, os quais modificam a sua relação com a família e com a propriedade;
- 2) ao ampliar as oportunidades de trabalho e incentivar o desenvolvimento local através do empreendedorismo, as ações do Centro são afetadas pela falta de condições econômicas e culturais para a execução dos projetos e pelo descrédito dos pais. Tal situação gera um sentimento de frustração, podendo gerar efeito contrário, incentivar o abandono do meio rural e deixar de contribuir efetivamente para o desenvolvimento local.

Para buscar respostas às questões e testar as hipóteses, o trabalho apresenta um objetivo geral: refletir sobre as representações que os egressos do CEDEJOR fazem de si mesmo, como agricultores e como empreendedores, e identificar suas implicações para o desenvolvimento local e para a permanência do jovem no campo.

Para atender este objetivo o trabalho foi desdobrado em dois objetivos específicos: 1) descrever a trajetória original dos egressos do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural, examinando sua inserção nos contextos familiar e

local e as razões que os levaram a entrar no Centro; 2) identificar as representações sociais que os jovens fazem de si mesmo, como agricultores e empreendedores.

O esforço para desenvolver os objetivos acima, através da pesquisa, associado à formação acadêmica obtida no PGDR, produz a presente dissertação que está estruturada em cinco capítulos. Após a introdução segue o segundo capítulo, **Contextualizando o estudo**, corresponde a um levantamento bibliográfico e documental a partir do qual se buscou contextualizar o Vale do Rio Pardo e as unidades familiares plantadoras de fumo. O capítulo destaca o processo de formação histórica da região, a chegada dos imigrantes alemães ao sul do Brasil e as características destas famílias.

Para compreender o contexto em que estão inseridas as famílias, em um segundo momento, apresentou-se o cenário, mundial e local, em que as indústrias fumageiras surgiram, bem como o início do plantio do tabaco no mundo e no Brasil. Após situar historicamente a indústria e o fumo, foi realizada uma descrição do grupo internacional British American Tobacos (BAT), em especial da Souza Cruz Tabacos, de quem a primeira detém o controle acionário.

Para finalizar o capítulo, foi feita uma explanação sobre o Instituto Souza Cruz (ISC) e o CEDEJOR. O instituto, criado e mantido pela Souza Cruz Tabacos, viabiliza as ações voltadas aos jovens do campo através do Centro.

O terceiro capítulo, **Referencial teórico**, trata dos autores utilizados nas análises sobre a situação da agricultura familiar, o empreendedorismo, o desenvolvimento local, os jovens rurais e as representações sociais. No que se refere à agricultura familiar foram utilizadas as contribuições teóricas de Maria de Nazaré Wanderley, Sérgio Schneider, Ricardo Abramovay e Bernardo Mançano Fernandes. Os autores refletem sobre a importância das unidades familiares de produção e seu novo papel na contemporaneidade.

Para Wanderley, a agricultura familiar é aquela que detém e gerencia os meios de produção e encontra-se calcada no auto-consumo e em atividades não-agrícolas. Schneider afirma a existência remota das atividades não-agrícolas nas propriedades e destaca a pluriatividade. Já Abramovay ressalta a integração do agricultor familiar ao mercado. Mançano Fernandes polemiza o tema ao anunciar que o modo de produção capitalista modificou o modo de vida do camponês e que a criação da expressão “agricultura familiar” tenta neutralizar a luta dos agricultores.

No que tange ao empreendedorismo, David Harvey lança críticas a essa idéia, oriunda do neoliberalismo, e reflete sobre suas conseqüências para a sociedade. Para José Eli da Veiga, o termo vem sendo utilizado erroneamente e tem apoiado propostas que fogem da idéia de empreendedorismo, lançada por Schumpeter.

Da mesma forma, o desenvolvimento local tem sido alvo de críticas. Conforme Zander Navarro, o desenvolvimento local parte de uma frágil premissa: a de que os agentes locais estão preparados para desempenhar ações locais. Segundo Abramovay, para que ocorra desenvolvimento local, é necessário que o capital social seja fortalecido e indica a necessidade de ações voltadas aos jovens do campo. Sob outra perspectiva, Boaventura dos Santos encontra no local uma forma de lutar contra fatores hegemônicos.

Os jovens rurais são abordados a partir das contribuições de Patrick Champagne e Maria José Carneiro. Se Champagne ressaltava os problemas de identidade que vêm acontecendo com os filhos de agricultores, Carneiro considera que as mudanças no mundo rural não necessariamente descaracterizam o sistema social e cultural em que vivem os jovens.

Também como referencial teórico utilizou-se as representações sociais. Desenvolvida por Moscovici e utilizada por vários autores, entre eles Sandra Jovchelovitch, este aparato teórico permitiu reflexões mais aprofundadas sobre as transformações e os conflitos no cotidiano dos egressos do CEDEJOR e de suas famílias.

O quarto capítulo, denominado **A investigação e seus achados**, refere-se à investigação empírica, através da qual se busca desenvolver os objetivos específicos da pesquisa e, através deles, alcançar o objetivo geral da dissertação. Para o primeiro, foi necessário aplicar um questionário sócio-demográfico, realizar um levantamento de dados secundários (a partir da mídia local, de trabalhos acadêmicos e de estatísticas oficiais) e promover anotações em um diário de campo, bem como analisar os projetos de diversificação da produção, elaborados pelos egressos.

Para o segundo objetivo, num esforço de conhecer as representações que os jovens possuem sobre si mesmo, como agricultores e como empreendedores, utilizou-se as perspectivas teórica e metodológica das representações sociais (RS). Sua aplicação como perspectiva teórico-analítica e metodológica de pesquisa deve-

se à necessidade de entender melhor os motivos que levam os jovens rurais a permanecerem no campo ou saírem em busca de novas perspectivas na cidade. Para desvendar o porquê de suas escolhas e entender seus projetos de vida, pretende-se desvendar seus contextos, sonhos, conflitos e medos, através do estudo das representações sociais. Para tanto, é preciso considerar também a contextualização sócio-econômica, cultural e histórica em que estes jovens vivem.

De forma complementar as técnicas para coletar as representações, fez-se necessário utilizar a observação participante e a imagem fotográfica, tanto aquela captada pelo pesquisador quanto pelos informantes, como uma forma de penetrar nesses diferentes mundos. Para tanto foram fornecidas máquinas fotográficas descartáveis e solicitado o registro de imagens relevantes do cotidiano dos jovens. A fotografia foi tratada como um ato auto-representativo a partir de alguns temas pré-definidos: “eu”, “minha família”, “meu trabalho”.

O capítulo cinco, chamado **Reflexões finais**, procura associar os achados da investigação empírica com os referenciais teóricos e as motivações do autor. As convergências encontradas entre as representações dos jovens sobre agricultura e empreendedorismo, e as ações do CEDEJOR, levaram a pensar que estes agentes têm sido revestidos de uma nova função: protagonistas capazes de exercer ações estratégicas no desenvolvimento local. Esta função, imposta aos jovens, tem gerado conflitos e frustrações no momento em que eles retornam às propriedades, tendo em vista que, para os entrevistados, o Centro parece ter sido considerado a última esperança de acreditar e permanecer no meio rural.

"TOBACCO PAYS MY BILLS"

Figura 3 – Fotografia C-- Tobacco pays my bills
Fonte: Brasfumo Tabacos



Figura 4 - Fotografia D: Forno's Drink
Autor: Carlise Schneider
Período/local: junho 2006/Rio Pardo/RS

2 Contextualizando o estudo

Este capítulo tem como objetivo apresentar algumas características centrais da região do Vale do Rio Pardo, na qual vivem os jovens egressos do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR). Ele encontra-se dividido em quatro partes: a região de estudo e as famílias fumicultoras; a indústria fumageira no mundo e no Brasil; a British American Tobaccos e a Souza Cruz Tabacos; e o Instituto Souza Cruz e o CEDEJOR.

No que se refere à região de estudo, são trazidas informações sobre a contextualização histórica e a localização geográfica da região, os principais cultivos agrícolas, a introdução do tabaco na região e algumas peculiaridades do tabaco¹. O segundo ponto tratado, a indústria fumageira no mundo e no Brasil, pretende mapear brevemente a evolução desta indústria, bem como as resistências sofridas ao longo do tempo. Prosseguindo, busca-se explicar algumas considerações sobre a British American Tobacco, o grupo BAT e a Souza Cruz Tabacos. Para finalizar, apresenta-se o Instituto Souza Cruz (ISC) e o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR).

¹O tabaco, ou fumo, são usados como sinônimos neste estudo. Estes são nomes dados à planta *Nicotiana Tabacum L.* da família *solanaceae*, da qual se extrai a nicotina.

2.1 A região de estudo e as famílias fumicultoras

Para entender a situação atual da unidade de produção familiar da região, é preciso remontar ao surgimento do Vale do Rio Pardo e à criação da Colônia de Santa Cruz.

A partir do Tratado de Tordesilhas (1494), a região, onde hoje se localiza o Rio Grande do Sul, esteve sob o domínio da colonização hispânica, mas como não oferecia atrativos econômicos para os espanhóis permaneceu durante duzentos anos sem ser explorada.

Em 1650, a coroa portuguesa iniciou a distribuição de sesmarias no litoral do Rio Grande do Sul, com o intuito de resgatar as terras localizadas entre Laguna e Colônia do Santíssimo Sacramento. Após o tratado de Madrid (1750), anexou a região e estabeleceu a Fortaleza Jesus Maria José, nas margens do Rio Jacuí. Neste local, em 1846, foi fundado o município de Rio Pardo que, até meados do século XIX, era um importante centro mercantil e militar (KARNOPP, 2003) e, cuja função estratégica visava defender os interesses lusos (VOGT, 1997).

Com o passar do tempo, “[...] novos municípios foram surgindo e o capital acumulado com o comércio passou a ser distribuído na região [...]” (BASSAN, 2003: 26). Com a criação do barco a vapor, os comerciantes tiveram novas opções, passando a negociar e comercializar seus produtos em Porto Alegre, enfraquecendo a economia local. Tais acontecimentos alteraram os rumos do município, que permanece estagnado até os dias de hoje.

De 1849 a 1852 chegaram imigrantes para compôr a colônia de Santa Cruz. A colônia situava-se no município de Rio Pardo, em um caminho aberto por criadores de gado, que ligava Cruz Alta a Rio Pardo, atualmente denominado Linha Santa Cruz (JOB, 2003).

A relação dos imigrantes com o novo mundo sempre foi complexa. Inicialmente, o colono dependia do governo (fornecimento de ferramentas para o trabalho, alimentação, armas, pólvora), dos agentes privados de imigração (a partir de 1851) e dos senhores da terra². O regime de trabalho colonial, baseado nas queimadas e no uso intensivo do solo, fazia com que os colonos³ permanecessem

²Para mais informações ver a dissertação de Luciana Job (2003).

³Conforme Schneider (2004), a palavra colono (Kolonie), empregada no sul do Brasil, corresponde

por pouco tempo nas terras e fossem em busca de solos mais ricos (SCHNEIDER, 2004).

Com o desenvolvimento da produção do fumo da região, em 1872, a Colônia passa a ser distrito e, em 1878, torna-se Município de São João de Santa Cruz. Hoje, Santa Cruz do Sul, calcado nas indústrias do tabaco é considerado um município próspero, enquanto Rio Pardo, ao contrário, é representado como um local que, segundo os habitantes da região, “parou no tempo”.

Há um consenso entre os autores que estudam as relações de trabalho na unidade de produção familiar (UPF) e o cultivo de tabaco no sul do Brasil: ao mesmo tempo em que estes agricultores, detentores dos meios de produção, são mediados por relações de parentesco, encontram-se também inseridos no mercado capitalista, que, por sua vez, tem interesse na sua manutenção (VOGT, 1997). Como ressalta Liedke, ocorre “um processo de dominação do capital sobre a produção agrícola, através de um processo de concentração vertical, em que o setor industrial, controlando a produção e comercialização do fumo, determina os níveis de remuneração dos camponeses, segundo as suas necessidades de acumulação” (LIEDKE, 1977: 19).

Percebe-se que a agricultura familiar no Vale do Rio Pardo apresenta algumas peculiaridades advindas das relações estabelecidas com os colonos imigrantes desde sua chegada. Assim, apesar dos pequenos e médios produtores rurais da região serem economicamente dependentes deste cultivo, o fumo é também fonte de renda das camadas mais carentes da região, que se encontram nas periferias das cidades e são empregadas pela agroindústria nas épocas de safra.

Situado no sul do Brasil, o Vale do Rio Pardo é composto por vinte e dois municípios, sendo que, do total, apenas sete possuem população urbana superior à população rural. São 421.211 mil habitantes que vivem numa área de 14.206,8 km².

No Vale do Rio Pardo, as propriedades têm em média 16 hectares. Além do fumo, as famílias plantam batata, arroz, cebola, feijão, mandioca e criam peixes, suínos, bovinos e aves. Porém, a renda advinda do fumo corresponde a 72% do valor produzido na propriedade, enquanto os outros cultivos têm como função a

àqueles que vivem em uma colônia e se origina no processo de introdução de “[...] habitantes alienígenas num lugar onde eram inexistentes e inseri-los em atividades agrícolas.” (SCHNEIDER, 2004A).

subsistência e o comércio de alguns excedentes na própria localidade e em feiras nas cidades próximas.

A região mais industrializada abrange Santa Cruz do Sul, Rio Pardo, Venâncio Aires e Vera Cruz. O tabaco pode ser considerado como organizador do espaço regional. De acordo com a Associação dos Fumicultores do Brasil, na região sul do país, existem 182.650 mil famílias ligadas ao tabaco (ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL, 2007).

Segundo Karnopp, a região encontra-se desigualmente desenvolvida, mas apresenta uma identidade comum: a produção do tabaco atua como organizadora do espaço regional (exceto o município de Pântano Grande).

Conforme a autora, pode-se localizar três sub-regiões: *norte*, formada por descendentes de alemães, italianos e luso-brasileiros e com o predomínio da pequena a média propriedade voltados ao cultivo do fumo; *centro*, formada principalmente por descendentes de alemães e composta por pequenas propriedades ligadas ao cultivo do tabaco; e *sul*, formadas na maior parte pela etnia luso-brasileira, com grandes e médias propriedades, ligadas às atividades agro-pastoris, dedicadas à pecuária.

Os municípios de Santa Cruz do Sul, Rio Pardo e Encruzilhada do Sul detém o maior número de empregos efetivos ligados à agricultura. Segundo Bassan (2003), além do aumento da terceirização de atividades meio-utilizadas pela indústria ter diminuído o emprego formal na região, outro importante fator deve ser considerado: o processo de migração da população rural para a cidade.

Em relação ao índice de empregos no setor agrícola e industrial no Vale do Rio Pardo, há uma concentração de empregos em Santa Cruz do Sul, que detém maior PIB *per capita*. Para Bassan (2003), houve uma queda acentuada no setor industrial e o número de empregados temporários (na época de safra) é, cada vez mais, superior ao número de funcionários efetivos (BASSAN, 2003).

O tabaco surge nas proximidades dos municípios de Santa Cruz do Sul, nas pequenas propriedades baseadas na agricultura familiar. A adesão ao cultivo deste cultivo deu-se, principalmente, porque o solo da região é pouco produtivo, ou seja, não adequado para o plantio da soja, trigo e pecuária extensiva (ETGES, 1991). Nas propriedades também cultivam hortas e produtos de subsistência, mas a principal atividade é o fumo.

As unidades de produção familiares na região, que mantém fortes laços com o mercado, são compostas de pequenos proprietários, “cuja exploração agrária é mercantil e fulcra-se, essencialmente, na força de trabalho familiar, que muito eventualmente, suplementa-se de trabalho eventual” (JOB, 2003: 78). Os produtores, desde seus primórdios, estiveram ligados ao mercado capitalista através do circuito do fumo.

Se na família e na propriedade poucas mudanças se percebem no decorrer dos anos, na indústria isso não acontece. Em 1918, a Souza Cruz implanta um novo modelo de plantio denominado Sistema de Produção Integrada, o qual acompanha as transformações do plantio do fumo. As empresas passam a fornecer para os agricultores familiares as sementes, agrotóxicos e instruir sobre o que e como plantar. Garantem, inclusive, a compra da safra⁴.

Inicialmente, os imigrantes cultivavam o fumo de corda (preto). Buscando atender ao mercado internacional, os colonos foram incentivados a substituí-lo pela produção do fumo Burley (preparado em galpão) e Virgínia (preparado em estufa)⁵.

O estreitamento das relações com o mercado externo e a mudança na forma de plantar aceleraram nos anos 50. A Revolução Verde⁶ introduziu na agricultura um processo de modernização com a finalidade de aumentar a produtividade agrícola através de um “pacote tecnológico” de combate às doenças, pragas, fertilização e técnicas de correção do solo, que marginalizou discussões sobre suas possíveis consequências ambientais e sociais.

Conforme o Núcleo de Pesquisas Sociais da UNISC, apenas 0,5% dos fumicultores sul-brasileiro são analfabetos. A maioria, cerca de 90%, têm o ensino fundamental completo, 6% o ensino fundamental incompleto, 1,2% o ensino médio completo incompleto, 0,3% superior incompleto, mas não registra tampouco algum que possua diploma referente ao superior completo.

⁴Para mais informações ver “Pluriatividade na produção familiar fumageira” (2005), de Rita Inês Pauli Prieb e “A produção de fumo em Santa Cruz do Sul” (1995), de Oligário Vogt.

⁵A classificação é extremamente técnica. Existem 48 classes do fumo Virgínia, 29 categorias resultantes para classificação do fumo Burley e 18 classes do fumo Comum. Dentre aqueles processados no Brasil, destacam-se o Virgínia, o Burley e o Comum. Conforme Prieb (2005), os agricultores classificam o fumo antes da sua chegada às processadoras. Entretanto, o que realmente importa é a sua reclassificação na entrega do produto.

⁶A partir de 1950, nos países do terceiro mundo foram introduzidas novas práticas agrícolas ancoradas no uso intensivo de produtos químicos e instrumentos mecânicos nas lavouras, alegando-se a necessidade do aumento da produção de alimentos para a erradicação da fome no mundo, o que resultou em novo modelo tecnológico de agricultura.

Em relação à infra-estrutura, 53,9% dos fumicultores residem em casas de alvenaria e 46,1%, em chalés. Em média, cada moradia comporta seis cômodos. Além disso, 97,9% das residências estão dotadas de energia elétrica. O tamanho médio da família é de 4,6 pessoas, destas, 2,9 trabalham no fumo, 1,1 não trabalham e 0,6 são independentes. Quando necessário, principalmente durante a colheita, a família terceiriza a contratação de mão-de-obra (AFUBRA, 2007).

De acordo com dados da AFUBRA, expostos no gráfico abaixo, no sul do Brasil, as unidades de produção familiar, na safra 2005/2006, apresentavam área média de 16,8 hectares, dos quais 2,7 hectares, em média, utilizados para o cultivo de fumo.

Figura 5 - Gráfico: Perfil do Produtor de Fumo



Fonte: AFUBRA

No Brasil, o faturamento do setor, em 2006, gerou uma renda bruta total de 14 bilhões de reais. Do total, 7 bilhões de reais (50%) foram destinados ao governo na forma de tributos. Cerca de três bilhões (21%) foram destinados às indústrias, três bilhões de reais (23%) ficaram com os produtores e o faturamento dos varejistas ficou em torno de novecentos mil reais (6%).

No sul do Brasil, as exportações relativas à safra 2006 alcançaram cerca de 560.000 mil toneladas. A produção anual, na safra 2006/2007, envolvendo todos os tipos de folhas de fumo, foi projetada em 792 mil toneladas (AFUBRA, 2007?a).

Na safra 2006/2007, no sul do Brasil, 184 mil famílias foram envolvidas com o plantio do fumo, 776 municípios e 362 mil hectares cultivados. A produção foi de 768.670 toneladas. Na safra 2005/2006, a renda bruta dos produtores foi de R\$ 3,2 bilhões (AFUBRA, 2007b?).

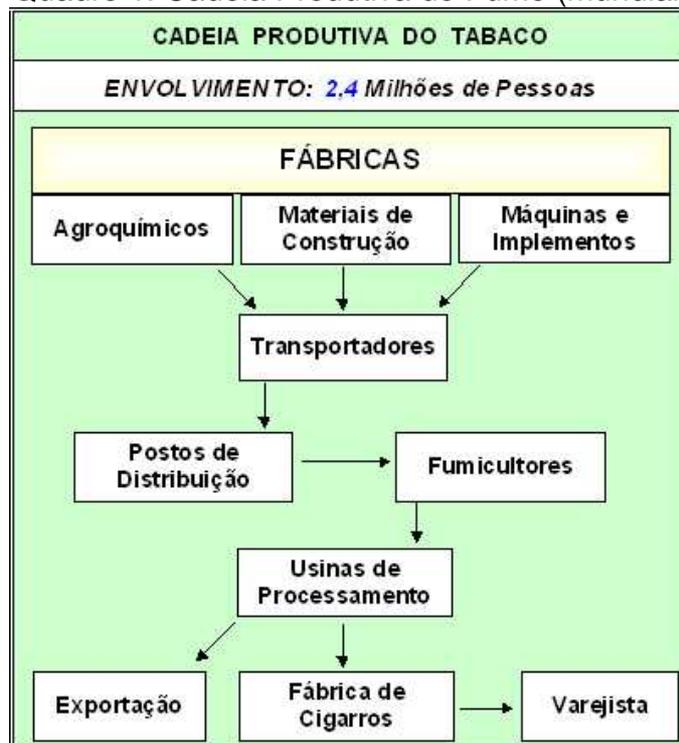
2.2 A indústria fumageira no mundo e no Brasil

2.2.1 Origem e desenvolvimento

O tabaco é uma cultura agrícola não-alimentícia que rege a economia de mais de 150 países e a sua cadeia produtiva envolve, no mundo, 2,4 milhões de pessoas. Os impostos e taxas sobre o tabaco são fonte de receita para quase todos os governos. Conforme a Souza Cruz, no Sri Lanka, a receita proveniente do tabaco chega a 10% de tudo que o governo arrecada. No Quênia e no Brasil, o número é de cerca de 6%.

De acordo com o quadro abaixo, a cadeia produtiva do tabaco envolve agroquímicos, materiais de construção, máquinas e implementos, transportadoras, postos de distribuição, fumicultores, safristas, usinas de processamento, exportação, fábrica de cigarros e varejistas.

Quadro 1: Cadeia Produtiva do Fumo (mundial)



Fonte: AFUBRA

A origem do fumo é incerta. A AFUBRA considera que o ele seria consumido na Ásia desde o século IX, mas, para Nardi (1985) e Seffrin (1995), ele pode ter surgido nos Andes Bolivianos e, através das migrações dos índios Tupi-Guaranis, chegado ao território brasileiro.

A Souza Cruz adota a teoria de que suas origens estão nos Andes, migrando com os índios para a América Central, chegando ao Brasil.

Conforme Frozza *et alii* (1998), o fumo tem maior probabilidade de ter surgido, há cerca de quatro mil anos, na América do Norte e Central, com os Maias. Vogt também ressalta “[...] os maias, antigos habitantes da área, queimavam as folhas secas de tabaco em seus templos, como uma espécie de incenso, durante as cerimônias religiosas” (VOGT, 1997: 35).

Segundo ele, os maias levavam os cigarros de folha seca em suas viagens e teriam presenteado Colombo, ao chegar em San Salvador/El Salvador no ano de 1492. O uso da planta pelos índios americanos estava associado a rituais mágico-religiosos e medicinais (cura de feridas, doenças de estômagos, asma, etc). Nas culturas indígenas, o sacerdote, o cacique e o pajé entravam em transe aspirando “rapé” (tabaco em pó)⁷.

No Brasil, no século XVI, os portugueses encontraram o tabaco sendo utilizado pelos índios de diversas formas: nas cerimônias religiosas, comido, bebido, mascado e cheirado. O primeiro registro do cultivo da folha no país data do início do século XVII (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO FUMO, 2007).

Com as viagens dos colonizadores pelo Oceano Atlântico, o tabaco chegou à praticamente todos os continentes. Na África, levado pelos colonizadores, o fumo se expandiu com facilidade e passou a ser muito utilizado em rituais religiosos.

Vogt, ao lembrar a necessidade de cuidados especiais e muita mão-de-obra deste cultivo, aponta relações escravistas de produção nas lavouras (VOGT, 1997). Sem um mercado interno estabelecido, o produto cultivado no Brasil foi levado à Portugal. No início do século XVI, com a fama do produto medicinal, o embaixador da França em Portugal, Jean Nicot, decidiu levar o tabaco para o seu país e ajudar a rainha *Catarina de Médicis* em suas crises de enxaqueca. A planta do tabaco, *nicotiana*, tem como origem seu sobrenome, *Nicot*.

O fumo consumido pelas cortes era o rapé (ou “pó para pitar”). Este, considerado como mercadoria de luxo, era diferente daquele usado pelos marinheiros e soldados: o fumo em corda, que podia ser fumado ou mascado.

As lavouras, no Brasil, iniciaram no Recôncavo Baiano, que correspondia às necessidades climáticas da planta (temperatura ideal entre 17° e 27°, presença da

⁷Referido por Vogt, o Tratado da Terra e gente do Brasil de Fernão Cardim, escrito em 1625, relata o uso do fumo com detalhes.

umidade e solo arenoso ou argiloso). Logo depois, as lavouras chegaram a Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Maranhão e, posteriormente, ao Rio Grande do Sul, quando da chegada dos imigrantes alemães.

Assim, no período colonial, o cultivo de fumo no Brasil colonial passou a ter importância destacada e o seu comércio teve regulamentação e taxas específicas, passando posteriormente a figurar entre os principais produtos exportados durante o período do império. Conforme Xavier da Silva,

Em 1751, Marquês do Pombal criou a Mesa de Inspeção do Tabaco e organizou um regulamento coerente com a situação do fumo brasileiro. [...] o quinto, imposto criado em meados do século XVIII, que era cobrado sobre 20 % do valor do produto comercializado e que teve no ouro sua grande razão de ser criado, incidia sobre todos os produtos da colônia, incluindo-se o tabaco (SILVA, 2002: 41).

A alta taxaço governamental sempre caracterizou a estrutura da fumageira nacional (e mundial) e diferencia-se apenas quanto a valores recolhidos pelos diversos municípios (SILVA, 2002: 42).

Na mesma época em que na Bahia imperava o fumo escuro, a região sul, com a chegada dos alemães, passou a cultivar o fumo claro. Para este tipo de fumo, havia uma ampla demanda na Europa, principalmente na Alemanha, que comprava 55% do fumo brasileiro.

Em 1881, após a criação da máquina de apertar cigarros, inicia-se o processo de industrialização do fumo, sob o domínio de multinacionais norte-americanas e britânicas. No período entre 1904 e 1947, há um crescimento acelerado das indústrias do setor.

No século XX, a indústria fumageira cresceu e passou a beneficiar cigarros para a exportação, atendendo as exigências dos mercados europeus (SILVA, 2002). Além disso, a produção passa a ter como característica uma concentração agrícola regional e industrial (NARDI, 1985). Ao mesmo tempo, houve uma necessidade maior de capital. Nesse período, em 1914, Albino Souza Cruz, que havia fundado a atual Souza Cruz, se associa à *British American Tobacco*.

Na região de Santa Cruz, a partir de 1918, a produção do fumo passa a receber intensa aplicação de capital estrangeiro no setor, ou seja, “[...] vinculou-se ao denominado complexo agroindustrial do fumo, o qual antes era caracterizado

pelo predomínio do capital nacional [...]” (PRIEB, 2005: 37). A produção do cultivo aumentou e

[...] observaram-se fusões, aquisições e incorporações que provocaram a formação de uma estrutura oligopolizada da produção fumageira verificada até os dias atuais. E um traço marcante do setor, com origem ainda no princípio do século XX, visto principalmente no caso dos fumos claros e companhias cigarreiras, foi o da crescente internacionalização do capital [...] (SILVA, 2002: 53)

Segundo a AFUBRA (2007), o complexo fumageiro envolve 925 mil pessoas, na lavoura e na indústria. Além disso, gera, indiretamente, um milhão e quatrocentos e quarenta mil empregos.

No Brasil, o cultivo do fumo em folha encontra-se nos três estados da região Sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. As principais empresas de cigarros que operam no país são a Souza Cruz, subsidiária da British American Tobacco, com uma fatia de aproximadamente 75% do mercado e a Philip Morris do Brasil, integrante do grupo Philip Morris International, com cerca de 15% do mercado.

Em relação aos países produtores, o Brasil se destaca no cenário mundial, ocupando a posição de maior exportador de fumos e segundo maior produtor mundial. A China está em primeiro lugar, seguida pelo Brasil, Índia, Estados Unidos, Zimbábue e Indonésia. Como maior exportador mundial de fumo, o Brasil gerou uma receita de US\$ 1,72 bilhões em 2006.

Segundo o presidente da Câmara Setorial do Fumo, Romeu Schneider, a produção foi de 506 mil toneladas. Em comparação com 2005, quando a colheita totalizou 804 mil toneladas, a safra 2006 teve uma redução de 298 mil toneladas. “Tivemos uma queda de quantidade, mas houve um aumento do preço pago em dólar”, explica Schneider⁸.

⁸Disponível em: http://extranet.agricultura.gov.br/pubacs_cons/ap_detalhe_noticia_cons_web?p_id_publicacao=9347. Acesso em: 06 out. 2007.

2.2.2 As resistências e novas estratégias

Cabe lembrar que o setor sempre encontrou resistência quanto ao consumo do produto. Ao retroceder-se na história, verifica-se que, em 1642, o Papa Urbano VIII proibiu o consumo do tabaco entre os eclesiásticos (NARDI, 1985). Posteriormente, no início do século XX, nos EUA muitas leis antitabaco surgiram, mas em sua maioria, foram abolidas.

As empresas “[...] conseguem driblar as várias legislações utilizando-se de estratégias pró-ativas e reativas (combinadas), como por exemplo, vender os componentes do cigarro (o tabaco picado e o papel), introduzir ilegalmente pacotes nos estados em que a venda está proibida ou estabelecer negócios no exterior” (BOEIRA;JOHNS, 2007: 6).

Em 1964, nos EUA, é publicado um relatório acerca dos males que o tabaco pode causar e, em 1972, iniciam as pesquisas sobre os riscos causados pelo consumo, provocando uma diminuição nas vendas (ROEMER, 1995).

Em 1999, o filme “O Informante⁹ retrata a situação que gerou a necessidade das indústrias do tabaco redirecionarem suas políticas de relações públicas e corporativas e focar a responsabilidade social e a idéia de transparência. Baseado em fatos reais, ele explora fato acontecido em 1994, no programa televisivo 60 Minutes, quando um executivo da indústria do tabaco decide revelar os males causados pelo cigarro.

Segundo Boeira e Johns, a complexidade da situação aumenta quando a pressão dos órgãos públicos de saúde se contrapõe aos órgãos de arrecadação de impostos, para os quais estas empresas geram considerável renda (BOEIRA; JOHNS, 2007).

Em fevereiro de 2004, a Convenção-Quadro¹⁰ surge, fruto das reivindicações da sociedade civil frente a gama de informações sobre os problemas que o cigarro pode causar à saúde humana. Este tratado internacional contra o tabagismo entrou em vigor propondo mudanças na oferta e na demanda de cigarro em todo o mundo.

⁹The Insider, EUA, 1999.Direção: Michael Mann. O filme apresenta as pressões que o ex-funcionário sofre de seus colegas de trabalho e, principalmente, da gerência do grupo, ao denunciar os males que o cigarro causa à saúde humana.

¹⁰Foi assinada pelo Brasil em 2005, junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e pretende diminuir a plantação de fumo e diversificar o cultivo nas propriedades.

Ratificado por 57 países - dos 192 membros da Organização Mundial da Saúde (OMS), foi o que teve a aprovação mais rápida na história das Nações Unidas.

O novo pensamento estratégico envolve um investimento pesado em marketing, projetos de responsabilidade social e uma forte atuação política junto aos legisladores, órgãos públicos e mídia (BOEIRA; JOHNS, 2007).

No Brasil, as coligações e articulações em defesa da atividade fumageira podem ser visualizadas na luta contra a ratificação da Convenção-Quadro, através da mensagem do prefeito de Santa Cruz do Sul, Alberto Wenzel, em 26 de junho de 2006, na Câmara de Vereadores do Município:

[...] Acabamos de sair da grande luta da Convenção-Quadro, em que valeu a pena do exercício da mobilização que se fez, a união que se conseguiu, em torno da nossa grande causa, nosso fator maior de sobrevivência. E a essa luta devemos e muito ao nosso grande líder da AFUBRA, que nos deixou há poucos meses. Certamente seu trabalho e seu empenho serão sempre lembrados e seguidos por todos que ao longo desses anos aprenderam a admirá-lo e respeitá-lo. Além disso, nossas indústrias tiveram grandes problemas com a retenção de ICMS pelo Governo do Estado por falta das compensações da chamada Lei Kandir, concebida para reparar as isenções nas exportações, impostas pela União. Precisamos conviver com a idéia de que o setor fumageiro está fadado a ser hostilizado cada vez mais pelos movimentos mundiais que, a pretexto de defender a saúde, criam corpo e passam a crescer a cada ano que passa [...] (WENZEL, 2007: 2-3).

Neste cenário, as empresas buscam novas estratégias de defesa e de mercado, diferentemente do período em que negavam os problemas acarretados pelo consumo do produto final (cigarro). No momento em que as empresas não têm outra saída, a não ser aceitar os riscos e males do tabaco à saúde humana, a indústria tabagista passa a investir em marketing social.

2.3 O British American Tobacco e a Souza Cruz Tabacos

O Grupo British American Tobacco (BAT) é um grupo internacional da indústria tabagista que atua em mais de 180 mercados nacionais, produz e comercializa mais de 300 marcas de cigarro. Segundo o grupo, uma característica marcante é a estrutura descentralizada, ou seja, "cada companhia local tendo uma grande liberdade de ação e responsabilidade por suas operações, dentro de uma

grade global de princípios e padrões claramente definidos, a partir da sua sede em Londres¹¹” (BRITISH AMERICAN TOBACCO, 2007).

São oitenta e uma fábricas, em sessenta e quatro países, envolvendo cerca de noventa mil empregados e duzentos e cinquenta mil produtores agrícolas integrados às suas unidades.

No começo da década de 90, a British American Tobacco decidiu concentrar seus negócios no mundo, no ramo do tabaco. Todas as empresas do grupo adotaram estratégias estabelecidas para atingir o objetivo estipulado de “tornar-se líder mundial do setor”. Na última década, a participação da BAT no mercado aumentou em quase 50%.

Conforme o site da empresa, a British American Tobacco é uma empresa cidadã proeminente em muitos países. Apóia uma grande variedade de projetos que beneficiam comunidades locais e nacionais: “por isso que associamos explicitamente nossas atividades comunitárias aos nossos princípios de negócios” (BAT, 2007).

A visão da empresa “liderar o mercado mundial de produtos de tabaco”, guia as estratégias e ações implantadas pelo grupo. Suas estratégias se baseiam em três palavras: crescimento, produtividade e lucratividade¹².

O grupo adotou três temas globais para o investimento social corporativo: agricultura sustentável, desenvolvimento local e participação cidadã.

No Brasil, o Centro de Pesquisas da Souza Cruz, em Cachoeirinha/RS, é um dos quatro maiores centros tecnológicos da British American Tobacco (BAT). Os demais estão localizados na Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha.

Transferido do Rio de Janeiro para Cachoeirinha, o novo centro de pesquisas localiza-se em uma área de aproximadamente 20 mil metros quadrados e conta com pesquisadores e técnicos nas áreas da Biologia, Química e Engenharia Química, Psicologia, Bioquímica, Farmácia, Engenharia Agrônômica, Administração, Engenharia de Materiais e Estatística (SOUZA CRUZ, 2007).

No local, são realizadas análises de fumo e cigarro da Souza Cruz, controladas pela ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. O centro abrange quatro áreas: pesquisa e tecnologia de fumo (geração de novas tecnologias e informações aos agricultores), tecnologia de produto e processo (relacionado à

¹¹Informações obtidas no site do grupo <www.bat.com>, acesso em 10 jul. 2007.

¹²Para mais informações, ver o site <www.bat.com>.

modernização do parque industrial), desenvolvimento de produto (desenvolvimento e modificação dos produtos comercializados pela Souza Cruz) e área de serviços analíticos (análises químicas e físicas do fumo).

A Souza Cruz Tabacos foi fundada em 25 de abril de 1903 pelo imigrante português Albino Souza Cruz, a Companhia Brasileira de Fumos em Folha contava com 16 funcionários no centro da cidade do Rio de Janeiro. Em 1910, a empresa expandiu seus negócios e comprou a Fábrica de Rapé Paulo Cordeiro na mesma cidade. Em 1914, Albino passa o controle acionário ao Grupo BAT. Em 1918, migrou para a região sul do país e passou a chamar-se *Brasilian Tobacco Corporation* (1920). Em 1955, foi denominada “Souza Cruz Tabacos”.

A Souza Cruz administra duas fábricas de cigarros (em Uberlândia /MG e em Cachoeirinha/RS), três centros de processamento de fumo (Santa Cruz do Sul/RS, Blumenau/SC e Rio Negro/PR); um centro de pesquisas e desenvolvimento (Cachoeirinha/RS), seis centrais integradas de distribuição, trinta e cinco centros operacionais de distribuição e cento e cinquenta depósitos e postos de abastecimento.

Atualmente, a empresa detém 60% do mercado nacional. Atuando em todo o ciclo do produto, desde a produção e processamento de fumo até a fabricação e distribuição de cigarros, a Souza Cruz chega a contar com 9 mil empregados (no site a empresa prefere usar a palavra “colaboradores”) na época da safra de fumo. Contando com mais de 200 mil pontos de venda, a companhia comercializa mais de 75 bilhões de unidades de cigarro ao ano.

Cerca de 45 mil famílias de produtores integrados recebem assistência técnica da companhia para produzir fumo no sul do Brasil. Além do processamento de fumo para fabricação própria, destinada ao mercado nacional, o sistema de produção integrada da Souza Cruz proporciona mais de 117 mil toneladas de fumo para exportação, atendendo a mais de 50 países nos 5 continentes.

Para atuar no mercado internacional e continuar atingindo suas metas, a Souza Cruz planeja suas ações conforme as normas internacionais de padronização. Segundo a Organização Internacional para Padronização (ISO), a normalização busca facilitar o comércio internacional, remover barreiras técnicas e incentivar o desenvolvimento econômico.

Para agilizar suas exportações e manter boas relações com o comércio internacional, a Souza Cruz aderiu ao Programa Gaúcho de Qualidade e

Produtividade (PGQT), do qual participa como membro mantenedor, desde 2001. Em 2002 integrou-se ao processo de certificação integrada, através do sistema integrado de gestão (QuEnSH), que corresponde a qualidade, preço retorno do investimento (Qu); meio ambiente (En), saúde ocupacional (H) e segurança (S).

Segundo Luciano Kirst, gerente da fábrica de Cachoeirinha, a implantação do sistema integrado de gestão aconteceu simultaneamente nas fábricas de Cachoeirinha e Uberlândia, departamento gráfico e centro de pesquisa e desenvolvimento, alinhando a visão estratégica da empresa com os objetivos de gestão.

Para Kirst,

“[...] através da metodologia pela qualidade e a sistematização de procedimentos, garante-se que a política de qualidade esteja sendo bem cumprida – atendendo a legislação, os anseios do consumidor e os anseios da comunidade. Se ficar na cabeça de cada um como fazer, à sua maneira, por melhor intencionada que seja a proposta, não se consegue um processo e um produto consistente, que é a garantia de sobrevivência da empresa [...]” (KIRST, 2007).

Além do Sistema de Produção Integrada¹³, uma forma de controle sobre os agricultores, as empresas buscam legitimidade através das parcerias firmadas com diversos setores da região e do Estado do Rio Grande do Sul. Entre elas, a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), a Gazeta Grupo de Comunicações, prefeituras dos municípios da região, Governo do Estado do Rio Grande do Sul e entidades representativas (do setor tabagista e dos agricultores).

Dentre as entidades representativas ligadas às empresas estão a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), o Sindicato da Indústria do Fumo (SINDIFUMO), a Câmara Setorial do Fumo, a Associação Brasileira da indústria do Fumo (ABIFUMO). Por outro lado, defendendo os interesses dos fumicultores, encontram-se o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Região Sul (FETAG - RS).

¹³O “Sistema de produção Integrada” corresponde a um controle sobre a produção do fumo que inicia no plantio e se estende até a entrega do produto. A escolha do técnico agrícola, o qual irá orientar o fumicultor durante todas as etapas da produção media a relação empresa/produtor. A escolha do técnico agrícola dá-se a partir de alguns pré-requisitos, entre eles ser membro atuante da comunidade em que vive. Assim, a margem de resistência diminui na medida em que os próprios agricultores legitimam as sugestões e exigências do mercado.

A AFUBRA é uma entidade sem fins lucrativos que atua nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Fundada em março de 1995, em Santa Cruz do Sul/RS, oferece ressarcimento de prejuízos causados por chuva e acidentes climáticos, oferece auxílio na reconstrução de estufas, orienta a produção nas propriedades e comercializa sementes, ferramentas agrícolas, insumos, entre outros.

Engajada na questão levantada pela Convenção-Quadro para o controle do Tabaco, a AFUBRA participa de reuniões que tratam da questão, encontrando abrigo e apoio das empresas fumageiras, do governo local e de entidades ligadas ao setor tabagista, como o Sindicato da Indústria do Fumo (SINDIFUMO), com forte atuação política junto aos órgãos públicos e a mídia.

Ela também faz parte do *International Tobacco Growers Association* (ITGA), no Brasil denominada “Associação Internacional dos Produtores de Tabaco”. A ITGA, criada pela indústria fumageira, da mesma forma que a AFUBRA, apóia os interesses das empresas no que se refere aos interesses comerciais e também pressiona os governos contra ações de controle do tabaco.

Além disso, a AFUBRA faz parte da Câmara Setorial do Fumo, criado em 2003, pelo Ministério da Agricultura, no Governo Lula. A Câmara pretende oferecer um espaço de discussão de problemas sobre o setor fumageiro. Segundo Prieb, a “[...] idéia é criar grupos temáticos da câmara que debaterão assuntos polêmicos tais como o comércio ilegal de cigarros e a relação do Brasil com a Organização Mundial da Saúde (OMS) [...]” (PRIEB, 2005: 54).

O SINDIFUMO representa e defende os interesses das fumageiras junto a órgãos públicos, entidades públicas e privadas, instituições governamentais federais, estaduais, e municipais (legislação, carga tributária). O sindicato também participa das negociações entre empregadores e empregados, no que se refere à produção de fumo. Estas negociações envolvem a liberação de insumos agrícolas junto ao governo, projeções de safra, custos de produção e preço do fumo, legislações e tarifas aplicadas no comércio internacional, entre outras. O SINDIFUMO também coordena, em parceria com a AFUBRA e as empresas associadas, o programa “O futuro é agora”. Este programa foi criado em 1998, a partir da assinatura do pacto do setor fumageiro pela prevenção e erradicação do trabalho infantil.

Também defendendo os interesses da indústria, tem-se a Associação Brasileira da Indústria do Fumo (ABIFUMO)¹⁴, sediada em Brasília. É considerada um espaço para debates, um fórum para trazer à tona questões de interesse das empresas associadas. Fundada em 1979, é integrada pelas indústrias do setor fumageiro e busca negociar e defender as necessidades das fumageiras.

Defendendo os interesses dos fumicultores, a FETRAF-SUL destaca o direito de negociação dos fumicultores (inclusive no momento da negociação do preço do fumo) e denuncia a assimetria das relações e negociações entre as empresa e os agricultores.

Fundada em março de 2001, está organizada em 22 microrregiões. Com sindicatos regionais, a FETRAF-SUL/CUT abrange mais de 288 municípios no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Entre suas funções encontra-se articular os trabalhadores da agricultura familiar em torno dos sindicatos; colaborar com agricultores nas negociações com os governos municipais, estaduais e federal; organizar projetos alternativos em diversas áreas; organizar os espaços regionais através da criação de sindicatos regionais e capacitar a organização dos produtores nas comunidades e municípios (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL, 2007)

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Região Sul (FETAG-RS), criada em outubro de 1963, participa na negociação do preço do fumo na comercialização da safra, no que se refere a classificação do tabaco¹⁵.

A entidade representa cerca de 1,3 milhões de agricultores familiares, 60 mil famílias de pecuaristas familiares e 200 mil assalariados rurais. Tem como missão: “Coordenar e mobilizar a categoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais a partir dos problemas sentidos e vividos, centrando a ação na construção de um modelo alternativo de desenvolvimento, tendo presente a organização e o crescimento da classe, cujo objetivo maior é uma sociedade mais justa e igualitária”. (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2007).

¹⁴Mais informações acessar <<http://www.abifumo.org.br>>.

¹⁵A classificação do tabaco é complexa e envolve mais de 40 tipo de fumo em folha, de acordo com a cor da planta. Este é um momento de conflito, pois, geralmente, as empresas classificam de um modo e o fumicultor de outra forma.

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) surgiu no Rio Grande do Sul, no início de 1996, quando cerca de 30 mil agricultores acamparam em Sarandi. Devido à perda de suas lavouras com a seca e diante da falta de políticas públicas, reivindicaram maior atenção do governo. O MPA abrange trinta e cinco mil famílias no Rio Grande do Sul e sessenta e cinco mil em outros dezoito estados brasileiros. Hoje também defende uma transformação do modelo agrícola, que respeite o meio ambiente e promova mudanças nas políticas de produção agropecuária do país.

Na região fumageira busca aprofundar o debate acerca dos contratos de compra e venda do fumo e o sistema de integrado de produção¹⁶, segundo eles, uma servidão moderna que consome a força de trabalho e a vida dos pequenos agricultores.

Para finalizar, a “Gazeta Grupo de Comunicações”, mediadora no processo de agendamento das notícias sobre o tabaco na região. Criada em 1945, em Santa Cruz do Sul, é o maior grupo jornalístico do Vale do Rio Pardo. São dois jornais (Gazeta da Serra e A Gazeta do Sul), quatro emissoras de rádio (Rádio Rio Pardo, Rádio Gazeta AM e Gazeta FM 98.1 e Gazeta FM 101.7), um provedor de internet (Viavale Internet), uma editora e a Fundação Gazeta. O jornal A Gazeta do Sul, apresenta um tiragem diária de 18 mil exemplares. A Editora Gazeta Santa Cruz foi criada para atender ao mercado editorial e à produção de anuários sobre o agronegócio, entre eles o Anuário do Fumo.

Na reportagem “O ano das mudanças na cadeia produtiva”, veiculada na Gazeta do Sul, encontra-se um relato das preocupações com a situação do fumo a partir da visão das fumageiras e seus coligados:

[...] a ratificação da convenção-quadro para o Controle do Tabaco foi apenas um dos fatos que marcaram o setor fumageiro. Embora combatida pelas entidades representativas do setor a medida acabou sendo assinada pelo governo no início do ano. Mas foi a troca de lideranças que mais marcou o ano, conforme mostra o Novo Anuário Brasileiro do Fumo. O falecimento do presidente da associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), Hainsi Galow, em março deste ano, fez com que mudasse a direção da principal entidade representativa da cadeia produtiva. Em seu lugar assumiu o vice-presidente, Marcílio Dresher, que tem como vice Heitor Petry. Outras funções desempenhadas pelo dirigente também ficaram sob nova direção. A Associação Internacional de Produtores de Tabaco (ITGA),

¹⁶ O Sistema de Produção Integrada, implantado pela Souza Cruz Tabacos, em 1908, ao mesmo tempo em que apresenta a vantagem da compra antecipada da produção pela empresa, impõe controle sobre todas as etapas de produção e estabelece as regras de negociação.

passou a ser comandada pelo tesoureiro da AFUBRA, Benício Serner. Já a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo ficou sob responsabilidade de Romeu Schneider, atual diretor secretário da entidade. [...] até mesmo na esfera federal houve mudança de dirigentes, que acabaram repercutindo na fumicultura, em junho, o ministro da agricultura, Roberto Rodrigues, que estava no cargo desde o início do Governo Lula, pediu demissão. Ele, que mantinha laços estreitos com o Vale do Rio Pardo, deu lugar a Luiz Guedes Pinto (ROSELANE, 2007: 10).

Conforme se percebe na matéria acima, as entidades representativas dos agricultores são administradas pelos integrantes da AFUBRA, que, por sua vez, atua a favor das empresas.

2.4 O instituto Souza Cruz (ISC) e o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR)

Tendo como missão “Contribuir para educar e formar jovens empreendedores no meio rural brasileiro, através de iniciativas que potencializem seu protagonismo nos processos de desenvolvimento local”, o Instituto Souza Cruz (ISC), uma Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)¹⁷, existe desde julho de 2000 (INSTITUTO SOUZA CRUZ, 2007).

A criação do CEDEJOR, em 2001, pela Souza Cruz, buscou gerir programas desenvolvidos pela Souza Cruz, entre eles o Clube da Árvore e as Hortas Escolares. Em seguida, passou a focar a educação do jovem rural, com o “Programa Empreendedorismo do Jovem Rural” (PEJR).

A visão do instituto é “Ser uma OSCIP reconhecida por sua contribuição na educação do jovem no campo a partir da eficácia de suas metodologias de atuação para que ele exerça papel de liderança e inovação no processo de desenvolvimento local” (INSTITUTO SOUZA CRUZ, 2007).

O ISC tem como objetivos: 1) trabalhar na formação de competências humanas, técnicas e gerenciais e incentivar atitudes empreendedoras frente a situações que envolvam sua individualidade e sua coletividade; 2) defender política e coletivamente causas sociais, voltadas para o desenvolvimento do jovem

¹⁷As OSCIPs não correspondem às ONG's, pois estas últimas não existem na nossa legislação. Assim, podemos dizer que OSCIPs são entidades privadas atuando em áreas típicas do setor público, ou seja, são ONGs, que obtêm um certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar o cumprimento de certos requisitos.

do campo através da mobilização de pessoas e organizações na busca de soluções para problemas em comum; e 3) produzir, sistematizar e disseminar conhecimentos sobre o processo de desenvolvimento integral dos jovens no campo (INSTITUTO SOUZA CRUZ, 2007)¹⁸.

No que se refere à formação do jovem do campo, o objetivo é incentivar processos sustentáveis através da formação de empreendedores, com senso de responsabilidade e capacidade de autogestão, aptos a exercer papel de liderança e inovação no desenvolvimento local¹⁹.

O Clube da Árvore foi desenvolvido pela Souza Cruz em 1982, com o objetivo de conscientizar os filhos dos produtores rurais sobre a importância da preservação da mata nativa e do reflorestamento e incentivar a consciência ecológica dos estudantes. Envolve 1.848 escolas de vinte estados brasileiros.

O Programa Hortas Escolares está relacionado à educação ambiental e foi criado em 1985, em parceria com a Gazeta Grupo de Comunicações, prefeituras municipais do Vale do Rio Pardo. Segundo o Instituto, em 2006, participaram do programa 454 escolas, de 41 municípios do estado do Rio Grande do Sul.

Em outubro de 2000 foi criado o projeto-piloto do Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR) e, em julho de 2001, foi fundado o Centro do Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR).

O Instituto Souza Cruz, ao criar o Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR), passou a focar suas ações nos jovens rurais. A criação do CEDEJOR foi uma forma de viabilizar o PEJR. Para o Instituto, a “[...] educação mais adequada aos jovens do campo é aquela que ensina para a autonomia, a solidariedade e o desenvolvimento de competências que colaborem para a participação ativa nos processos de mudança social” (INSTITUTO SOUZA CRUZ, 2007: 8).

A unidade político metodológica contém as concepções orientadoras do PEJR e abrange as seguintes questões: o paradigma do desenvolvimento humano; os pilares da educação para o século XXI; os códigos da modernidade; o desenvolvimento sustentável; a agricultura familiar; o empreendedorismo; o

¹⁸São mantidos ainda doze programas sociais: “Projeto Cuide”, “Diálogos Ambientais”, “Diálogos Universitários”, “Frota Social”, “Responsabilidade Social: aqui tem”, “Educar”, “Jornada Escolar Ampliada”, “O Futuro é Agora!”, “Plante Milho e Feijão após o Fumo” e “Voluntários Souza Cruz”.

¹⁹Uma visão completa do Instituto, seus objetivos e ações pode ser encontrada no site do ISC: <<http://www.institutosouzacruz.org.br>>.

protagonismo juvenil; as juventudes e jovens rurais; a educação no campo e as redes e parcerias.

O Instituto Souza Cruz, através do PEJR, “[...] busca multiplicar soluções criativas que dialoguem com as expectativas dos territórios rurais, tendo os jovens como interlocutores no protagonismo de ações desencadeadoras do desenvolvimento humano e social sustentável” (INSTITUTO SOUZA CRUZ, 2007).

Além disso, o Instituto Souza Cruz mantém um relacionamento com seus públicos através de um amplo material institucional, entre eles a revista Marco Social, site na internet e publicações diversas. A revista Marco Social é publicada semestralmente e apresenta discussões contemporâneas²⁰, trazendo pontos de vista diversos através de uma linha editorial de cunho crítico.

A participação de intelectuais reconhecidos enriquece as discussões propostas e traz à tona temas polêmicos. Publicada semestralmente, é um material expressivo e disseminador das ações planejadas. A revista é elaborada com um material de alta qualidade gráfica e tem tiragem de 1.500 exemplares. Todas as versões podem ser encontradas *on line*, no site do ISC. Além disso, o Instituto envia o material impresso a universidades, pesquisadores, entidades e órgãos interessados no meio rural.

Outro suporte institucional criado é o *site* do Instituto Souza Cruz, lançado em junho de 2001. Contém informações sobre todos os programas desenvolvidos pelo Instituto, notícias de eventos, publicações e informativos sobre projetos desenvolvidos. Disponibiliza algumas publicações sobre jovens, desenvolvimento rural e empreendedorismo, entre eles o “Boletim Jovens em Campo”; o informativo “Jornal do Clube da Árvore”; “I e II Jornada Nacional do Jovem Rural”, exposições fotográficas, “Oficina de Comunicação” e o “Relatório Anual de Atividades”. O ISC também incentiva a criação de Conselhos Comunitários nas comunidades em que o CEDEJOR atua e faz parte do seu Conselho Deliberativo.

Além disso, o Instituto apóia a publicação de livros. Dentre outros, o “Glossário de termos utilizados em desenvolvimento rural”, organizado por Marcelo Miná Dias, o “Guia Prático para Estudos em Biodiversidade: o maior espetáculo da

²⁰A revista apresenta discussões sobre desenvolvimento territorial, juventude rural e políticas públicas, educação e empreendedorismo no campo, entre outros.

terra Volumes I, II e III”; “A caminho da escola”, “Juventudes rurais: cultura e desenvolvimento”²¹.

Como parceiros institucionais, o ISC conta com a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO); Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (ARACAFAR/Sul); Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RS); CCGR Consultoria Educativa; Centro de Desenvolvimento Comunitário Rural (CEDECOR); Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR)²²; Centro Latino-americano de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli; (CLAVES/FIOCRUZ); Companhia das Idéias e Opiniões; Conselho Estadual da Juventude Rural (CEJUR-RS); Educar Consultoria e Pesquisa; Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri); Instituto Ayrton Senna; Instituto Elo Amigo; Movimento de Educação Promocional do Estado do Espírito Santo (Mepes); Movimento de Organização Comunitária (MOC); Núcleo de Integração Universidade & Escola/Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais, São Paulo (Projovem); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Serviço de Tecnologia Alternativa, Pernambuco (SERTA); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

²¹Para conhecer a produção bibliográfica apoiada pelo instituto acessar <<http://www.institutosouzacruz.org.br>>.

²²O CEDEJOR, ao mesmo tempo em que foi idealizado pelo Instituto Souza Cruz, também é considerado um parceiro, ou seja, é uma organização que viabiliza as ações do PEJR.

O Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR)



Figura 6 - Fotografia E: CEDEJOR
Autor: Carlise Schneider
Período/local: março 2007, Albardão



Figura 7 - Fotografia F: Área de lazer CEDEJOR
Autor: Carlise Schneider
Período/local: março 2007, Albardão



Figura G - Fotografia G: Formatura Núcleo Albardão, 2006

Autor: Carlise Schneider

Período/local: dezembro 2006, Rincão D'el Rei

Em Santa Cruz do Sul, em outubro de 2001, nasce o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR), um espaço de desenvolvimento complementar fundamentado na “Pedagogia da Alternância” – sistema educativo no qual o jovem intercala períodos de aprendizagem na escola e na propriedade da família²³. Como já referido, criado a partir de iniciativa do Instituto Souza Cruz, é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que atua no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, atendendo jovens rurais, de 15 a 24 anos.

O Centro busca oferecer formação e oportunidades para que esses jovens se preparem para criar e desenvolver seus negócios de maneira competitiva, sustentada e socialmente responsável e funciona como uma complementação à escola formal.

²³A situação da educação no campo vem sendo discutida há tempos. Nos EUA, no século passado, várias entidades organizaram-se em prol de uma educação voltada ao homem do campo. Acreditava-se que o poder urbano devia-se, em grande parte, ao acesso às informações e à educação recebida pelos “homens da cidade”. A atuação das escolas no meio rural, inicialmente, contrastou com a disponibilidade efetiva dos homens do campo e com a rigidez do sistema escolar não adaptado às suas condições. Em oposição a tal situação, a partir de 1930, um movimento nacional reivindicava um retorno aos valores agrários. Surgem, logo depois, as “escolas ambulantes”, as quais visavam demonstrações práticas e técnicas produtivas. Na segunda metade dos anos 80, formulou-se a “Escola Família Agrícola” (EFA), tendo como referência escolas francesas, *Maisons Familiales Rurales*. Surgidas em 1935, na França, em um período de forte mecanização e crise agrícola, alternavam regimes de internato e intervalos de convívio com a família. No Brasil, no Espírito Santo, em 1968, é concretizada a primeira experiência desse gênero. O modelo de educação introduzido pelas “Casas Familiares Rurais” pretende promover uma educação mais adequada à realidade do campo (NASCIMENTO, 2007).

Tendo como missão “Contribuir para educar e formar jovens empreendedores no meio rural brasileiro, através de iniciativas que potencializem seus protagonismos nos processos de desenvolvimento local”, contempla três dimensões: técnica, gerencial e humana.

O CEDEJOR tem como visão “Contribuir para o desenvolvimento integral do jovem rural, buscando, através da participação, a construção da cidadania, do empreendedorismo, e fortalecendo as relações da família e da comunidade, promovendo o desenvolvimento sustentável” (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO JOVEM RURAL, 2005?). Dessa forma busca, através dos jovens, incentivar o desenvolvimento local por meio do ensino do empreendedorismo. Para isso, através de processos educativos, busca a sustentabilidade e uma conseqüente melhora na qualidade de vida das comunidades rurais.

Conforme a Unidade Político-Metodológica do empreendedorismo do jovem rural²⁴, a proposta curricular do CEDEJOR pretende abordar questões como cidadania e ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo, através de oficinas ministradas por educadores.

Também durante a realização de “projetos de diversificação da propriedade” os alunos colocam em prática os conhecimentos adquiridos. Projetos foram desenvolvidos pelos alunos de acordo com um modelo (o anexo A apresenta a estrutura dos projetos de diversificação da propriedade e o apêndice A o título dos projetos elaborados). A maior parte dos projetos elaborados pelos alunos de Rio Pardo propõe a produção de produtos ecológicos (figo ecológico, galinha caipira ecológica, amora preta ecológica, entre outros).

Na unidade de Alto Paredão, há um título padrão para todos os trabalhos (“Projetos de diversificação da produção”) e os temas tratados encontram-se dispersos no texto. Referem-se à produção hortifrutigranjeira e não incluem a palavra ecologia. Outra peculiaridade dos trabalhos desta unidade é a inclusão da música “Cria enjeitada”, de João Chagas Leite, no início de cada projeto (anexo B).

Como diretriz pedagógica, o PEJR ressalta um projeto político pedagógico (PPP) flexível e que leve em consideração as necessidades das comunidades e seus anseios. Além disso, tem como característica promover a interdisciplinaridade, a transversalidade, a problematização, a contextualização, a resolução de

²⁴A Unidade Político-Metodológica foi idealizada pelo Instituto Souza Cruz, em outubro de 2005.

problemas e a avaliação dos resultados nos âmbitos cognitivo, afetivo e comportamental.

Utilizando a “Pedagogia da Alternância”²⁵, os alunos são capacitados por instituições parceiras em técnicas de produção e gerenciamento agrícola e participam de visitas técnicas a trabalhadores rurais que empreenderam novas tecnologias de produção e geração de renda. Segundo o método de estudo do empreendedorismo, o “ser é mais importante que o saber”²⁶ e, por este motivo, seu ensino deve ser diferenciado.

O número total de jovens que receberam o certificado de “agentes de desenvolvimento local” não foi divulgado. Segundo o ISC, o PJER, em 2006, formou 37 jovens, nos três estados do sul do país. No Vale do Rio Pardo, na primeira turma, que ingressou em 2001, se formaram 66 jovens, os quais permaneceram durante três anos no CEDEJOR. A partir de 2003, a duração do ciclo de estudos passou a ser de dois anos (INSTITUTO SOUZA CRUZ, 2007).

Os conteúdos trabalhados em aula, que abarcam as áreas humana, técnica e gerencial, têm sido os seguintes: ética, protagonismo juvenil, higiene e saúde, educação no campo, pedagogia da alternância, educação para valores (auto-conhecimento, diferenças e respeito, valores e convivência), separação e destinação do lixo, empreendedorismo, juventude e participação social; leitura, interpretação e escrita; mundo do trabalho, juventude rural e agricultura familiar; papel da juventude na agricultura familiar; projeto de vida; relações de grupo; cidadania; obras literárias; estrutura, uso, manejo de conservação de solos; jogos cooperativos; políticas públicas e movimentos sociais, prevenção de incêndio, sinalização e primeiros socorros, educação rural; sexualidade; assentamento e acampamento agrário; resgate cultural (ervas medicinais); alopatia, homeopatia e fitoterapia, paisagismo, técnicas agrícolas, horticultura, piscicultura; educação ambiental; produção de subsistência; produção

²⁵Diferente da proposta clássica da Pedagogia da Alternância, que alterna a escola e a família, no CEDEJOR é o próprio Centro que alterna as atividades com a propriedade. Segundo a consultora pedagógica do CEDEJOR, Maria Leda Lopes, a experiência das turmas anteriores, com jovens que freqüentavam a escola apontaram problemas na conciliação entre Centro e escola. Durante as alternâncias os jovens, na parte da manhã, freqüentavam a escola e, ao retornar ao Centro, permaneciam nas atividades programadas para as alternâncias. Para Leda, era difícil conciliar a escola formal e o CEDEJOR (INSTITUTO SOUZA CRUZ, 2007C).

²⁶Frase citada frequentemente no livro “O Segredo de Luisa”, de Fernando Dolabela, bastante utilizado em sala de aula. Este romance fala sobre uma jovem que abre um negócio e tornar-se uma empreendedora.

de ecocitrus, agroindústria, redes e parcerias, forrageiras de inverno e verão; organização da comunidade, construção de estufa, poda de árvores frutíferas, desenvolvimento territorial e empreendedorismo, fluxo de caixa, gestão rural, políticas públicas, conservação do solo, estudo de mercado e “Projeto Mandalla”²⁷.

Através do CEDEJOR, os jovens recebem oportunidades que, de outra maneira, não lhes seriam oportunizadas. Participam de cursos e oficinas, viajam para trocar experiências, acessam computadores, internet e livros, dentre outras.

Os primeiros três núcleos do CEDEJOR iniciaram suas atividades em 2001, no município de Rio Pardo (no distrito de Albardão e na Casa Jesus Maria José) e Santa Cruz do Sul (no bairro São Martinho). Em 2002, foi criada a sede Lauro Müller, em Santa Catarina, e, em 2004, o núcleo Irati, no Paraná.

Segundo os relatórios de atividades do Instituto Souza Cruz²⁸, em 2005, o CEDEJOR promoveu dois processos seletivos: em janeiro (turmas em Santa Cruz do Sul e Rio Pardo/RS) e no final de 2005 (em todos os núcleos), visando a formação das turmas de 2006. As turmas reúnem 78 jovens: 14 no núcleo de Rio Pardo, 19 em Santa Cruz do Sul/RS, 29 em Lauro Muller/SC e 16 em Irati/PR. A partir de 2007, unificam-se os núcleos gaúchos, funcionando apenas na sede Albardão/Rio Pardo. Assim, hoje, são três núcleos, o gaúcho e os localizados nas Encostas da Serra Geral (Santa Catarina) e no Centro-sul do Paraná (Paraná). (INSTITUTO SOUZA CRUZ, 2007).

Conforme os monitores do Centro, no início das atividades poucos jovens tinham interesse em participar, sendo necessário abordá-los nas escolas. Outros eram recrutados pelos monitores que percorriam casas da região. Com o passar do tempo, alguns jovens passaram a procurar o Centro.

A partir de 2006 foi veiculada propaganda na mídia rádio e hoje, além da ficha de inscrição, é preciso passar por uma etapa com testes escritos, raciocínio matemático, leitura, interpretação de textos e redação.

Além de entrevistas individuais com os jovens e as famílias, são feitas dinâmicas com o objetivo de conhecer melhor o participante. Outra mudança na fase

²⁷O projeto Mandalla refere-se a sistema de irrigação circular que facilita a produção de alimentos de subsistência. Em volta de um tanque de água são cultivados alimentos como hortaliças e feijão. Em parceria com o Sebrae, o projeto está sendo implantado em estados como Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, Sergipe e Maranhão.

²⁸Os relatórios de atividades do Instituto Souza Cruz encontram-se disponíveis no site <http://www.institutosouzacruz.org.br/onewebms/sites/INS_66NFWQ.nsf/vwPagesWebLive/DO62DHCA?opendocument&SID=&DTC=&TMP=1>.

de seleção diz respeito aos estudos. Antes os jovens, em sua maioria, cursavam simultaneamente a escola e o CEDEJOR. Tal situação provocava sobrecarga de atividades, prejudicando os estudos. Agora, para ingressar no Centro, não pode estar freqüentando a escola. Além disso, o ingresso não exige escolaridade mínima.

Conforme o relatório do Instituto Souza Cruz, em 2006, 302 jovens participaram do processo seletivo dos núcleos Centro-Sul do Paraná (PR), Encostas da Serra Geral (SC) e Vale do Rio Pardo (RS). Destes, 158, no Vale do Rio Pardo, foram escolhidos 37 para ingressar em abril de 2007. De todos os núcleos, em 2006, 37 jovens concluíram o CEDEJOR (INSTITUTO SOUZA CRUZ, 2007: 8).

Ao longo dos dois anos em que permanecem no Centro, além de dedicar-se aos conteúdos trabalhados em aula, os jovens elaboram um projeto de diversificação da propriedade. Para receber o certificado, os alunos defendem este projeto perante uma banca examinadora, composta por representantes do governo local, empresas, entidades representativas, universidades e organizações não-governamentais.

Outra preocupação do CEDEJOR refere-se à formação contínua dos monitores. Segundo a unidade pedagógica e político-metodológica do PEJR, os educadores (coordenadores e monitores) precisam assumir uma “atitude de responsabilidade diante do que fazem”, ou seja, “educar para valores”, incentivar o protagonismo juvenil, os projetos de diversificação da propriedade e o empreendedorismo coletivo. Oriundos de diversas áreas (Administração, Agronomia, Pedagogia, ...), os monitores entrevistados afirmam não ter trabalhado com empreendedorismo anteriormente. Durante as alternâncias, eles acompanham os jovens, orientando-os, e ministram aulas.

Em 2004, iniciaram atividades pedagógicas periódicas (palestras, debates e exercícios) com coordenadores e monitores de todos os centros. Com a nova Gerência Executiva, a partir de 2005, os “Seminários de Desenvolvimento das Equipes do CEDEJOR” prosseguiram.

Também em 2005 foi organizada a Primeira Jornada do Jovem Rural, em Gramado, Rio Grande do Sul. Em setembro de 2007, aconteceu a Segunda Jornada do Jovem Rural, no Centro de Treinamento Educacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CTE/CNTI), em Luzitânia (GO) e Brasília (DF). O objetivo destes encontros foi proporcionar a troca de experiências entre os jovens.

Na Primeira Jornada, realizada entre os dias 27 e 30 de setembro de 2005, o tema proposto referia-se a “Empreendedorismo e Desenvolvimento Local Sustentado” e aconteceram painéis, debates, visitas técnicas, trabalhos em grupo, oficinas e atividades culturais e esportivas. O encontro reuniu 300 participantes.

Da Segunda Jornada participaram cerca de 700 jovens, educadores e profissionais do campo, a partir do tema "Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial". Foram realizadas palestras, painéis e grupos de trabalho.

Outro foco de atenção do Centro refere-se aos conselhos comunitários e deliberativos²⁹. Em junho de 2006, a gerência executiva do CEDEJOR organizou quatro encontros voltados para associados e membros dos conselhos comunitários e do conselho deliberativo.

Da mesma forma é importante destacar as parcerias que vêm sendo firmadas pelo CEDEJOR ao longo de tempo. Em junho de 2006, o Centro e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)³⁰ firmaram um convênio para a realização de oficinas de desenvolvimento territorial nos três núcleos de atuação no sul do Brasil: Vale do Rio Pardo/RS, Centro-Sul do Paraná e Encostas da Serra Geral/SC. Ainda neste ano, foi criado o projeto “Cinema no Campo”, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ligados à FETAG/RS. Assim, aproveitando o evento, antes da exibição dos filmes, o Centro divulgou os processos seletivos.

Quanto à mensuração dos resultados do programa, até o momento, divulgou-se uma avaliação, em 2002. Esta avaliação, realizada pelas equipes do Instituto Souza Cruz e do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural, sob coordenação da consultora Liliane da Costa Reis, abordaram três temas: conhecimentos, habilidades e valores. Nesta avaliação foi utilizada a aplicação de questionários abertos, com os alunos, pais, professores e diretores das escolas em que os jovens estudavam (INSTITUTO SOUSA CRUZ, 2007).

Os dados analisados revelaram que, entre os assuntos tratados, os jovens destacaram: agroecologia, relações humanas, melhora da auto-estima e união da

²⁹O Conselho Comunitário conta com a participação dos jovens, seus familiares e da comunidade em geral. Já o Conselho deliberativo do CEDEJOR tem como integrante o Instituto Souza Cruz, agricultores, entre outros não informados, e objetiva estabelecer as diretrizes do Centro. Mais informações estão disponíveis no Relatório de Atividades do ISC 2006.

³⁰Criado em 1942, o IICA é uma agência que orienta, coordena e apóia os projetos com as instituições parceiras brasileiras, atuando junto ao mundo rural na América Latina. O Brasil tornou-se Estado Membro do IICA em 1964.

família. Já os pais destacam um maior interesse dos jovens pela propriedade e pela família. Nas escolas, os professores ressaltam os novos conhecimentos técnicos e de relacionamento e a percepção de novos valores como: honestidade e compromisso, responsabilidade, cooperação, solidariedade, respeito, maturidade, otimismo, segurança, sociabilidade, entre outros. Também, segundo a avaliação, os jovens se interessam mais pelos aspectos técnicos da agricultura.

3 Referencial teórico

3.1 Agricultura familiar no Brasil

A importância da agricultura familiar, no mundo e no Brasil, transparece da seguinte reflexão:

[...] a agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação. Fala-se de uma agricultura familiar como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua posição de produtor moderno, propõe-se políticas para estimulá-los fundadas em tipologias que se baseiam em uma viabilidade econômica e social diferenciada. Mas afinal o que vem a ser uma agricultura familiar? Em que ela é diferente do campesinato, do agricultor de subsistência, do pequeno produtor, categorias que, até então, circulavam com mais frequência nos estudos especializados? [...] (WANDERLEY, 1999: 23-24)

Não se tem aqui a intenção de abarcar todas estas questões, mas incitar alguns temas que são relevantes para este estudo, entre eles a importância da agricultura familiar, suas origens e heterogeneidade e a relação entre a unidade de produção familiar e a agroindústria do fumo.

Importa dizer que, tendo em vista as diferentes formas pelas quais os autores, em seus tempos, dirigem-se ou referem-se aos personagens deste estudo, utiliza-se os termos camponês e agricultor familiar de acordo com as perspectivas abordadas pelos autores¹.

O estudo do desenvolvimento do modo de produção familiar no capitalismo remonta ao debate dos clássicos e às diversas correntes que surgiram a partir das idéias de Marx. O pensamento marxista, ainda hoje, fomenta debates sobre o futuro do camponês e suas estratégias de sobrevivência, com a integração crescente da agricultura no modo de produção capitalista².

¹Se para Bernardo Mançano o camponês é o termo utilizado, Abramovay considera este uma categoria em extinção e aborda o agricultor como um produtor familiar moderno integrado ao mercado.

²Em Lênin (1982) e Kautsky (1886) encontramos um traço comum: a superioridade da produção capitalista sobre a pequena produção familiar, que estaria destinada a ser eliminada. Por outro lado, apesar da grande produção prosperar sobre a pequena, devido à sua maior capacidade de modernização, Kautsky considera as limitações do capitalismo, e fala sobre a combinação do trabalho agrícola com o trabalho acessório.

Presente em todo o mundo, a agricultura familiar no Brasil representa 82,2% do total de estabelecimentos rurais brasileiros e emprega 70% da mão-de-obra do campo. No Brasil são 4.859.864 estabelecimentos que abrangem uma área total de 353.611.242 hectares e geram um valor bruto de R\$ 47.796.469, 00. A renda média, por estabelecimento, é de R\$ 3.491,00 por ano.

Além disso, é também responsável pela produção da maioria dos alimentos que os brasileiros consomem: 84% da mandioca, 67% do feijão, 58% dos suínos, 54% da bovinocultura do leite, 49% do milho, 40% das aves e ovos, 32% da soja, entre outros.³

No sul do Brasil, são aproximadamente um milhão de estabelecimentos, ocupando 44.360.360 hectares e gerando uma renda bruta anual de R\$ 15.011.919,00. A renda média anual por estabelecimento é de R\$ 4.581,00 (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2007).

Conforme o Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, intitulado “O novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto”, a região Sul é a mais forte no que se refere à agricultura familiar, representada por 90,5% de todos os estabelecimentos da região e ocupando 43,8% da área. No Sul, os agricultores familiares recebem 43,3% dos financiamentos aplicados na região (INCRA, 2007).

A agricultura familiar girou com R\$ 13,4 bilhões em 2003 (9,3% a mais que no ano de 2002), sendo responsável por 33% do PIB nacional⁴, apesar disso o setor recebe apenas 25,3% dos recursos destinados à agricultura. As dificuldades enfrentadas ainda são muitas: baixos índices de escolaridade, relações assimétricas com as agroindústrias, falta de infra-estrutura local, entre outras.

Caracterizada pelo trabalho familiar nas atividades agropecuárias, pela detenção dos meios de produção e gestão da propriedade, a agricultura familiar é também alicerçada no auto-consumo e na diversificação de produtos⁵. Segundo Wanderley (1999), a agricultura familiar é uma categoria histórica em transformação.

³Dados obtidos em <<http://www.nead.org.br/boletim/boletim.php?boletim=340¬icia=1629>>. Acesso em: 13 jul. 2006.

⁴Estudo realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), avaliou o nível de produção da atividade familiar dentro do setor agropecuário de cada um dos estados brasileiros no período de 1995 a 2003.

⁵A unidade de produção familiar apresenta uma heterogeneidade significativa e abarca, conforme Wanderley (1999) e Mançano Fernandes (2002), diversas especificidades. O campesinato representa uma das formas de agricultura familiar. Além da categoria camponês, encontramos os agricultores integrados ao mercado capitalista, a partir de cultivos voltados à exportação, na qual se situam os fumicultores.

Ao mesmo tempo, sempre mesclou o cultivo da terra e a criação de animais com outras atividades complementares (SCHNEIDER, 2004).

Schneider destaca que

[...] Na verdade, o exercício de várias atividades dentro de uma mesma propriedade agrícola é uma característica intrínseca ao “modo de funcionamento” de unidades de trabalho que organizam-se sob a égide do trabalho familiar, conforme amplamente demonstrado pelas ciências sociais dedicadas aos processos sociais agrários, a antropologia em particular. Como na agricultura das nações desenvolvidas o trabalho de origem familiar é dominante, pode-se dizer que o fato destas unidades voltarem-se para o exercício de outras atividades, combinando-as com a agricultura, responde a uma situação que corresponde, historicamente, a situações corriqueiras [...] (SCHNEIDER, 2000: 10)

Além da diversificação da produção e do emprego da mão-de-obra familiar, outro elemento presente corresponde à lógica do produtor familiar: o patrimônio familiar como elemento fundante da condição de produtor (WOORTMANN, 1997). Assim,

[...] considera-se agricultor familiar aquele cuja família é proprietária dos meios de produção, organiza sua atividade produtiva e, ao mesmo tempo, trabalha na unidade produtiva. As formas como estes três elementos – terra, trabalho e família - se combinam socialmente estão na origem da grande diversidade de expressões da agricultura familiar nas situações concretas e que são objeto constante de nossas pesquisas [...] (WANDERLEY, 2007)

A heterogeneidade observada no território brasileiro pode ser também visualizada na agricultura familiar. Mesmo apresentando algumas características em comum, a agricultura familiar revela diferentes especificidades, de acordo com cada região, etnia, tipo de cultivo, dentre outras.

Com o desenvolvimento do capitalismo, as mudanças no meio rural propiciaram ainda mais atividades não-agrícolas como estratégia de reprodução social e sobrevivência para a agricultura familiar.

Além disso, a estrutura e a organização da família rural também se encontram em processo de modificação, na medida em que as unidades de produção familiares adequam-se às relações capitalistas, à sociedade em rede e buscam estratégias de sobrevivência perante os abismos que estão sendo criados entre as regiões. Dessa forma, a organização interna (número de filhos, diversificação de atividades, entre outros) e a relação com a terra, da mesma forma, alteram-se.

Para Lamarche, os agricultores mais envolvidos com o mercado são aqueles mais fragilizados pela crise provocada pelo próprio mercado. Perante estas

mudanças, ele destaca algumas características (autoconsumo, práticas de ajuda mútua) como estratégias de reprodução social e não como atraso tecnológico dos agricultores (LAMARCHE, 1993).

Frente a esta situação, pesquisadores têm-se debruçado sobre algumas questões cruciais para a agricultura familiar. Entre elas a perda, ou não, da identidade rural, as modificações dos seus modos de vida, a diminuição da dimensão agrícola, a tendência à individualização. Todas representam questões que adquirem, cada vez mais, importância no que tange ao futuro da agricultura familiar.

O mundo passa a desejar alimentos mais saudáveis, segurança e tranquilidade e a agricultura familiar adquire um importante papel: o meio rural deixa de ser um problema e passa a representar possibilidades de emprego e qualidade de vida (WANDERLEY, 2000). Para a autora, a agricultura familiar no Brasil passa por uma fase de construção, como projeto político e social de desenvolvimento (WANDERLEY, 1995).

Segundo Schneider, o cenário atual encontra-se marcado por um *processo de ampliação da interdependência nas relações sociais e econômicas em escala internacional*. O autor prossegue citando Castells e destaca: “[...] excepcional capacidade da economia capitalista se ajustar, em escala planetária, a interdependência entre as condições de tempo e espaço no processo global de produção de mercadorias [...]” (SCHNEIDER, 2004: 90).

Assim, a importância de atividades não-agrícolas no meio rural é crescente e, em contextos internacionais

[...] a dinâmica da própria agricultura no espaço rural vêm sendo condicionada e determinada pelas outras atividades ali praticadas, passando a ser cada vez mais percebida como uma das dimensões que se estabelecem entre a sociedade e o espaço ou entre o homem e a natureza [...] (SCHNEIDER, 2007).

A partir das discussões sobre a forma como a agricultura familiar tem exercido sua função social e as estratégias que tem utilizado, torna-se possível entender os processos que ocorrem na unidade de produção familiar. É preciso levar em conta as especificidades de cada região e cultivo e entender a relação da familiar rural a partir das relações estabelecidas com o mercado.

Dessa forma, a agricultura familiar, com suas novas configurações sociais, vem sendo analisada sob diversos enfoques e perspectivas. Ao se considerar que

as relações familiares se transformaram ao longo do tempo, Maria José Carneiro (1998A) buscou estabelecer um diálogo entre a situação do agricultor na França e no Brasil, ressaltando as rupturas e as continuidades no âmbito familiar. Entre as contribuições ressalta-se a manutenção da importância do núcleo familiar, porém, sob outro aspecto: a manutenção da família a partir de projetos individuais, os quais substituíram o projeto coletivo, aquele da família como um todo.

Para Abramovay, a idéia de camponês foi superada com o surgimento da indústria e do progresso técnico. Seguindo essa linha, o camponês se apropriou do capital, adotou a técnica e transformou-se em um agricultor (produtor) familiar moderno (ABRAMOVAY, 1998). Na verdade, ele vai além: afirma que o produtor está integrado ao mercado, gerando produtos, possuindo alta produtividade e lucratividade em sistemas capitalistas desenvolvidos, como, por exemplo, o norte-americano. Ainda, segundo o autor, no Brasil, a integração do produtor ao setor agroindustrial

[...] oferece tanto à indústria como aos agricultores um horizonte de estabilidade, respectivamente, de oferta e de renda. Além disso, os agricultores integrados encontram maiores facilidades de acesso a créditos bancários exatamente por esta estabilidade. Mas existem aí sérios problemas. No caso do fumo, além dos problemas que se ligam à saúde pública, estão os problemas ambientais e as próprias condições de trabalho que faz com que a fumicultura seja sempre encarada como um mal necessário, uma espécie de acumulação primitiva pela qual o produtor tem de passar para mudar a outras atividades [...] (ABRAMOVAY, 2007a)

Conforme Abramovay há o surgimento do agricultor familiar moderno como o de um produtor integrado ao mercado e capaz de incorporar os avanços técnicos. Seguindo esse viés, o fornecimento de matérias-primas agrícolas e mão-de-obra perdem sua importância frente às inúmeras possibilidades alternativas de renda que podem ser pensadas para este produtor. Além disso, para ele, a agricultura familiar

[...] garante a existência de um tecido social que vai gerar diversas atividades além da própria agricultura. Não é um momento transitório que será suprimido quando o progresso chegar. Isso não aconteceu nos países desenvolvidos e não vai acontecer aqui. A agricultura familiar conseguiu se afirmar em setores extremamente modernos: na produção de aves, suínos, fumo, produtos ligados a mercados internacionais [...] (ABRAMOVAY, 2007b).

Mançano Fernandes e Matuzalem discordam desta visão. Para eles, o rural era caracterizado pela paisagem e por um modo de vida e relações de trabalho

específicas. Com a inserção do modo capitalista no campo, o camponês passou a integrar um complexo que profissionaliza a força de trabalho do homem do campo e modifica seu modo de viver e trabalhar a partir de bruscas mudanças culturais:

[...] a reestruturação produtiva do campo brasileiro é fundada pelo contrato social estabelecido entre o capital internacional e o Estado, tendo em vista a potencialidade produtiva em ampla escala com baixos custos num acordo que favorece o equilíbrio da balança comercial brasileira, as estratégias de expansão e enriquecimento das grandes empresas e o atendimento das necessidades dos mercados consumidores. Este contrato tem em vista a redefinição da divisão internacional do trabalho e da distribuição global do poder político e econômico [...] (MANÇANO FERNANDES; MATUZALEM, 2007).

Da mesma forma, Fernandes considera a criação da categoria “agricultura familiar” uma forma de neutralizar os agricultores, impedir a luta pela terra:

[...] o governo adotou nova tese e criou um “novo mundo rural”, onde a agricultura camponesa é metamorfoseada em agricultura familiar, procurando convencer os trabalhadores de que o mundo mudou e que a luta pela terra é coisa do passado; que a subalternidade é “natural”, na “integração ao capital e ao mercado” [...]. (FERNANDES, 2007: 20)

Frente às discussões apresentadas, percebe-se uma gama diferenciada de análises sobre a agricultura familiar. Se, a partir dos anos 90, a agricultura familiar passa a ter maior visibilidade no Brasil, conseqüentemente, também torna-se alvo de políticas públicas, dentre as quais se pode destacar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A agricultura familiar deixa de ser modelo capaz de fornecer alimentos baratos e matérias-primas e passa a ser reconhecida pela sua pluriatividade, ou seja, a partir de uma reprodução social, que leva em conta, além das necessidades econômicas, aquelas sociais e culturais (CARNEIRO e MALUF, 2003).

De qualquer forma, é unânime a idéia de um rural heterogêneo e complexo. Um rural que emerge das necessidades impostas pela justaposição entre local e global, da mudança de postura e de atuação do Estado. É neste contexto que, atualmente, no Brasil, as atividades não-agrícolas têm sido tratadas como estratégias de reprodução do agricultor familiar no sistema capitalista. Da mesma forma, revela-se uma face não tão ingênua do homem do campo, ou seja, um produtor dotado também de uma lógica econômica. Logo, são muitas as

especificidades e características das unidades de produção familiar. Cabe ao pesquisador, a partir de seu recorte de estudo, identificar seus personagens a partir de seus contextos, origens e estratégias de reprodução social e econômica.

3.2 O jovem rural e a agricultura familiar

A nova ruralidade é objeto de estudo por parte de diversos autores (FAVARETO, 2007; CARNEIRO, 1998; SILVA, 2007) e refere-se a uma exposição mais intensa do meio rural às realidades contemporâneas. Parte do acesso a novos conhecimentos tem sido fomentada através de projetos educacionais, entre eles o Programa de Educação Promocional do Estado do Espírito Santo (Mepes); o Centro de Desenvolvimento dos Jovens Rurais (CEDEJOR), no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; o Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais (Projovem), no interior do estado de São Paulo e o Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta), em Pernambuco.

Nesse sentido, o horizonte dos jovens tem se ampliado e a possibilidade de acesso a novos conhecimentos e lugares passou a habitar imaginários. Assim, considera-se importante ressaltar as transformações relativas às “novas identidades em construção” (CARNEIRO, 2007) e as implicações destes projetos nas relações sociais, com a natureza e as cidades. Os jovens, após a passagem pelos projetos, seguem caminhos diversos: alguns se engajam em sindicatos e associações, outros migram para a cidade em busca de oportunidades que suprem as necessidades geradas a partir dos conhecimentos adquiridos.

Outros, permanecem nas propriedades, plantando fumo ou desenvolvendo atividades paralelas ao tabaco. A longo prazo, muitos daqueles que partiram para o meio urbano também percebem que os projetos de vida sonhados não foram realizados.

Tal fato pode ser associado ao comprometimento do futuro da agricultura familiar, tendo em vista o êxodo dos jovens para a cidade. Nesse sentido, o momento da sucessão hereditária torna-se um assunto importante a ser tratado, considerando que é um processo formado por três componentes: a transferência patrimonial, a continuidade da atividade paterna e a saída da geração mais velha do comando do negócio.

Dentre as possibilidades apresentadas aos jovens rurais, permanecer na terra não tem sido a mais atrativa. Dessa forma, para que se concretize a sucessão, conforme Patrick Champagne,

[...] é preciso, portanto, que haja um sucessor, isto é, não só um herdeiro, mas – e isto é tão evidente que se acaba por vezes esquecendo-o - um herdeiro que tenha vontade de herdar ou, pelo menos, um filho que aceite submeter-se a uma vontade de continuação manifestada por seus pais. Assim, a sucessão depende bem claramente da presença de filhos e de seu número. Mas depende outro tanto, é sabido, do sexo dos filhos, sendo que as filhas abandonam a agricultura mais precoce e maciçamente do que os rapazes, que são mais ligados ao patrimônio [...] (CHAMPAGNE, 1986: 9)

Tendo em vista as mudanças no mundo rural, cada vez mais as comunidades rurais absorvem as características da cidade. Através do maior acesso a transporte, bens e consumos, informática, internet, comunicação, essas transformações acarretam mudanças na estrutura na vida familiar, nas relações de trabalho e no aumento do nível de escolaridade. Ao mesmo tempo, o acesso a estes bens e serviços propicia ao jovem a ampliação da possibilidade de escolhas. Mas, como salienta Carneiro, é preciso relativizar tais mudanças:

[...] O ritmo das transformações das relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de “urbano” e “rural” em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente. Torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos ou arraiais a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmos em hábitos culturais. No entanto tal processo não resulta, a nosso ver, numa homogeneização que reduziria a distinção entre o rural e o urbano a um *continuum* dominado pela cena urbana, como já foi formulado no tocante à realidade europeia (Lefebvre, 1972; Duby, 1984; Mendras, 1985, entre outros) e para a realidade brasileira (Graziano da Silva, 1996; Ianni, 1996, entre outros) [...] (CARNEIRO, 2007)

Assim como não se pode falar da ruralidade de forma generalizada, já que ela se manifesta em contextos culturais, sociais e econômicos diversos (CARNEIRO, 2007), também não é possível reconhecer o jovem como um grupo homogêneo.

Nesse sentido, Carneiro também reflete sobre a interferência da educação na vida dos jovens e das famílias através da intervenção do Estado, ao aumentar a escolaridade dos filhos de agricultores. Tal situação vem estimular o jovem a seguir outras profissões e “[...] resulta também em conseqüências graves para o futuro do estabelecimento agrícola e do patrimônio familiar [...]” (CARNEIRO, 1998a: 84).

Assim, os jovens vêm sendo observados como uma construção social que apresenta diferentes formas, ou seja, conforme a sociedade e a família estabelece

as hierarquias, limites e possibilidades. Seguindo essa linha, conforme Bourdieu⁶, é preciso considerar as ambigüidades e estruturas que permeiam a vida dos jovens e, conseqüentemente, conceber a “juventude” como *apenas uma palavra*.

O cotidiano do jovem é permeado por conflitos: o limiar entre a vontade de mudar e as limitações impostas pela família e pela sociedade. Para Bourdieu, na questão dos jovens, o sociólogo deve lembrar que as divisões entre idades são arbitrárias:

[...] é o paradoxo de Pareto dizendo que não se sabe em que idade começa a velhice, como não se sabe onde começa a riqueza. De fato, a fronteira entre a juventude e a velhice é um objeto de disputas em todas as sociedades [...] (BOURDIEU, 1983: 112)

Para ele a idade biológica é um dado *manipulado e manipulável* e “[...] o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotados de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente [...]” (BOURDIEU, 1983: 113).

Recentemente, trabalhos de pesquisadores e a atuação das organizações têm ressaltado a importância e a necessidade de estudos e perspectivas voltados à juventude. Arelada ao futuro das regiões rurais, o tema juventude vem recebendo atenção, visibilidade e sendo objeto de discussão e de construção de políticas públicas. Novaes acrescenta que os “jovens de projeto” “[...] se (re) apropriam das idéias, palavras e expedientes destes projetos, incluindo-os em suas estratégias de sobrevivência social [...]” (NOVAES, 2006: 113).

Segundo Novaes, os projetos podem, através do aumento da escolaridade, da capacitação profissional e de pertencimento local comunitário

[...] contribuir para a supressão de certas marcas de exclusão. [...] No plano local, mesmo para os jovens que, por diferentes motivos, não têm acesso aos projetos, pode-se dizer que sua mera existência amplia o campo de negociação com a realidade [...]” (NOVAES, 2006: 113-114)

Dessa forma, falar sobre o jovem, seus projetos de vida e sua trajetória, remete o pesquisador a pensar a situação de quem vive no meio rural e implica reflexões sobre a migração destes jovens para a cidade. Parte-se, pois, da seguinte realidade: 5,9 milhões de jovens, entre 15 e 24 anos, vivem no campo, sendo 1,8

⁶Para o autor, a construção da palavra juventude é uma maneira de controlar as gerações mais novas e manter o poder e os saberes segundo a hierarquização estabelecida pelos mais velhos.

milhões em situação de extrema pobreza⁷ (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE DIREITOS DA INFÂNCIA, 2007). A falta de novas oportunidades de trabalho e de perspectivas para os jovens rurais são um desafio para o futuro da agricultura familiar.

À necessidade de novas fontes de renda e perspectivas, soma-se a condição de invisibilidade social da juventude do campo, seja pela falta de diretrizes políticas públicas específicas ou pela condição de sujeito distante de direitos sociais. Esse contexto abre espaço para a atuação de organizações e instituições que buscam em projetos e estratégias voltadas à responsabilidade social, formas de inserção no mercado e de fortalecimento de imagem. Em muitos desses projetos, os jovens deverão conciliar os objetivos coletivos da comunidade com a sua emancipação individual. Os conseqüentes rearranjos das relações familiares mostram como o cotidiano do camponês se organiza em meio às novas racionalidades técnico-econômicas e de que maneira oferecem espaços para rupturas nas tradições.

Segundo Brumer, os dados demográficos sobre a população brasileira confirmam a continuidade dos movimentos migratórios dos jovens para os centros urbanos.

Os motivos apontados pela autora referem-se aos “[...] atrativos da vida urbana, principalmente em opções de trabalho remunerado (fatores de atração) e de outro lado as dificuldades da vida no meio rural e as dificuldades da atividade agrícola (fatores de expulsão) [...]” (BRUMER, 2006: 2).

Para Champagne, a migração para o centro urbano explicita a rejeição pelas atividades agrícolas:

[...] Enquanto no passado, os filhos de agricultores permaneciam maciçamente na agricultura, hoje parecem rejeitar fortemente uma atividade que lhes parece mal remunerada e penosa preferindo os horários fixos e as rendas regulares do salário. De fato, esta intensificação do êxodo rural é o produto de uma transformação profunda do modo de reprodução, correlativa à passagem do mundo rural como conjunto de microsociedades locais, dominadas pela atividade agrícola, para a atividade agrícola dirigida a um espaço mais amplo, que se integra não só aos setores econômicos não agrícolas, mas também a um espaço econômico agrícola diferente. [...] (CHAMPAGNE, 1986).

⁷Segundo a Agência de Notícias de Direitos da Infância (ANDI), baseada nos dados do Censo do IBGE de 2000 e em dados do Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileiras – UNICEF, no Brasil são 5,9 milhões de jovens entre 15 e 24 anos vivem no campo, sendo 1,8 milhões em situação de extrema pobreza. Nesta mesma faixa etária foram encontrados 650 mil jovens oriundos de áreas rurais que estavam residindo na cidade, durante o Censo 2000. A falta de perspectivas, que leva o jovem a se deslocar, está associada, entre outros fatores, aos problemas da educação nessas localidades. O Censo Escolar 2002, do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), aponta que 94% dos estudantes do ensino médio residentes no campo – atendidos pelo sistema de transporte escolar público – freqüentam escolas urbanas.

Os estudos de Abramovay também ressaltam a continuidade do êxodo. O autor salienta que, apesar das pesquisas pessimistas, o medo do êxodo rural, contido nas “profecias” de que não resta nada a fazer, apenas aguardar o fim das regiões rurais, pode ser combatido a partir de uma nova ruralidade que já se pode encontrar nos países desenvolvidos: uma agricultura familiar pluriativa.

É importante lembrar que Abramovay defende alternativas que possibilitem não apenas a opção de ficar no campo, mas um ambiente capaz de estimular projetos inovadores

[...] no caso daqueles que pretendem estabelecer-se como agricultores, que sua implantação fosse acompanhada e mesmo condicionada à elaboração de um projeto técnico consistente, cujas chances de afirmação em mercados dinâmicos fossem altas [...] (ABRAMOVAY, 2005: 2).

Ele complementa que, para o jovem que opta por não trabalhar com atividades agrícolas, tornam-se mais importantes conhecimentos de gestão, contabilidade e funcionamento de mercados, do que o aprendizado de técnicas agrônômicas. Além disso, destaca ser necessário uma política de desenvolvimento rural voltada para a juventude, que não se limite à agricultura:

[...] Os futuros agricultores serão cada vez mais pluriativos, suas rendas dependerão da agricultura, mas também de outras atividades. Quanto mais os jovens estiverem preparados para essas outras atividades - entre as quais destacam-se as voltadas à valorização da própria biodiversidade existente no meio rural - maiores suas chances de realização pessoal e profissional. Além disso, nas regiões rurais - entendidas como as áreas interioranas do País - não vivem apenas agricultores [...]. (ABRAMOVAY, 2007c).

Graziano da Silva também salienta a questão do êxodo rural e afirma que

[...] levando-se em conta que as estatísticas mais recentes do Brasil rural revelam um paradoxo que interessa a toda a sociedade: o emprego de natureza agrícola definha em praticamente todo o país, mas a população residente no campo voltou a crescer; ou, pelo menos, parou de cair. Esses sinais trocados sugerem que a dinâmica agrícola, embora fundamental, já não determina sozinha os rumos da demografia no campo. As políticas públicas dirigidas ao setor, portanto, não podem mais se orientar pelo reducionismo que nivela o rural ao agrícola [...] (SILVA, 2007).

Para Ortega e Niemeyer o êxodo vêm diminuindo devido às transformações no campo: se entre 1981 e 1992 a taxa de crescimento das atividades não agrícolas foi de 1,2% ao ano, entre 1992 e 1999 foi 3,7%. Conforme os autores,

[...] estudos recentes têm comprovado que parte desse segmento de 'pequenos agricultores' além de apresentar uma participação importante na produção rural brasileira tem resultado uma grande capacidade competitiva como demonstra o estudo feito pelo convênio FAO/INCRA 2000, baseado no censo agrário 1995/96 [...] (ORTEGA; NIEMEYER, 2007: 103)

Ao mesmo tempo, viver no campo e acessar a cidade através de projetos sociais, da mídia e através da própria relação da família com a cidade (pagamento de contas e a compra de bens de consumo, saúde e educação) revela o trânsito constante dos agentes entre valores e modos de vida diversos.

[...] No bojo dessas mudanças o que se sabe, porém, é que a criação de *novas necessidades* – já que o envolvimento do trabalhador rural em uma só ocupação não lhe traria o necessário ao seu sustento e de sua família – tem alterado o padrão de reprodução da agricultura familiar, ampliando o campo de possibilidades no que diz respeito aos projetos individuais com o objetivo de melhorar de vida [...] (CARNEIRO, 1998: 7).

Segundo ela, tais transformações no mundo rural, as quais os jovens têm vivido, não implicam necessariamente na descaracterização do sistema social e cultural dos sujeitos (CARNEIRO, 2007).

Segundo o estudo de Carneiro, dentre as características relevantes junto aos jovens foram encontradas a pluriatividade (a busca por trabalho não-agrícola); a diminuição do número de integrantes da família; a dúvida, encontrada no processo de tomada de decisão, no momento de migrar para a cidade (receio da convivência com dois universos culturais); e o aumento do grau de escolaridade.

Tais características também foram percebidas em outros estudos (STROPASSOLAS, 2007), inclusive nesta dissertação de mestrado. Torna-se evidente que os jovens do campo percebem a vida de forma diferente dos seus pais, afinal, as transformações são constantes. Logo, a relação com a cidade tornou-se mais estreita, devido à própria necessidade de comunicação no que diz respeito à venda dos produtos, compra de insumos, bem como o hábito de comprar na cidade, oriundo de uma sociedade de consumo. Tal aproximação fomenta mudanças estruturais significativas, entre elas a diminuição da estrutura familiar, a

pluriatividade e o incentivo ao consumo de bens que, antes, não faziam parte das necessidades dos moradores do meio rural.

3.3 Desenvolvimento e desenvolvimento local

À palavra “desenvolvimento” vem sendo atribuídos diversos significados. Perante esta característica multifacetada que o termo adquire, as reflexões sobre ela exigem uma leitura atenta no sentido de entender características subjacentes ao termo: ideologia, ilusão, legitimidade política e mesmo liberdade (FAVARETO, 2007). Da mesma forma, a palavra desenvolvimento se desdobra em expressões como ecodesenvolvimento, sustentável, regional, territorial e local. Para Veiga, no período anterior à década de 60, não havia necessidade de distinguir desenvolvimento e crescimento econômico. Para ele,

Até meados dos anos 1970, o desenvolvimento era sempre identificado apenas com progresso material. Para alguns autores, o enriquecimento levaria espontaneamente à melhoria dos padrões sociais. Para outros, a relação parecia mais complexa, pois o jogo político intervinha, fazendo com que o crescimento tomasse rumos diferenciados, com efeitos heterogêneos na estrutura social. Mas todos ainda viam o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico (VEIGA, 2005: 243)

Segundo Abramovay, para que o desenvolvimento seja possível, é preciso criar capital social⁸ onde não existe, tendo em vista que “[...] ele pode ser criado, desde que haja organizações suficientemente fortes para sinalizar aos indivíduos alternativas aos comportamentos políticos convencionais [...]” (ABRAMOVAY, 2007d). Ainda conforme o autor, essa “[...] formação de capital social exige uma ação voltada especificamente à juventude vivendo no interior do Brasil [...]” (ABRAMOVAY, 2007d).

O conceito de desenvolvimento sofreu inúmeras alterações com o passar dos tempos. A partir da segunda metade da década de setenta, os limites dos projetos de desenvolvimento e das políticas públicas passam a ser mais observados.

⁸Para Abramovay o capital social nos permite ver que os indivíduos não agem livremente e que os objetivos dos sujeitos não são concebidos de forma isolada. Baseado em Putnam e Coleman, considera que o capital social corresponde “a recursos cujo uso abre caminho para o estabelecimento de novas relações entre os habitantes de uma determinada região (ABRAMOVAY, 2007d).

Estes projetos e políticas públicas, tidos como eficientes instrumentos de emancipação econômica e social dos países, quando deparados com os impasses gerados pelo desenvolvimento estritamente econômico, incitaram algumas reflexões críticas sobre o tema. Assim, para pensar o desenvolvimento, tornou-se necessário superar a economia geral e a maioria dos modelos de desenvolvimento, ou seja, ultrapassar a dimensão econômica do conceito (MALUF, 2007).

[...] Mais do que nunca estamos colocados frente ao desafio de atribuir sentido, talvez mais de um sentido, à noção de desenvolvimento quando aplicada aos processos sociais, em particular ao se tratar do desenvolvimento econômico [...] (MALUF, 2007)

Nos anos oitenta, visando conciliar crescimento econômico às dimensões social e ambiental, surge o conceito de desenvolvimento sustentável. Para Santos, na década de 90, dois modelos de desenvolvimento, em nível internacional, coexistiam a partir de uma relação conflituosa: o modelo neoliberal e o do desenvolvimento sustentável:

[...] O primeiro modelo, de longe, dominante, assenta nas seguintes ideias: liberalização dos mercados; prioridade ao crescimento econômico e à competitividade; intervenção mínima do Estado no pressuposto de que o mercado é eficiente [...]. Por sua vez, o modelo de desenvolvimento sustentável assenta no seguinte: é possível e necessário combinar produtividade com proteção social e equidade ambiental [...] (SANTOS, 2007)

Assim, se o desenvolvimento está relacionado à ampliação das possibilidades de escolha, ele não se resume a

[...] modelos de automóvel ou canais de televisão, mas sobretudo das oportunidades de expansão das potencialidades humanas que dependem de fatores sócio-culturais, como saúde, educação, comunicação, direitos e - *last but not least* – liberdade [...] (VEIGA, 2000)

Na década de 90, inúmeras iniciativas de ONGs e fundações empresariais “[...] cujo recorte - legitimado pelo ideário do desenvolvimento local sustentável – tem a marca territorial, isto é, se propõe a incidir sobre o local [...]” (NOVAES, 2006). Para Novaes, o local é resultado de relações assimétricas, históricas, econômicas, políticas e culturais entre diferentes espaços sociais.

Nesse cenário emerge o conceito de “desenvolvimento local”, visto como uma possibilidade de mediar ações endógenas a partir dos próprios agentes.

São diversas as opiniões e análises a respeito. Se para alguns autores (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002) o local é uma forma de lutar contra a hegemonia, para outros (BENKO e LIEPEPTZ, 1994) é apenas um novo arranjo industrial pós-fordista guiado pelo modelo neoliberal.

No primeiro caso, o local é tido como um espaço propício à organização dos agentes na luta contra os sistemas impostos de forma exógena e propicia um crescimento *de baixo para cima*. Já para Benko e Liepetz, a crise do taylorismo⁹, nos anos 60, serve para reorganizar as relações de trabalho. Uma das soluções encontradas foi mobilizar não apenas os recursos humanos encontrados nas empresas, mas aqueles situados na cultura local. Dessa forma, até mesmo os artesãos tradicionais passam a atrelar-se aos mercados oligopolistas (BENKO, 1999). Para Navarro, o desenvolvimento local

[...] deriva de duas grandes mudanças do período atual. Primeiramente a multiplicação das ONGs, que, por atuarem normalmente em ambientes geograficamente mais restritos (a região ou município), lentamente instituíram seu raio de atuação em tais ambientes e, em decorrência, criaram uma estratégia de ‘ação local’, que se tornou ainda mais acentuada por oposição, quando os impactos dos processos globalizantes se aceleraram. A outra mudança refere-se aos processos de descentralização em curso em muitos continentes – a América Latina em particular (e o Brasil, em especial). Esta transferência de responsabilidade de Estados antes tão centralizados valorizou crescentemente o ‘local’, no caso brasileiro, o município. É a convergência desses fatores, portanto, que tem introduzido o desenvolvimento local como outra das noções que gradualmente passam a ser orientadoras de diversas iniciativas, governamentais ou não. [...] (NAVARRO, 2001b: 89-90)

A atuação, em nível local, traz consigo uma nova forma de gestão e planejamento. Para ilustrar a importância do local, tem-se o “Programa Comunidade Ativa”, lançado em 1999, no Governo Fernando Henrique Cardoso. O programa foi

⁹O taylorismo foi um método de racionalização do trabalho que pretendeu aumentar a produtividade do trabalho através da “economia de tempo”, ou seja, foi introduzida uma nova divisão social do trabalho através do sistema de fábrica. Neste sistema a automatização da produção rege o tempo e as atividades através da sua otimização. Como respostas ao esgotamento do taylorismo surgiu, nos anos 70, o toyotismo, na indústria automobilística. A adoção deste modelo, regido pela acumulação flexível, tenta superar a crise do capitalismo iniciada nos anos 60 e aumentar o lucro das empresas. Para tanto, era preciso reduzir os custos de produção. Conforme Harvey (1992), com a flexibilização do mercado, conseqüentemente, há uma flexibilização dos processos de trabalho e do mercado de trabalho.

considerado uma estratégia para diminuir a pobreza e incentivar o desenvolvimento através do "Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS".

Milani destaca a importância de pensar o desenvolvimento local como espaço de relações de conflitos, competição, reciprocidade e cooperação entre os agentes (MILANI, 2007).

Também é preciso considerar que o desenvolvimento de uma localidade, o qual depende do engajamento e do fortalecimento dos sujeitos, encontra-se atrelado ao processo de tomada de decisão dos mesmos. Da mesma forma, este processo depende das escolhas dos agentes, ou seja, de acordo com as oportunidades (externas e objetivas) e desejos (internos e subjetivos). Nesse sentido, para formular estratégias de desenvolvimento local é preciso, então, conhecer também a dimensão cultural do desenvolvimento local, a partir de um

[...] conjunto de atividades econômicas e sociais (e não de forma setorial ou mono-escalar) com alto grau de interdependência com os diversos segmentos do tecido sócio-econômico da sociedade (âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e com agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global). Por conseguinte, é fundamental que seja planejado como um sistema integrado no mercado global e tendo em conta a dimensão social local [...]
(MILANI, 2007: 2)

Ao mesmo tempo, a globalização, causando efeito contrário daquele esperado¹⁰, veio reforçar as dinâmicas locais e territoriais de forma assimétrica e desigual. Tendo em vista estas necessidades, assim como as contradições que se apresentam no cotidiano dos agentes, Oliveira indica necessário fomentar discussões sobre o discurso ideológico do desenvolvimento local e analisar a complexidade das relações e poderes envolvidos:

[...] desenvolvimento local é apresentado como um "emplastro" (do romance de Machado de Assis, Memórias Póstumas de Brás Cubas) capaz de curar as mazelas de uma sociedade pervertida, colocando-se no lugar bucólicas e harmônicas comunidades. Pensado dessa forma, o desenvolvimento local tende a fechar-se para a complexidade da sociedade moderna e passa a

¹⁰Segundo alguns autores (CASTELLS, 1999; HALL, 2006), as novas relações de poder advindas da globalização precisam ser analisadas frente às alterações (desintegração, perda) das identidades locais. Tendo como base uma possível homogeneização cultural, é também necessário considerar a forma como os agentes se organizam, pois "[...] quando o mundo se torna grande demais para ser controlado os atores sociais passam a ter como objetivo fazê-lo retornar ao tamanho compatível com que o podem conceber [...]. as pessoas se agarram a espaços físicos recorrendo à sua memória histórica [...]" (CASTELLS, 1999: 85).

buscar o idêntico, o mesmo. [...] O desafio do desenvolvimento local é o de dar conta desta complexidade, e não voltar as costas pra ela [...] (OLIVEIRA, 2007: 13)

O autor ainda diz que o desenvolvimento local tende a substituir a cidadania e apaziguar os conflitos. A crítica estende-se também à atuação de organizações não-governamentais e fundações, patrocinadas pelas grandes empresas e que suprem as necessidades da nova ética empresarial: as ações socialmente responsáveis.

Para Oliveira, é preciso publicizar não apenas as ações sociais das empresas, que propagam e defendem a necessidade do desenvolvimento local através de projetos sociais, doações, programas educacionais, entre outros. Também é necessário publicizar os critérios pelos quais estas organizações realizam seus objetivos e que valores são trazidos pelos mesmos.

Sob outro enfoque, Abramovay retrata o desenvolvimento local a partir da necessidade da formação de capital social para o desenvolvimento local e destaca a importância do desenvolvimento como liberdade proposto por Amartya Sen¹¹.

A partir desta realidade complexa, questiona-se a autonomia das localidades frente à desregulamentação do Estado e a uma dependência, cada vez maior, da iniciativa privada. Frente às mudanças advindas das relações mediadas pela globalização, é importante ressaltar que as ações locais encontram-se atreladas ao processo global e às relações comerciais e sociais com outros mercados (SCHNEIDER, 2004).

Tem-se o local representado pela busca de desenvolvimento e o moderno representado pelas cidades, pela busca incessante do conhecimento, conduzido pela efemeridade dos tempos.

Vive-se em uma sociedade pautada por valores hegemônicos, por *incertezas fabricadas*¹², composta por valores globais e locais. Nas transformações do tempo e do espaço, na interconexão (que tem como limite o globo terrestre) e na intencionalidade (transformações do cotidiano), verifica-se a continuidade e descontinuidade entre o tradicional e o moderno (GIDDENS: 1991). Dessa forma, a relação entre local e global torna-se cada vez mais complexa e exige análises que

¹¹Conforme Amartya Sen (2000), o desenvolvimento apresenta duas visões antagônicas: como um processo violento, circundado pela acumulação de riquezas e, por outro lado, promotor do aumento da capacidade dos agentes de fazerem escolhas.

¹²Para Giddens, as incertezas fabricadas são resultado da intervenção do homem na natureza e nas condições da vida social.

levem em consideração não apenas os programas desenvolvidos e as políticas públicas formuladas, mas também é preciso uma reflexão sobre as intenções que antecedem tais ações e formulações.

3.4 Empreendedorismo e educação

Em minha vivência no ensino de criação de empresas, uma coisa chama a atenção: o fascínio despertado nos alunos (e em mim também) pelos empreendedores que convido à sala de aula para narrar suas experiências. E é sobre sua vida que falam, a empresa apenas como um pano de fundo. Contam sobre família, infância, juventude, estudos e casamento. Como desenvolveram uma idéia, como foram afetados pela empresa, as novas amizades, a nova maneira de ver o mundo, as emoções que acompanham cada ato, cada decisão. Falam com entusiasmo e paixão sobre a aventura da sua vida. Através deles, consegui entender algo que sempre li nos livros: a empresa é um sonho que se fez realidade. Já tive oportunidade de ouvir empreendedores narrando alguns de seus fracassos. É como se estivessem falando de um ser amado e perdido. Nessas ocasiões, a emoção domina a sala de aula, e alguns de nós acompanhamos os narrados em suas lágrimas [...] (CHAGAS, 1999: 19-20)¹³

Seja no campo ou na cidade, o empreendedorismo tem sido considerado uma solução para os problemas financeiros e de desenvolvimento de uma região ou de um país. Matérias veiculadas em revistas e jornais, ressaltam a importância de atitudes arrojadas, criativas, empreendedoras.

Dentre elas, destaca-se a reportagem “A escola prejudica o empreendedor”¹⁴, na qual o enfoque é a necessidade de desenvolver novas habilidades mentais para vencer nos negócios *num mundo que muda cada vez mais rapidamente*. Nela, o psicólogo norte-americano Robert Sternberg¹⁵, que é um crítico do ensino formal e propagador do empreendedorismo na escola,

relata que as escolas e universidades mais atrapalham do que ajudam aqueles que têm talento para empreender. Para Sternberg, os empreendedores precisam

¹³O livro “O segredo de Luisa”, de Fernando Dolabela Chagas (1999), utilizado pelo CEDEJOR, foi o único livro ressaltado que as entrevistas souberam apontar. Fernando Dolabela é o criador da “Metodologia de Ensino Empreendedorismo” e autor dos livros “Oficina do Empreendedor” e do “Software do Plano de Negócios *Make Money*”, que em conjunto com o “Segredo de Luísa”, compõem a trilogia metodológica para o auto-aprendizado do empreendedorismo. Para mais informações acessar <<http://Dolabela.com.br>>.

¹⁴A reportagem pode ser encontrada no Portal Revista Exame e foi veiculada em 24.08.2006. Disponível em <<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0875/pme/m0101417.html>>.

¹⁵Psicólogo, autor do livro “Successful Intelligence” e especialista em “funções mentais elevadas, estilos de pensamento, modificação cognitiva e liderança”. Mais informações <<http://www.yale.edu/rjsternberg/>>.

desenvolver uma intuição capaz de antecipar o futuro - e não correr atrás do que já está sendo feito (STERNBERG apud ROMANINI, 2007).

No campo, para suprir as deficiências encontradas na educação rural, há um grande número de ações voltadas ao empreendedorismo. Muitas são patrocinadas por instituições privadas e têm surgido como alternativa para o desenvolvimento local e para incentivar a permanência dos jovens no meio rural. Entre elas, o CEDEJOR que, como visto antes, tem como objetivo promover o empreendedorismo e o desenvolvimento do jovem rural, através de processos educativos, visando a sustentabilidade do meio rural e uma conseqüente melhoria na qualidade de vida das comunidades.

No Brasil, o primeiro curso voltado ao empreendedorismo surgiu em 1984, na Universidade de São Paulo (USP). Nos anos 90, o SEBRAE/Minas Gerais apoiou o “Grupo de Estudos de Pequenas Empresas”, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, a partir da concepção internacional do termo (uma visão voltada à economia: geração de lucros, gerenciamento e exposição ao risco), a qual passou a ser utilizada pelo canadense Louis Jacques Fillion, professor daquela universidade. A partir deste momento, vários workshops, conferências e palestras, foram organizados para difundir o tema no Brasil. Em 1993, Dolabela Chagas junta-se às idéias de Fillion e passa também a divulgar o empreendedorismo no Brasil.

Tido como uma transformação de mentalidade, a disseminação do termo no país aconteceu em parceria com o Sebrae e a Softex, empresa que apostou no empreendedorismo como forma de levar seus produtos ao mercado externo. Para Dolabela o termo significa saber fazer coisas novas, ter criatividade, gerar auto-emprego, realizar sonhos.

Mas, afinal, o que é empreendedorismo? Existem inúmeras definições e diversos trabalhos sobre o tema. O Instituto Souza Cruz disponibiliza em seu endereço eletrônico alguns conceitos sobre o tema, selecionados pelo pedagogo do Instituto, Antonio Carlos Gomes da Costa. Entre eles:

"Empreendedor: Indivíduo capaz de obter e desenvolver competências técnicas e comportamentais, que lhe permitam, a partir de idéias inovadoras, alcançar seus objetivos de forma criativa, autônoma e arrojada, com eficiência e eficácia, considerando riscos, certezas e incertezas" (Programa Empreendedorismo do Jovem Rural/Instituto Souza Cruz). Para Dolabela Chagas, o empreendedorismo está relacionado ao desenvolvimento social e à realização dos sonhos e “não pode

ser um instrumento de concentração de renda, de aumento de diferenças sociais ou uma estratégia pessoal de enriquecimento” (CHAGAS, 2007).

Ainda segundo Dolabela Chagas, o aprendizado deve ser constante e novo, sempre. O ser humano precisa estar motivado constantemente, bem como preparado para o risco e para todos os problemas que virão, mas que valem a pena, pois serão prazer, emoção e aventura na vida destas pessoas (CHAGAS, 2003). Para ele, na atividade empreendedora

[...] o conhecimento é volátil, mutante, nervoso, emocional. Daí porque o ser é mais importante que o saber, e o empreendedor deve ser alguém preparado para aprender a aprender. Para alguns a primazia do ser sobre o saber pode soar óbvia, principalmente neste final de século. Mas em muitas áreas ainda não o é. Na administração, por exemplo, ainda é uma idéia nova, que supõe rebeldia para lutar contra as correntes do século que ainda buscam a verdade numa única maneira de fazer as coisas, em um método ou modelo ideal de gerenciamento [...] (CHAGAS, 1999: 21)

O autor destaca também que os problemas devem ser motivadores da permanência da luta, pois fazem parte da vida de um empreendedor, a qual deve ser dedicada em grande parte ao seu projeto. Assim, o termo suscita diversos significados, entre eles: idéias inovadoras, criatividade, desenvolvimento social, realização de sonhos.

A literatura sobre empreendedorismo é vasta. Porém, a maior parte dos estudos e obras pesquisadas se restringem a tratar este conceito a partir da idéia de “conquistar seus sonhos” ou “tornar-se cidadão”. Parece que, na pós-modernidade (ou como conseqüências da modernidade, conforme Giddens), tudo gira em torno da cidadania: projetos sociais buscam levar cidadania aos excluídos. Também fala-se muito em “desenvolvimento” e sustentabilidade”, a ponto de vulgarizar, ainda mais, tais expressões, muitas vezes, desprovidas de contextualização e de uma conceituação adequada.

Nesse sentido, para José Eli da Veiga, estas diversas expressões e significados fornecidos ao termo correspondem a um “pântano cultural”:

Muita gente repete como papagaio que a intensa mortalidade entre as pequenas empresas brasileiras só pode ser sinal negativo sobre o grau empreendedor do Brasil. No entanto, há circunstâncias em que o desaparecimento de muitas empresas nada tem a ver com baixo nível de iniciativa econômica. Os estados americanos com as piores taxas de sobrevivência de empresas estão justamente entre os mais dinâmicos. Contrariando o senso comum, uma intensa “turbulência” econômica pode

significar que muitos recursos estão sendo retirados de certos ramos para serem investidos no aproveitamento de novas oportunidades [...] (VEIGA, 2006).

Veiga continua estas reflexões, se referindo ao termo. Para ele

[...] nos últimos anos essa noção (de empreendedorismo) passou a ser usada para caracterizar outros fenômenos, em geral com a ajuda de qualificativos. Cada vez mais se fala em “empreendedorismo social” e em “empreendedorismo público” para caracterizar fenômenos bem diferentes [...] (VEIGA, 2006)

Logo,

[...] Ocorre, todavia, que os próprios especialistas no assunto (em geral de áreas da Administração) fizeram uma imensa maionese com a noção original. Um deles enxerga empreendedorismo “em toda atividade não-rotineira daqueles que dirigem atividades econômicas de grandes e pequenos grupos e/ou organizações”. Outro diz que empreendedor é quem “se especializa em tomar decisões razoáveis sobre a coordenação de recursos escassos”. E há até quem chegue ao extremo de afirmar que “um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões [...] (VEIGA, 2006)

Para refletir melhor sobre o empreendedorismo, neste estudo, opta-se por abordá-lo a partir de David Harvey. Além disso, serão utilizadas também as contribuições do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação (GP-TESE)¹⁶, o qual desenvolve pesquisas sobre o tema empreendedorismo e educação. Para situar as discussões sobre o assunto, em nível nacional, serão trazidas as análises de Ricardo Abramovay e Bernardo Mançano Fernandes.

Segundo Harvey, as mudanças propostas pelo empreendedorismo na contemporaneidade tem sua origem no modelo atual de acumulação de capital e destacam a novidade, o fugidio, o efêmero, incentivando um “individualismo exacerbado” (HARVEY, 1992).

O autor ainda ressalta, no regime de acumulação flexível, mudanças nas relações de trabalho tendo em vista a crise mundial do capitalismo, no início dos anos 70. A atuação do capital acontece tanto na esfera política do Estado, quanto na reestruturação produtiva. Da mesma forma, o capital busca abrigo na acumulação flexível encontrada nos processos de trabalho, dos mercados, nos produtos e nos padrões de consumo (HARVEY, 1992).

¹⁶O Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação – TESE foi criado em 2003, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

Para o autor, os valores coletivos encontrados nos anos 50 e 60 se transformaram em um individualismo competitivo. Dentre os valores e características do empreendedorismo destacam-se a capacidade de inovar, assumir riscos e gerar riquezas, transformar o trabalho em espaço de auto-realização.

Harvey analisa a passagem do modelo fordista para a acumulação flexível e destaca a consolidação de uma cultura empreendedimentista (HARVEY, 1992). Dentre os valores desta cultura, tem-se uma imobilização da organização social em prol do crescimento do país. Para ele,

[...] Na medida em que o aumento da competição internacional em condições de crescimento lento forçou todos os Estados a se tornarem mais 'empreendedores' e preocupados em manter um clima favorável aos negócios, a força do trabalho organizado e de outros movimentos sociais tinha que ser contida [...]. (HARVEY, 1992: 158)

Assim, o empreendedorismo vem interferindo nas relações de trabalho e no modo como os agentes passam a perceber o mundo do trabalho, imersos em uma nova noção de espaço e tempo

[...] em que o tempo deixou de ser qualquer coisa além de velocidade, instantaneidade e simultaneidade e, em que o tempo como história desapareceu da vida de todas as pessoas...então, sim, então, em toda essa perturbação, uma pergunta ainda nos assombra como um espectro: Para quê? Para onde? E depois? [...] (HEIDEGGER apud HARVEY, 1992: 192-3)

Inspirado na capacidade de mobilização e nas expectativas que o termo tem causado na população urbana frente ao medo do desemprego e no desejo de liberdade, Dolabela criou a “pedagogia empreendedora” e passou a aplicá-la ao ensino formal, inclusive na educação infantil e na universidade. Seguindo os estudos sobre a utilização da pedagogia empreendedora, que vêm sendo realizados pelo GP-TESE, percebe-se a importância de conhecer e analisar as origens da pedagogia empreendedora criada por Fernando Dolabela.

Conforme o grupo

[...] Em primeiro lugar, é possível afirmar que a proposta de Pedagogia Empreendedora apresentada e defendida na obra aqui citada não questiona e nem propõe o rompimento com o modelo perverso de produção capitalista. Pelo contrário, propõe uma relação positiva com esta realidade da forma como está estabelecida, sem operar conflitos. No conceito de sociedade subjacente à proposta de Pedagogia Empreendedora, a compreensão do homem é separada do resultado de sua produção, ao

mesmo tempo em que se defende que o sonho é individual, mas que o resultado dele deve trazer benefício para a coletividade.

Em segundo lugar, pode-se afirmar que a “teoria” que serve de base para a Pedagogia Empreendedora aposta numa iniciativa individual e joga para o sujeito toda a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso do seu sonho (projeto). A proposta não leva em conta os conflitos de classe, os quais são travestidos numa espécie de destemor do empreendedor frente aos desafios da vida. Para a Pedagogia Empreendedora, o fracasso é desistir do sonho. Enquanto isso não acontecer, não há fracasso [...] (CÊA; LUZ, 2007)

Dentre aqueles que disseminam o empreendedorismo no país, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)¹⁷ atua em parceria com o CEDEJOR.

A propósito da pedagogia empreendedora e sua aplicação no meio rural, cabe destacar que, no Brasil, a educação no campo vem despertando discussões calorosas e diversas. Considerando o jovem rural inserido em um contexto diverso do de seus pais e a necessidade crescente de ampliar seus conhecimentos, vale trazer dois importantes discursos ligados ao tema “empreendedorismo e educação”: o de Ricardo Abramovay sobre a carência de uma reorganização do ensino formal que possa fornecer alternativas de fortalecer a atividade empresarial e preparar o jovem para o mercado de trabalho e o de Mançano Fernandes, quando reforça a necessidade de pensar uma educação voltada ao campo, levando-se em conta suas peculiaridades e modos de vida.

Segundo Abramovay, esta educação é retratada como uma forma de ampliar o capital cultural desses atores e incentivá-los a permanecer em seus locais de origem. Diferente de tempos passados, quando

[...] na percepção da maioria absoluta dos agricultores, para desempenhar a atividade agrícola, gerenciar o estabelecimento e fazer a inserção no mercado, bastava saber ler e escrever, estágio de formação que foi alcançado freqüentando a escola até a quarta série [...] (ABRAMOVAY *et alli*, 2003: 11)

Por outro lado, em entrevista para a revista Marco Social¹⁸, Mançano Fernandes revela que não acredita na eficácia do empreendedorismo e o considera

¹⁷O SEBRAE é uma instituição técnica de apoio ao desenvolvimento da atividade empresarial de pequeno porte, voltada para o fomento e difusão de programas e projetos que visam à promoção e ao fortalecimento das micro e pequenas empresas (SEBRAE, 2007). Para outras informações acessar <www.sebrae.org.br>.

¹⁸A entrevista pode ser encontrada *on line* na Marco Social vol. 7, ago. 2005 no site do Instituto Souza Cruz disponível em:<<http://www.institutosouzacruz.org.br>>.

um “conceito alienígena” que insere valores empresariais externos às comunidades (FERNANDES, 2005). O método do empreendedorismo segue a lógica do capital e, para o autor, inclui a todos com o objetivo de acirrar a competitividade. A consequência desta inclusão seria a geração de desigualdade, afinal, nem todos podem competir da mesma forma. Para ele, a competitividade que o termo propaga deveria ser substituída por valores oriundos das comunidades locais, tais como solidariedade e cooperativismo.

[...] é terrível ver um membro de uma organização não-governamental chegar a uma comunidade rural e iniciar um curso de formação a partir da visão do empreendedorismo. Ele ignora as experiências e os costumes locais, as perspectivas, as relações sociais [...] (FERNANDES, 2005: 32).

De acordo com esse viés, para Mançano Fernandes, as comunidades precisam se adaptar a uma lógica política estabelecida pelos projetos empreendedores¹⁹ e que “[...] muitas vezes, desmobilizam, destroem suas Identidades territoriais [...]” (FERNANDES, 2005: 35).

Mas o jovem rural está entendendo este processo ou está apenas sendo “guiado”? Se para Ricardo Abramovay o desenvolvimento rural encontra-se além das atividades agrícolas e a educação seria mais eficiente se voltada a atividades diversas²⁰, para Mançano Fernandes é preciso uma educação voltada ao campo e suas reais necessidades (não um modelo construído por organizações “alienígenas”). Para ele, estes projetos empreendedores são avessos à cooperação, já que têm como princípio a superação individual e, conseqüentemente, fomentam a competição e a lógica do capital.

As alternativas trazidas pelo empreendedorismo manterão os egressos no campo? Serão suficientes para incentivar sua reprodução social?

¹⁹O CEDEJOR, ao ressaltar a importância da pedagogia empreendedora como estratégia de reprodução da juventude rural e possibilidade de diversificação das atividades no campo revela uma nova face, não tão ingênua, do agricultor, dotado também de uma lógica econômica. Nesse sentido, conforme as matérias publicadas na Revista Marco Social, bem como a partir dos relatos de sujeitos desta dissertação, a passagem pelo Centro colaborou para que os jovens pudessem perceber possibilidades de atuação no meio rural e a (re) valorização do seu espaço.

²⁰Para ele, a política de desenvolvimento rural para a juventude não pode limitar-se à agricultura e os futuros agricultores serão cada vez mais pluriativos. Além disso, quanto mais os jovens estiverem preparados para essas outras atividades, maiores suas chances de realização pessoal e profissional. Para outras informações acessar <http://www.creditofundiario.org.br/materiais/revista/artigos/artigo05_1.htm>.

3.5 Representações Sociais

Os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador; b) embalsamados; c) amestrados; d) leitões; e) sereias; f) fabulosos; g) cachorros soltos; h) incluídos nesta classificação; i) que se agitam como loucos; j) inumeráveis; k) desenhados com um pincel finíssimo de pêlo de camelo; l) etcétera; m) que acabaram de quebrar o vaso; n) que de longe parecem moscas (BORGES apud FOUCAULT, 1999: 5)

A necessidade de classificar é inerente ao comportamento dos humanos e, facilmente, encontra-se no cotidiano, naquilo que nos prende intimamente. Tal necessidade de categorizar advém, segundo a perspectiva teórica das representações sociais, da busca pela familiarização. Seres, eventos e objetos são (re)classificados segundo modelos já encontrados em nossa memória.

Etimologicamente, “representar”, originado da forma latina *repraesentare*, significa fazer presente ou apresentar novamente. É um trabalho, um ato de acomodar o desconhecido para conviver melhor com algo estranho. Quando um objeto é re-apresentado²¹ ele já não é mais aquele original: ele foi (re) apropriado, algo novo foi colocado no lugar do original.

No prefácio de “As Palavras e as Coisas”, de Michel Foucault, o texto de Jorge Luís Borges, destacado acima, fala sobre uma velha enciclopédia chinesa. Em alguns casos, como ilustra este texto, o desconhecimento dos significados subjacentes pode tornar o não-familiar engraçado. A ignorância, muitas vezes, propicia o riso para, assim, ter condições de acolher aquilo que confunde.

As representações, decisões e estratégias podem ser captadas além da lógica expressa em discursos e podem ser melhor observadas a partir da postura etnográfica, a qual exige a escuta, a espera e a disponibilidade total frente às informações que o sujeito tem para fornecer. Assim, a contemplação, o silêncio e a reflexão, que devem acompanhar o pesquisador, indicam a necessidade de exercitar um outro olhar.

Para compreender como os indivíduos e os grupos explicam, interpretam e justificam suas ações e projetos de vida, optou-se por investigar suas representações. Para isso, a pesquisa de campo investigou as Representações Sociais, em uma perspectiva teórica-metodológica.

²¹Nas Representações Sociais (RS) re-apresentar é uma forma de exprimir, apresentar um fato novamente, recriá-lo.

A teoria das Representações Sociais desenvolveram-se a partir de debates entre sociólogos, psicólogos e antropólogos europeus no início do século XX, influenciados por tradições fenomenológicas.

A compreensão das representações sociais expressas pelos sujeitos da pesquisa foram aqui analisadas a partir das contribuições teóricas e metodológicas de Serge Moscovici e Sandra Jovchelovitch. Para Serge Moscovici, através da Abordagem Dimensional²², parte do conceito de representações coletivas de Durkheim²³ e busca entender como os sujeitos se apropriam e recriam suas percepções de mundo a partir de seus contextos e interações sociais.

É através do senso comum, nas relações entre os indivíduos e seus contextos, que percebe-se de que forma os sujeitos elaboram seus comportamentos. Por esse motivo, na captação das representações sociais é possível encontrar os diversos elementos, estáveis e contraditórios e que revelam que a representação plena não existe. Moscovici (1978), continua, dizendo que nos discursos se revelam as ambivalências presentes no cotidiano: estratégias que as pessoas encontram para conviver melhor com determinadas situações.

As representações sociais pretendem desvendar, a partir do cotidiano dos atores, as escolhas e as razões que antecedem as tomadas de decisão e mapear, nos atos e discursos, suas razões.

A importância da utilização das Representações Sociais deve-se à necessidade de entender os valores do grupo e não do indivíduo. É possível tentar compreender a forma como ele percebe o mundo e compartilha com o grupo. As representações vinculam, ao mesmo tempo, indivíduo e grupo. Assim, qualificadas como “sociais”, as representações sociais são uma

“modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (MOSCOVICI, 1978: 26). Importante ressaltar que a interação social acontece não apenas entre os indivíduos, mas entre as instituições e os indivíduos, mediados pelas ideologias e pelo grau de dependência das mesmas (sejam econômicas, sociais ou ambientais).

²²As RS podem ser abordadas através de três vertentes: Dimensional, Estrutural e Dinâmica. A Dimensional, prioriza o conteúdo (informação e atitude); a Estrutural trata as RS a partir de funções (identitária, de saber, de orientação e justificadora). A abordagem Dinâmica trabalha com dois elementos: objetivação e ancoragem (LOPES, 2006).

²³Para Durkheim, a vida coletiva é feita de representações, de idéias coletivas que perpassam as consciências individuais e permitem a comunicação (DURKHEIM, 1970).

Para Moscovici, o desenvolvimento e a transformação do saber se relacionam um com o outro, mas não necessariamente sucedem um ao outro linearmente (diferentemente de Durkheim, o qual acreditava em uma escala progressiva e linear de saber, que substitui formas primitivas por formas superiores). Baseado em Lèvy Bruhl e Vigostsky, que viam cada forma de saber como uma entidade própria, capaz de conviver com outros saberes, Moscovici defende a tese de que os saberes (que para Jovchelovitch correspondem às representações) necessitam ser entendidos de acordo com o contexto em que são usados e em relação à função que preenchem.

Conforme Jovchelovitch, os diferentes saberes coexistem e podem ser contraditórios. Para ela isso não é um problema se a lógica formal e a dualidade forem abandonadas, ou seja, se for adotada uma perspectiva dialética para pensar as situações sociais (JOVCHELOVITCH, 2004).

Segundo Jovchelovitch e Moscovici, criamos as representações no intuito de tornar familiar algo não-familiar e, para isso, a construção da realidade social acontece através dos universos *reificado* e *consensual*. O universo *reificado* constitui-se em um espaço no qual são produzidos e circulam os conhecimentos científicos, o erudito. Neste, a participação dos sujeitos depende das suas qualificações, da legitimidade como alguém capaz de atuar e opinar em determinado campo.

Já o universo *consensual*, aquele estudado pelas RS, corresponde ao espaço de discussão, ao espaço “entre”, expresso por Jovchelovitch, o lugar no qual as representações “restauram a consciência coletiva e lhe dão forma, explicando os objetos de tal forma que eles se tornam acessíveis”. (MOSCOVICI, 2003: 54). Vale lembrar que o universo *consensual* também incorpora universos *reificados*, seja através da mídia, entidades e atores com legitimidade para tal, da (re) apropriação das linguagens e das idéias lançadas pela ciência.

Nessa perspectiva, Moscovici refere-se aos universos consensuais como aqueles onde todos querem “se sentir em casa”, longe dos atritos e dos conflitos. Assim, as relações entre os sujeitos e objetos contêm um elemento que procura familiarizar algo. A não-familiaridade intriga, ameaça, incomoda e, para ter-se condições de acomodar e adaptar o desconhecido ao cotidiano, é preciso, antes, classificá-lo, “jogá-lo” em algum “canto” da memória, para que este possa ser enquadrado. A partir dessa classificação, é possível iniciar o processo de criação de uma representação. O fato, ou objeto, classificado, já não é mais o mesmo: ele

deslocou-se para o cotidiano de outro sujeito e foi resignificado conforme sua trajetória e suas necessidades foi apresentado novamente, re-apresentado.

Ao mesmo tempo, as re-apresentações podem ser mais ou menos efêmeras, ou seja, substituídas com mais facilidade, ou não, por outras. Idéias novas, formulações recentes, podem ser substituídas facilmente. Por outro lado, o que está mais arraigado, encontra-se menos exposto à mudança. Para que haja condições de entender se as representações sociais estão suscetíveis a mudanças, deve-se averiguar em que posição se encontram. Conforme Abric, representante da vertente ligada à abordagem estrutural das RS (também chamada Teoria do Núcleo Central), as representações (re) formuladas encontram-se em espaços diferentes. O autor considera as representações sociais como uma organização composta de diferentes dimensões, a central e a periférica. Os saberes organizados em torno de um Núcleo Central e de elementos periféricos interferem tanto na significação de algo, como na sua estrutura interna.

Para Abric, as representações têm diversas funções, entre elas formular o saber, a função identitária, de orientação e a função justificadora, a qual explicaria (justificaria) as decisões e atitudes tomadas.

A noção de “Núcleo Central” indica que a representação encontra-se composta por elementos cuja ausência poderia desestruturar a representação vigente ou, então, formular outra representação. Seguindo esta abordagem, o Núcleo Central das representações é responsável pela organização e determinação da participação estrutural das cognições efetivamente carregadas através das relações de significação.

Os elementos encontrados junto ao Núcleo Central permanecem relativamente estáveis, pois são considerados elementos não-negociáveis. As evocações próximas a ele são as primeiras evocadas pelo sujeito e tendem a sofrer menos interferências. Para captar esses elementos pode-se utilizar a técnica de “evocação ou associação livre de palavras”.

O Sistema Periférico, formado pelas evocações mais distantes, é menos estável. As informações contidas no Sistema Periférico são consideradas como novas informações e, dessa forma, mais afetadas pelas mudanças. Elas podem ser influenciadas com mais facilidade. Porém, não deixam de interferir no Núcleo Central.

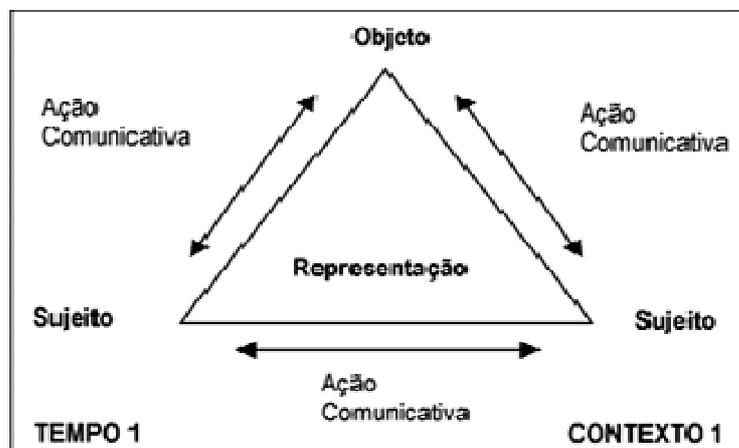
Importa ainda perceber que forças externas atuam sobre os grupos humanos: “A interação social com as pessoas, principalmente com aqueles que possuem autoridade e que, por isso, desempenham uma função importante na formação das representações, impõem a elas as representações consideradas necessárias para a reprodução das relações sociais” (GUARESCHI in GUARESCHI;JOVCHELOVITCH, 1995: 219).

As forças externas, que interferem sobre os grupos e indivíduos, são encontradas em uma zona “mediterrânea”: aquela das subjetividades, das contradições que habitam o pensamento e a ação humana. Neste espaço, é possível observar a atuação das “mediações” feitas por pessoas, pela mídia, por organizações legitimadas, as quais atuam “entre” o indivíduo e a sociedade. Para Jovchelovitch (2004), esta zona nebulosa (ou mediterrânea, aquela do espaço “entre”) de interação entre os sujeitos e o objeto-mundo, espaço de entendimento e formulação de idéias, é aquela em que a psicologia atua e procura entender.

A autora ressalta a relação entre os sujeitos e o objeto-mundo (o eu, o outro, objetos físicos, artefatos culturais, saberes acumulados, enfim, tudo que é vivido pelas pessoas). Essa relação não é perfeita e o objeto-mundo só se torna conhecido se for representado pelos sujeitos. Há uma não-mediaticidade entre sujeitos e objetos, ou seja, cada um tem uma imagem de algo, que não será semelhante àquela original.

Figura 9: Elementos constituintes e modo de produção da Representação

Figura 1: Os Elementos Constituintes e o Modo de Produção da Representação



Fonte: JOVCHELOVITCH, 2004: 23

Se o trabalho comunicativo produz símbolos e estes fazem algo significar e comunicam algo, entende-se que a representação é um deslocamento de sentido, simbólico que coloca uma coisa no lugar da outra. O símbolo evoca, remete a algo. Essa nova configuração da ordem simbólica faz com que, cada um e todos, passem a resignificar algo.

Para Jovchelovitch o espaço da representação é constituído pelo símbolo e pressupõe a evocação da presença através da ausência do objeto originalmente representado.

A produção dos campos simbólicos está em permanente construção. O mundo mediado pela comunicação faz parte da forma como as comunidades humanas produzem símbolos, como produzem visões e significados sobre o que é o real no mundo social. Assim, a função simbólica faz significar, fornece sentido, permite mentir e criar.

Tendo como base Jürgen Habermas, Jovchelovitch considera que o processo representacional refere-se a uma ação sujeito/sujeito/objeto, a partir da ação comunicativa. Entretanto, é preciso levar em conta a *polifasia cognitiva*, conceito introduzido por Moscovici: diferentes tipos de racionalidades constroem uma representação, inclusive dentro de um mesmo grupo e por um mesmo indivíduo.

Dessa forma, Jovchelovitch revela que para estudar as representações em diferentes esferas públicas (espaços onde são formulados os discursos e os assuntos discutidos), é preciso entender como diferentes cotidianos produzem saberes sobre si e sobre o mundo. A esfera pública é considerada uma arena de discussões, de formação de representações.

A principal preocupação é reconhecer a relação entre sujeito, lugar e saber (e entender como esse saber local foi produzido e legitimado). Para isso, busca-se entender quem são os produtores do saber, os meios de produção do saber e os produtos do saber. Vale ressaltar que, para Jovchelovitch, os “saberes” significam “representações”, já que um conhecimento foi produzido para substituir outro.

4 A investigação e seus achados

Este capítulo tem como objetivo apresentar o processo de investigação empírica realizada ao longo da dissertação. Está organizado de acordo com os objetivos específicos da mesma e com os procedimentos adotados para alcançá-los.

Inicialmente são apresentados a definição da área de pesquisa, os sujeitos da investigação e os temas centrais do estudo, depois o capítulo se divide em dois sub-ítem principais, apresentados de forma detalhada. O primeiro sub-ítem refere-se à teoria, aos procedimentos empregados e aos resultados alcançados a partir do primeiro objetivo específico. O segundo refere-se aos métodos, à técnica e aos resultados alcançados a partir do segundo objetivo específico. Destaque especial foi oferecido a este sub-ítem, que estuda as representações sociais dos jovens sobre agricultura e empreendedorismo.

4.1 A definição da área de pesquisa

A escolha do Vale do Rio Pardo como região para realizar o estudo se deve a peculiaridades e contradições identificadas durante o período em que a pesquisadora trabalhou e viveu na região. O Vale do Rio Pardo, conforme já exposto, apresenta uma ampla dependência das empresas fumageiras. O agricultor/fumicultor submete-se, cotidianamente, a um trabalho árduo, que causa danos à saúde física e ao meio ambiente¹. Além disso, a margem de negociação e a possibilidade de mudança de cultivo é pequena: o tabaco foi introduzido desde a chegada dos descendentes de alemães (o que supõe uma “cultura” arraigada) e, constata-se o forte vínculo estabelecido entre o produtor e a empresa, a partir do “Sistema de Produção Integrada”. Soma-se a este contexto a ratificação do Tratado da Convenção-Quadro que, desde 2004, passou a ser pauta de calorosas discussões na região.

¹Este trabalho não aborda diretamente a questão ambiental, embora esta esteja presente nas contradições cotidianas do produtor de fumo. Sobre o assunto ver “A sustentabilidade na produção fumageira: as contradições entre o econômico, o social e o ambiental”, de Jalcione Almeida *et alli*. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/zipados/moura.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2007.

Também uma importante questão deve ser ressaltada: as ações de “responsabilidade social” das fumageiras, um dos “carros-chefes” das estratégias que buscam trabalhar a imagem das empresas perante a comunidade, seus públicos e a sociedade em geral. Paralelamente, as empresas têm estabelecido novos conceitos junto aos produtores integrados, dentre eles o da propriedade como uma pequena empresa.

Assim, na região do Vale do Rio Pardo, tem-se mudanças e transformações nas representações sociais que os produtores possuem de sua propriedade e do seu trabalho, seja através do acompanhamento técnico que a empresa oferece aos agricultores, seja através de projetos como o do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural, o qual utiliza a alternância e o empreendedorismo como métodos de ensino junto aos jovens rurais.

4.2 A escolha dos sujeitos

Considerando que a dissertação tem como objeto de estudo o CEDEJOR e os jovens rurais que dele participam, decidiu-se eleger como sujeitos da pesquisa um grupo de jovens que tivesse completado toda a formação oferecida pelo Centro. Assim, a pesquisa iniciou com a população dos 21 egressos, formados em 2006 (que haviam ingressado em 2005). Esses jovens tiveram que conciliar as atividades escolares com as do CEDEJOR.

Em um primeiro momento, pensou-se também na possibilidade de estudar turmas anteriores, entretanto, a idéia foi abandonada devido a dificuldade para encontrar esses egressos. A precariedade do sistema telefônico convencional e móvel e as condições das estradas (de terra) na região limitaram o acesso. A esta situação somou-se o curto intervalo de tempo disponível para o trabalho de campo no mestrado.

Com os 21 egressos de 2006, desenvolveu-se extenso trabalho para caracterização de trajetórias pessoais (apêndice B), inserção no contexto familiar e local e razões para entrar no CEDEJOR, correspondente ao primeiro objetivo específico da pesquisa.

Completada esta etapa, passou-se aos procedimentos para estudo das representações sociais sobre agricultura e empreendedorismo, correspondente ao segundo objetivo específico da pesquisa, através da técnica de associação livre de

palavras, de entrevistas em profundidade e da auto-representação. Ao longo desta etapa, baseando-se no princípio da saturação das respostas², a população dos sujeitos foi reduzida para cinco egressos, com os quais se realizou o estudo em profundidade sobre as representações.

4.3 Os temas centrais: empreendedorismo e agricultura

Parte-se da idéia de um novo rural, heterogêneo, complexo e exposto aos conflitos e conhecimentos oriundos da sociedade contemporânea. Se a agricultura vem adquirindo novas formas, através do incentivo às atividades não-agrícolas, os produtores têm acessado novas representações sociais sobre o mundo rural. Apesar de alguns autores considerarem a integração dos produtores ao mercado (ABRAMOVAY, 1998), a maior parte dos pequenos agricultores ainda não tem acesso a estes bens. Para os filhos de agricultores, permanecer no meio rural ainda é uma possibilidade, desde que tenham condições de gerar renda e de acessar bens de consumo. Paralelamente, seus cotidianos são permeados por conflitos familiares e de identidade, oriundos de novos valores e conhecimentos, orientados pelo desejo de mudar de vida.

Assim, a agricultura, no mundo contemporâneo, passa a ser relevante, devido aos papéis que hoje lhe são atribuídos e aos conflitos que emergem das relações mais estreitas, estabelecidas entre o rural e urbano, representados nos valores e necessidades da atual sociedade. Dessa forma, os jovens rurais, ao buscarem alternativas de renda para a sua reprodução econômica, encontram no empreendedorismo uma possibilidade de diversificar a propriedade, alterar seus projetos de vida e sonhar com um futuro “melhor”. Nesse momento, os projetos que tem como “carro-chefe” a pedagogia empreendedora encontram nos anseios e necessidades da população rural um espaço fértil para desenvolver-se. Nesse espaço vem sendo (re)apropriadas as idéias do empreendedorismo, bem como negociadas e moldadas formas de ver o mundo e de agir.

Seguindo essa linha, sabe-se que essas mesmas negociações (ao envolverem diferentes agentes, munidos de determinados capitais e agindo de

²A saturação de respostas acontece quando surge a repetição das respostas nos estudos, ou seja, quando deixa de fazer sentido continuar a entrevistar. Neste caso, a amostragem adotada não é estatística e os sujeitos da pesquisa são limitados pela repetição das informações e o não-surgimento de novos dados.

acordo com posições nos campos) não acontecem desprovidas de intenções, seja por parte dos agricultores ou das empresas que promovem projetos.

O elo entre a agricultura e o empreendedorismo apresenta, como todo novo processo, vantagens e limitações. Por este motivo, torna-se importante refletir sobre as convergências encontradas nessa união.

4.4 O primeiro objetivo específico: a trajetória original dos egressos, sua inserção nos contextos familiar e local e os vínculos com o CEDEJOR

4.4.1 Procedimentos de pesquisa

Para o alcance deste primeiro objetivo específico foram utilizados dados secundários, o questionário sócio-demográfico, a observação participante e o diário de campo, as fotografias captadas pela pesquisadora e os projetos de diversificação da produção, elaborados pelos egressos.

A pesquisa iniciou com um levantamento de dados sobre a região, sobre os plantadores de fumo e sobre a situação dos jovens rurais. Foram utilizados trabalhos acadêmicos, revistas, livros e matérias publicadas na mídia impressa, em especial “A Gazeta do Sul”, de Santa Cruz do Sul. O levantamento do material foi realizado na internet, na Universidade de Santa Cruz (UNISC), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Foram pesquisados e coletados trabalhos científicos, livros e pesquisas que tratam sobre as especificidades da plantação do tabaco, sobre os agricultores e sobre as relações socioeconômicas envolvidas.

Durante esse período, foram realizadas saídas de campo, específicas para a observação participante, em festas comunitárias e na formatura dos egressos. Todos os acontecimentos e percepções da pesquisadora foram anotados em diário de campo com intuito de enriquecer as análises futuras e relembrar impressões sobre as atitudes dos sujeitos consideradas relevantes para o estudo.

Em segundo lugar, foi aplicado um questionário sóciodemográfico, com questões abertas e fechadas (apêndice C), que buscou traçar o perfil sócio-demográfico dos 21 egressos de 2006. Optou-se por questões básicas sobre a família, a propriedade, meios de informação, escolaridade, ocupação e renda atual, bem como sobre as formas de comunicação, lazer e participação na comunidade.

No que tange às fotografias captadas pela pesquisadora, estas pretenderam contextualizar a região em que vivem os jovens e suas famílias e podem ser vistas ao longo da dissertação.

Em terceiro lugar, quinze dias após a aplicação do questionário aos egressos, foi feita uma visita à sede do CEDEJOR em Albardão, e solicitado aos monitores³ informações complementares, objetivando ampliar as condições de análise e levantamento do contexto social e cultural. Nesse momento, os monitores informaram sobre a realização de um trabalho de conclusão do curso, denominado “projeto de diversificação da produção”. Ao iniciar a leitura dos vinte e um trabalhos, percebeu-se a importância dos mesmos, devido às diversas informações sobre a vida dos egressos e a estrutura de suas propriedades.

Os projetos contêm informações sobre a família, a comunidade, o relevo, a economia local, os dados sobre a unidade de produção familiar, os projetos de vida, o patrimônio material, os recursos existentes na propriedade, as fontes de renda e as dívidas, além disso, a partir da aplicação da pedagogia empreendedora, incluem a elaboração de um plano de negócios. Esse estudo, feito pelos próprios egressos, engloba, entre outros, as metas do futuro negócio, a projeção de lucros, o fluxo de caixa, a estimativa de produção, o mercado concorrente, os prováveis fornecedores, as estratégias de ação, a avaliação de riscos, as estimativas de custos de produção, as oportunidades e dificuldades, a oferta e a demanda dos produtos e os cultivos projetados.

Dessa forma, a partir da pesquisa bibliográfica e documental, da observação participante e do diário de campo, da análise dos questionários e dos projetos de diversificação, foi elaborado um texto sobre a população em questão, contendo as semelhanças e as alteridades que coexistem no dia-a-dia destes jovens.

³Os monitores são os responsáveis por ministrar as aulas expositivas durante as alternâncias e também são denominados como “educadores”. Sua formação acadêmica é diversificada e abrange as Ciências Agrárias e Humanas (Agronomia, Pedagogia, Administração, entre outras).

4.4.2 Os resultados alcançados

4.4.2.1 As regiões onde vivem os sujeitos

Os egressos serão apresentados conforme as duas regiões analisadas: em primeiro lugar, as características e o contexto dos distritos pertencentes à Rio Pardo (12 egressos) e, depois, dos inclusos na região de Santa Cruz do Sul (nove egressos).

- O município de Rio Pardo

Criado em 1809 e situado às margens do Rio Jacuí, sua sede (Rio Pardo) é uma das quatro cidades mais antigas do Rio Grande do Sul. Com uma área de 2.187,5 km² e uma população de 37,9 mil habitantes, 71% encontra-se na área urbana e 29% na rural. Localiza-se na região centro oriental do estado do Rio Grande do Sul e fica a uma distância de 147 km da capital, Porto Alegre. Conforme a Prefeitura, o Produto Interno Bruto é de R\$ 293.018.575,00 e o PIB *per capita* corresponde a R\$ 7.723,00. Em Rio Pardo, a topografia é mais suave e o aproveitamento das áreas de cultivo é realizado com mais facilidade. Além disso, as origens étnicas são variadas: descendentes de italianos, portugueses e alemães, e as famílias têm mais acesso à cidade (CORTEZ, 2005: 71).

Além da produção de fumo, há soja, trigo, milho, mandioca, hortifrutigranjeiros e pecuária de corte. A divisão administrativa corresponde a Rio Pardo – sede (1º distrito), Passo da Areia (2º distrito), Rincão D’el Rei (3º distrito), Bexiga (4º distrito), Passo do Adão (5º distrito), João Rodrigues (6º distrito), Albardão (7º distrito) e Iruí (8º distrito)⁴.

Nos distritos de Rio Pardo as propriedades têm, em média, 7 hectares, variando entre 600 m² e 27 ha. As propriedades localizadas em Rincão D’el Rei estão localizadas a aproximadamente quatro quilômetros de Rio Pardo, enquanto

⁴Segundo a prefeitura de Santa Cruz do Sul, os 6º, 7º, 8º, 10º e 11º distritos foram emancipados e, por esse motivo, não constam entre os citados.

que, João Rodrigues e Albardão estão a 20 e 37 quilômetros de distância da sede do município⁵.

Os moradores de Albardão contam com três escolas estaduais de ensino fundamental, sendo uma delas até a quarta série. Em Rincão D'el Rei a estrutura é mais abrangente: escolas de ensino fundamental, agência de Correios e Telégrafos, posto de saúde, posto da Brigada Militar, madeireira, farmácia, posto telefônico e mini-mercado. João Rodrigues tem escola de ensino fundamental, mini-mercado e grupo de mulheres.

Nos distritos pertencentes a Rio Pardo, a turma de egressos de 2006 contou com três adolescentes do sexo masculino e 9 do feminino. Nesta região, elas têm mais liberdade para namorar, sair, participar das alternâncias no CEDEJOR e viajar. Nas famílias dessa região, de modo geral, o pai manda e a mãe “dá umas idéias”.

- O município de Santa Cruz do Sul

A região onde se encontra hoje Santa Cruz surgiu de uma estrada (ou “picada”), chamado Picada Santa Cruz, que estabelecia comunicação entre Rio Pardo e Cruz Alta. Localiza-se na encosta inferior do nordeste do estado do Rio Grande do Sul, a 155 km de Porto Alegre e emancipou-se do município de Rio Pardo em 1877. Predominam as famílias de origem alemã e o cultivo do fumo. É composto pelos distritos de Alto Boa Vista (2º distrito), Monte Alverne (3º distrito), São Martinho (4º distrito) e Saraiva (5º distrito), Rio Pardinho (9º distrito) e Alto Paredão (12º distrito), sede municipal (1º distrito).

Além do fumo, produz milho, batata-doce, batatinha, mandioca, leite, ovos, animais, temperos, verduras e legumes. Algumas famílias também vendem, em casa e em feiras, ovos, carne, banha, melado, mel e queijo.

A população do município é de 107.501 habitantes sendo que a população urbana é de 93.650 habitantes e 13.851 habitantes rurais. Segundo a Prefeitura, Santa Cruz apresenta um PIB de U\$\$ 1.356.221.815,83 e uma renda *per capita* de U\$\$ 12.834,02⁶.

⁵Em ambas as regiões serão destacados apenas os distritos aos quais pertencem os egressos selecionados.

⁶Os dados referentes ao produto interno bruto e a renda *per capita* de Santa Cruz do Sul, disponibilizados pela Prefeitura, encontram-se dolarizados, situação que revela a interferência das empresas transnacionais do tabaco na “Capital Mundial do Fumo” (PREFEITURA DE SANTA CRUZ

Em Alto Paredão, sede do CEDEJOR, as propriedades são mais extensas, em média, 18 hectares, com exceção de uma, muito maior, com 83 hectares. Também existem duas escolas estaduais de ensino fundamental, grupo de jovens, clube de mães, grupo de mulheres, oficina mecânica, marcenaria, posto de saúde e padaria. Algumas famílias freqüentam o sindicato rural em Boqueirão do Leão, município localizado a cerca de 30 km. Na região de Santa Cruz do Sul predominam as famílias de origem alemã e o cultivo do fumo e as propriedades encontram-se mais distantes do centro urbano. Em Alto Paredão, mais distante dos centros urbanos, os terrenos são íngremes e o trabalho mais árduo. O relevo compõe-se de áreas onduladas, vales, morros e elevações maiores.

Na região, onde a etnia alemã impera, a hierarquização familiar é mais rígida: o pai coordena a propriedade e a mãe e as filhas se atêm às atividades domésticas.

4.4.2.2 Características comuns e trajetórias individuais⁷

Algumas características são similares em ambas as regiões, entre elas a estrutura familiar, a escolaridade, o lazer, os cultivos da propriedade, as dívidas, a busca de informação e os projetos de vida. Em relação à estrutura familiar, a maior parte dos jovens vive com seus pais e irmãos. O número de filhos varia entre dois e seis, em ambas as regiões. Na rotina de trabalho, as tarefas são divididas conforme o gênero: os serviços considerados “pesados” são executados pelo pai e pelos filhos homens e os afazeres domésticos e a horta são de responsabilidade da mãe e das filhas. Todos os familiares possuem, no mínimo, o ensino primário completo, correspondente à 4ª série do atual ensino fundamental.

A agricultura de subsistência e a criação de animais é praticada por todas as famílias. Além disso, há o plantio de mata nativa, incentivado pelos orientadores técnicos das fumageiras. Quase todas as famílias têm dívidas com o PRONAF, as fumageiras, os bancos privados e alguns com o Banco da Terra. O lazer envolve campeonatos de futebol, bailes, pescarias e banhos de açude.

Os jovens e suas famílias buscam informações, principalmente, através das mídias rádio e televisão, sendo o jornal pouco acessado. A maior parte deles,

DO SUL, 2007).

⁷ Considerando o volume de informações sobre as trajetórias individuais e tendo em vista a relevância do levantamento das mesmas no estudo das representações sociais destes jovens, disponibilizamos na íntegra, no apêndice (B), as trajetórias individuais dos 21 egressos do CEDEJOR.

quando lê, opta pelo jornal “A Gazeta do Sul”, “*principalmente quando alguma matéria é vinculada sobre o CEDEJOR*”, ressaltam os pesquisados.

Quanto ao grau de escolaridade dos jovens, com exceção de uma pesquisada, que cursou até oitava série, todos freqüentam o ensino médio. Seus pais, na maioria dos casos, concluíram o ensino médio.

O projeto de vida das famílias consiste em deixar de plantar o tabaco, ou pelo menos diminuir a plantação e aumentar a diversificação na propriedade, visando o consumo próprio. Para os jovens, a diversificação vai além da subsistência e representa a possibilidade de “mudar de vida”, “ser independente” e ter seu próprio negócio.

Os projetos de diversificação da propriedade dos jovens, elaborados no CEDEJOR, com apenas três exceções, referem-se ao cultivo de produtos ecológicos como alternativa ao plantio do fumo. Segundo alguns entrevistados, as propostas voltadas às atividades não-agrícolas deixaram de ser incentivadas, ou seja, os projetos deveriam ser voltados à agropecuária.

Apesar dos amigos que já haviam participado do CEDEJOR aconselharem os egressos a não participarem da seleção, porque “*é perda de tempo*”, os jovens buscaram uma forma de adquirir novos conhecimentos e viajar. Alguns disseram não saber por que participaram, ou melhor, que “*tava lá de bobeira, insistiram no colégio e fomos prá fazer bagunça*”.

4.5 O segundo objetivo específico: as representações sociais que os jovens fazem de si mesmo como agricultores e como empreendedores

4.5.1 Procedimentos de Pesquisa

Para o alcance deste segundo objetivo específico e atendendo ao quadro teórico das representações sociais, foram utilizadas as técnicas de associação livre de palavras, a entrevista semi-estruturada, a observação participante e as fotografias como auto-representação e documentação.

Os métodos associativos (que incluem a técnica de associação livre de palavras), geralmente são utilizados na abordagem estrutural das representações sociais (neste caso abarcam número elevado de sujeitos). No entanto, essa técnica,

oriunda da lingüística, é também utilizada em outras abordagens de pesquisa que necessitam definição espontânea a respeito de explorar algo. Assim, explora-se o caráter “confessional” (encontrado na psicanálise), pois no momento em que é solicitada a evocação de palavras, busca-se uma reação não-direcionada por parte do entrevistado, elaborada de uma forma inconsciente.

A importância da associação livre de palavras no estudo das representações, acontece pelo caráter espontâneo das respostas, visto que é realizada antes de qualquer explanação anterior sobre os objetivos da pesquisa, ampliando a possibilidade de respostas não-direcionadas. Vale lembrar que proposta de captar “confissões” dos jovens, deu-se também porque, desde o início, eles apresentaram uma preocupação ao falar sobre o CEDEJOR: Segundo todos os egressos entrevistados, o Centro *“nos ajudou como ninguém tinha feito até hoje, não dá prá falá coisa errada, né?”*.

A associação livre de palavras foi utilizada nesta pesquisa, conforme Lopes⁸(2007), e aplicado para cada sujeito, antes do início da respectiva entrevista semi-estruturada, para que as repostas mantivessem o caráter confessional. A associação, que parte do pronunciamento de um estímulo indutor, neste caso as palavras “agricultura” e “empreendedorismo”, procura captar representações através da espontaneidade da enunciação (apêndice D).

Seguindo o esquema de aplicação da técnica, os pesquisados foram também convidados a qualificar as palavras evocadas como “positivas” ou “negativas”, segundo as suas percepções sobre os temas abordados. Os resultados foram organizados de acordo com as cores azul (bom), vermelho (ruim) e vermelho/azul (bom e ruim) e registrados nos “cartazes associativos”⁹.

É preciso ressaltar que o método foi adaptado conforme as peculiaridades deste recorte de estudo. Dentre estas peculiaridades, tem-se uma amostra numericamente inferior à da autora, o que significou um tratamento diferenciado dos dados. Assim, a categorização e a criação de tabelas e diagramas foram feitas manualmente. Além disso, foram incorporadas outras técnicas de investigação,

⁸O método utilizado pela autora encontra-se explanado no artigo “Saúde Pública é ...:permanências e modernidades nas representações de universitários. “Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 16. n. 3. p. 92-101. 2007.

⁹Os “cartazes associativos” correspondem ao suporte físico em que foram anotadas as palavras expressas pelos pesquisados, ou seja, folhas brancas em que o pesquisador anotou as palavras que os sujeitos evocavam no momento da aplicação da associação livre de palavras.

como a entrevista, a observação participante e a fotografia, as quais também forneceram informações para a categorização final.

A organização das informações obtidas no trabalho de campo aconteceu da seguinte maneira: em primeiro lugar foram analisadas e organizadas as palavras contidas nos cartazes associativos, em quatro tabelas:

Quadro 2 – Empreendedorismo – Ordem de Evocação;

Quadro 3 - Empreendedorismo – Freqüência de Evocações;

Quadro 4 – Agricultura – Ordem de Evocação; e

Quadro 5– Agricultura – Freqüência de Evocações.

Em um segundo momento, a partir da ordem de evocação e das percepções como bom ou ruim (cores azul e vermelho, respectivamente) foram elaborados diagramas contendo as três primeiras palavras evocadas. O Diagrama 1 corresponde ao “empreendedorismo” e o Diagrama 2 à “agricultura”. Conforme explicado anteriormente, as palavras encontram-se nas cores azul (positivo) e vermelho (negativo) e vermelho/azul (negativo e positivo). Assim, além de entender se a representação é considerada positiva ou negativa para o pesquisado, o leitor tem condições de visualizar a proximidade das palavras em relação ao núcleo central e o significado atribuído pelos egressos.

Para cada sujeito, após a aplicação da técnica de “**associação livre de palavras**”, iniciaram-se as **entrevistas** em profundidade no intuito de compreender melhor suas trajetórias e entender seus projetos de vida (apêndice E).

Estas entrevistas, de caráter semi-estruturado¹⁰, tiveram como foco central: informações sobre a trajetória do jovem e sua família, seus amigos, sobre o CEDEJOR, projetos de vida e o meio rural e urbano. As entrevistas aconteceram junto a seus familiares e proporcionaram uma maior aproximação com o cotidiano dos sujeitos. Os longos trajetos até suas propriedades propiciaram uma observação mais atenta da região em que eles vivem, da infra-estrutura de cada distrito, bem como uma visualização das dificuldades e carências destas estruturas. A partir do cenário local, e conforme a saturação das informações recebidas e percebidas pela pesquisadora, foi possível compreender suas trajetórias e projetos de vida.

¹⁰Sendo conhecida como uma das técnicas mais usadas na pesquisa qualitativa, refere-se a um conjunto de perguntas ou temáticas em um roteiro flexível, em torno de um ou mais temas de interesse. É caracterizado pela participação ativa do pesquisador a partir de um roteiro no qual é possível incluir novas indagações conforme as necessidades que se apresentam. A elaboração deste roteiro corresponde à capacidade de síntese do pesquisador, bem como a forma como o assunto será abordado.

O comportamento e o pensamento manifesto dos sujeitos foram registrados a partir da observação participante¹¹ e do diário de campo e da fotografia como instrumento de auto-representação (captadas pelos egressos) e documentação (registradas pela pesquisadora). Vale destacar que as fotografias que se encontram neste trabalho foram previamente autorizadas para divulgação (apêndice F) e selecionadas de acordo com a relevância para o estudo das representações. As imagens registradas pelos informantes e sua família, foram tratadas como um ato auto-representativo e narrativo¹².

As fotografias foram obtidas da seguinte forma: foi solicitado o registro de temas específicos e temas livres, anotados em ordem de captação, em uma folha (apêndice G) contendo as informações solicitadas (data da captação da imagem, título da fotografia, local) e que fossem intituladas conforme a representação do fotógrafo. Assim, os temas apresentados foram: “eu”, “minha família”, “trabalho”, “o que mais gosto de fazer”, “o que menos gosto de fazer”, “onde descanso”, “lazer preferido” e “temas livres”. Os temas foram escolhidos conforme a necessidade do estudo: o trabalho, o gostar e não gostar e a família. Os temas livres abriram espaço para que os jovens revelassem questões não pensadas pela pesquisadora e que poderiam ser importantes para eles. Além disso, os temas foram pensados de acordo com a metodologia de De Tacca, na qual a idéia consiste em incentivar o informante a apresentar sua vida, seja mostrando seus espaços (ou mesmo através do ocultamento dos mesmos)¹³.

Após o trabalho de campo foi realizado o processo de categorização, que seguiu os seguintes passos: revisitaram-se os materiais obtidos anteriormente (perfil, projetos de diversificação da propriedade, anotações do diário de campo e imagens do acervo registrado pelos sujeitos) e seleção das palavras e expressões

¹¹Freqüentemente utilizada no estudo das RS, a observação contribui efetivamente no que se refere a uma análise que busca no hiato entre as falas e os atos do cotidiano, atitudes que não são explicitadas durante uma entrevista.

¹²Narrativo porque na antropologia visual, a imagem visa ir além da ilustratividade e busca trazer as alteridades dos contextos, os significados implícitos. A *montagem*, utilização de fotografias e falas, é uma forma de construção de sentido em que se pode “dispor um conjunto de imagens fotográficas de forma que a relação entre elas, ou o seu todo, produza a significação desejada” (GODOLPHIN, 1995: 177).

¹³Essa metodologia vem sendo utilizada por alguns pesquisadores. Fernando De Tacca considera a fotografia uma forma de fazer com que os sujeitos, no seu espaço cotidiano, sem a interferência do pesquisador, revelem os momentos, as pessoas, os objetos e lugares importantes. Da mesma forma, aqueles que o informante não tem interesse em revelar. Nas fotografias captadas, a ausência de alguém da família, do trabalho e de um objeto esperado pelo pesquisador, também qualifica uma situação. (TACCA, 1991).

consideradas relevantes e freqüentes nas entrevistas e na associação livre de palavras. Em seguida, o material foi organizado, conforme temas (agricultura/empreendedorismo), em categorias conforme os significados próximos. O tema **agricultura**, por exemplo, abarcou expressões e palavras como: tranqüilidade, “preguiça no lombo”, pesado, mudança, orgulho, “*estudá pra não trabalhá*”, recurso, herança, “*a cidade não dá, quando eu vô quero logo voltá*”, persistência. Dentro deste tema, algumas expressões foram agrupadas em categorias como **modo de vida** (tranqüilidade, herança, persistência) ou **conflitos de gerações** (“preguiça no lombo”, “*estudá pra não trabalha*”, mudança).

Já o empreendedorismo evocou nos sujeitos expressões como “*última esperança de mudá de vida*”, “*mudá a cabeça dos pais*” e “*pode comprá outro celular*”. As palavras ditas pelos sujeitos, entre elas **renda**, **mudança**, **ecologia**, **oportunidade**, demonstraram que o empreendedorismo é uma oportunidade de mudar de vida e realizar sonhos. Elas foram categorizadas como **permanência no campo** (oportunidade, alternativa e incentivo); **mudança cultural** (informação, coragem, luta, ecologia, agroecologia e mudança de pensamento) e **renda/risco** (retorno financeiro, independência, planejamento e criatividade).

4.5.2 Os resultados alcançados

4.5.2.1 Entrevistas Aprofundadas

Conforme informado, ao participar de uma reunião com o grupo de egressos, em janeiro de 2007, momento em que se aplicou o questionário sócio-demográfico, perguntou-se aos jovens sobre a disponibilidade de participar de novas etapas. A escolha foi aleatória e dependeu estritamente da disponibilidade do grupo, não havendo uma seleção baseada em idade, localidade, sexo ou cultivo praticado na propriedade. O único pré-requisito foi ser jovem e egresso do CEDEJOR em 2006.

Assim, aqueles que estavam em suas propriedades, disponíveis para visitas, foram contactados via telefone, cerca de dez dias após o encontro, período em que se iniciou a investigação em profundidade, através da associação livre de palavras, das entrevistas e da observação participante. O que guiou o número de entrevistas a realizar foi a saturação das respostas. Conforme explicado anteriormente, esta

ocorreu após cinco entrevistas, permitindo reduzir o número de sujeitos de vinte e um para cinco.

Em meados de janeiro, pela manhã, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo, foi realizada a primeira entrevista. O **Jovem “A”**, do distrito de Albardão, portanto da região de Rio Pardo, foi o primeiro entrevistado. Depois da aplicação da associação livre de palavras, falou-se sobre o trabalho e a importância das entrevistas para entender o funcionamento do CEDEJOR e as etapas seguintes. Para que as respostas fossem as mais sinceras possíveis, foi explicado que o trabalho e as informações seriam confidenciais e os nomes seriam mantidos em sigilo. Também foi explicada a forma de captação das imagens, bem como a utilização das máquinas fotográficas. Este procedimento foi o mesmo com todos os entrevistados.

O **Jovem “A”** (corresponde ao Jovem “G” do Apêndice B) tem 17 anos, pretende sair do campo e ter seu negócio próprio na cidade, um açougue. Aos cinco anos, seus pais decidiram que seria melhor que ele fosse morar com os tios, em Albardão. Eventualmente, o jovem visita os pais e os irmãos que moram na região metropolitana de Porto Alegre.

Ele gosta de sair com os amigos, jogar futebol e ouvir música. Seus tios têm uma casa em Rio Pardo e ele vai muito à cidade. Ele não gosta de ler, acha “chato”. Para o jovem o CEDEJOR foi importante, pois conheceu pessoas e aprendeu coisas interessantes, como navegar na internet.

O pesquisador, ao indagar sobre a sua vida no campo o jovem, após uma longa pausa, desabafou: *“acho que é um lugar sem oportunidade de crescimento, né?”*. Segundo ele, o projeto elaborado no Centro é uma forma de sair do campo: *“o gado de corte vai fazê eu ter carne pra abrir um açougue na cidade e sair daqui”*. Para o egresso foi complicado manter, simultaneamente, a escola e as alternâncias, estudar para as provas no final do ano e escrever o projeto¹⁴: *“foi muito difícil, eles começaram o projeto no último ano e aí quando chegou nas últimas alternâncias era muito puxado... eles deixaram por conta nossa, a gente tinha o nosso horário até às dez e meia . Às onze a gente tinha que estar dormindo nos quartos já, deixavam*

¹⁴Ao ingressar no CEDEJOR, os monitores fornecem aos novos alunos projetos de turmas anteriores e, segundo o jovem A *“isso facilita porque daí a gente tem idéia do que pode fazer, muita gente já copia a idéia”*.

parado, quem quisesse podia ir até mais, aí nos últimos dias tinha que terminar e ficava até a uma e meia, duas horas, era difícil ir para o colégio no outro dia”.

Para ele, viajar é a melhor forma para adquirir novos conhecimentos e informação: *“todos precisamos ter informação, nossos pais não tinham! E deu no que deu, não tão vendo as coisa na frente, a gente aprendeu lá que tem que se informar, na televisão, no jornal, ouvir rádio... tem que ser assim [...]”.* Vê-se que os jovens são incentivados pelo Centro a buscar informações.

A propriedade dos tios, seus pais, conforme os designa em alguns momentos, foi adquirida por Cassiano e Casimira dos Santos, pais de seu tio. Dos 18 ha, seis são utilizados no plantio de fumo e outras culturas. Após a colheita do fumo, é plantado milho para o consumo dos animais e feita a semeadura da aveia, utilizada para pastagem do gado.

A família é composta por cinco pessoas: os tios (pais) ambos com 56 anos, a prima, 23, uma tia, 30 e o egresso, 17. Seus tios cursaram até a 4^o série. A esposa de seu tio é professora na rede municipal e a prima faz faculdade de letras na Universidade de Santa Cruz do Sul (Universidade de Santa Cruz). O jovem está cursando o 3^o ano do ensino médio na Escola Estadual de Ensino Médio João Habekost. Em relação à rotina de trabalho, o tio e o jovem trabalham na propriedade e a tia leciona em escolas do interior. Na propriedade, o egresso *“faz um pouco de tudo”*, geralmente na lavoura e na criação de animais. O tio trabalha nas atividades agrícolas.

Produzem fumo, milho, aipim e verduras. O fumo é comercializado em uma fumageira, em Santa Cruz do Sul, e o milho serve para o alimento de animais. As verduras são para o consumo próprio.

As dívidas existentes na propriedade, aproximadamente seis mil e duzentos reais, referem-se à compra de insumos fornecidos pela empresa fumageira. Seu projeto de diversificação visa a criação de gado de corte e, se der certo, futuramente, pretende abrir um açougue em Rio Pardo.

Para o entrevistado, o Centro é uma possibilidade de permanecer no meio rural *“se eu não fizer esse projeto aí, eu vou estar saindo de casa, eu fiz, participei do CEDEJOR, mas eu não sabia se eu ia ficar no meio rural, é a última chance de algo dar certo aqui, se não der certo, o que pode ter de bom ?”.* A partir desse relato, percebe-se certa confusão no discurso do jovem, já que em um primeiro

momento ele afirma desejar sair do campo e, posteriormente, revela o desejo de permanecer.

A relação com o meio ambiente também aparece nas entrevistas como algo difícil de ser resolvido para os jovens e representa um problema que acarreta conseqüências para o futuro das gerações e da utilização da terra. O jovem relata um problema de desmoronamento nas proximidades da propriedade que reflete a relação dicotômica homem/natureza: *“temos muito problema com isso, né? Um problema de desmoronamento lá, tinha um, uma sanga, né? E ficava lá perto do rio. Por as pessoas tarem destruindo ele veio vindo, e veio vindo e veio vindo... e o rio tem 10 m de largura e veio vindo e veio vindo... e a gente tava bem longe do rio e vinha cortando as terras, por onde a água passava foi cortando, e aí chegou no nosso vizinho e parou a cinco metros da nossa cerca. E talvez se não tivesse gravatá ali, que a gente já plantou já prá isso... se a gente não tivesse cuidado, ia partir a terra no meio, ia ser mais, ia ter que fazer uma ponte pra poder passar pro outro lado. E não sei se ainda isso não vai acontecer... a gente não qué destruí, mas precisa... e aí, o que se faz?”*

Ele considera o meio rural um espaço sem atrativos financeiros, sem possibilidade de crescimento. Além disso, considera o trabalho muito pesado: *“aqui sempre, sempre, sempre tem que estar trabalhando, né? Independente de ter férias ou não, sempre, sempre trabalhando, aí dificilmente, às vezes de tardezinha assim de ver um colega, alguma coisa, ou fim-de-semana, as vezes quando aperta muito o serviço até final de semana tem que estar trabalhando. Se tu tá na cidade não, já na cidade tu tem um pouco mais de lazer mesmo”*.

Para ele, participar do Centro foi interessante. Aprendeu a conviver em grupo e a elaborar um plano de negócios, saber se algo vai dar certo ou errado. O grande problema, segundo o jovem, é *“perder tempo com cursinho de sabonete, chás e dança das cadeiras”*.

O segundo entrevistado, **Jovem “B”** (corresponde ao Jovem “F” do Apêndice B), que vive em Albardão, também na região de Rio Pardo, tem 19 anos, é amigo e colega de escola do Jovem “A”, e passou a viver com os avós maternos no primeiro ano de idade. Hoje, seu avô, 84 anos, sem dívidas, vive de aposentadoria (sua avó faleceu há alguns anos atrás). Tem outros irmãos (um irmão, com 13 anos, está cursando o ensino fundamental, uma irmã, de 6 e outro com 2), que moram com

seus pais, na propriedade ao lado, na qual a família plantava fumo, na época de seus avós paternos. Em 2004, o pesquisado adquiriu, com o avô, um terreno de 600 m². Seu pai tem 42 anos, cursou até a 4^a série, e sempre trabalhou na lavoura. A mãe tem 39 anos, cursou até a 4^a série do primário, trabalha em casa e como faxineira. Ele gosta de ficar sentado em frente de casa, pescar, jogar videogame e futebol e freqüentar os bailes mensais da comunidade. Para ele, o futuro é incerto.

Atualmente, o jovem tem disponível, em capital de giro, o valor de R\$ 500,00 e pretende implantar o projeto “oficina de motocicletas” com a ajuda financeira do avô. Com o lucro da oficina, pretende comprar mais terras para ajudar seu pai a plantar. Para ele, o problema, é que o pai acha que “*é ele o único que sabe. O pai diz: não, não vai fazer! E eu não faço.*”.

Na propriedade é praticada agricultura de subsistência e existe a aposentadoria do avô. Há tempos atrás, seus avós plantavam fumo e seu pai trabalhava de safrista. A família parou com o cultivo do fumo porque o pai está doente .

O egresso acredita que tudo mudou e com a tecnologia “*tomando conta*”.e que mudaram também as relações de trabalho e a forma de viver dos agricultores (o que, inclusive, observa-se nas fotografias abaixo :“Som” e “Celular”).



Figura 10 - Fotografia H: Som
Autor: Jovem B
Período/local: abril 2007, Albardão

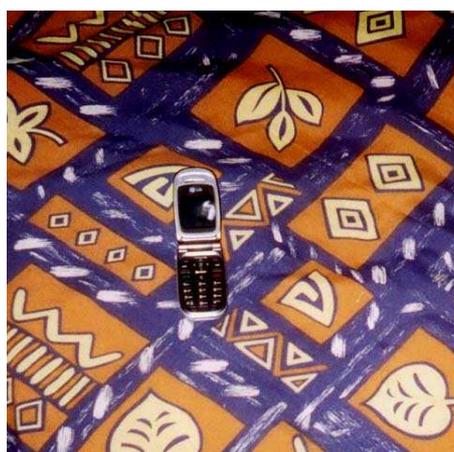


Figura 11 - Fotografia I: Celular
Autor: Jovem B
Período/local: abril 2007, Albardão

Para ele, a tecnologia, ao mesmo tempo em que facilita o trabalho exige recursos financeiros para a aquisição das máquinas e mais “veneno” na plantação.

Além disso, também interfere no meio ambiente. Ele ressalta que “*esse negócio de aquecimento global, essa coisa aí, que eu escuto, presto bastante atenção nessas coisas aí, tu vê aí que o mundo, não, ele tá mudando... tipo o que eles falam que antigamente aqui tinha bastante neve, agora não neva mais, e o verão tá muito quente e eles até desmata bastante e daí eu acho que o meio ambiente todo mundo devia cuidá, mas... cada um faz o que pensa, né?*”.

Para o pesquisado, que já havia pensando em sair do campo, com a entrada no Centro passou a ver o meio rural de outra forma, “*tu vê que o interior tem futuro, o cara antes dali eu pensava que o interior não é lugar que o interior aqui não dá mais dinheiro. E quando eu fui prá eu vi que tantas outras coisa aí! Tu pode implantá, fazer um projeto, trabalhá... que tu tem futuro... não é só o fumo que pode dá lucro*”.

Hoje pensa em voltar para sua propriedade depois que sair do quartel e abrir seu negócio próprio. Na cidade, segundo ele, não há o que fazer, apenas “*tomar chimarrão na praça ou baile, nos finais de semana*”.

O que ele mais gosta de fazer refere-se também à sua casa e foi denominado “diversão”. As tradições coexistem com o desejo de mudança e novas representações estão expressas nas imagens registradas pelos jovens. Nas imagens abaixo, o chimarrão e a cadeira, em que ele descansa, convivem com o videogame, o celular e o aparelho de som.



Figura 12 - Fotografia J: Tradição
Autor: Jovem B
Período/ Local: abril 2007, Albardão



Figura 13 - Fotografia K: Cadeira
Autor: Jovem B
Período/ Local: abril 2007, Albardão

O terceiro, **Jovem “C”** (corresponde ao Jovem “H” do Apêndice B), colega de escola e amigo dos dois primeiros entrevistados, tem 18 anos, reside com a família em Albardão, igualmente em Rio Pardo. Gosta de ficar em casa, ouvir música e jogar vídeo-game. Como os outros egressos, “detesta” ler, porquê precisa ficar muito tempo parado e isso é uma *“perca de tempo, eu podia tá fazendo outras coisa mais útil”*.

A propriedade foi adquirida pelos avós, que deixaram 10 ha de herança para seus pais. Até o ano passado, eram utilizados dois hectares para o plantio de fumo. Após a colheita de fumo é plantado milho para o consumo dos animais e feita a semeadura da aveia. Esta é utilizada para pastagem e serve para cobertura verde do solo, evitando a erosão. São utilizados 0,5 ha para o cultivo de mandioca e cana de açúcar.

Até 2006, o fumo era a principal fonte de renda, vinha sendo cultivado durante dezoito anos e deixou de ser plantado com o falecimento de seu pai. A família tem dívidas com o PRONAF e com a fumageira.

Para o jovem, o maior problema enfrentado era sair da alternância e, ao retornar à propriedade, não conseguir aplicar o que foi aprendido, *“porquê na hora de fazer é uma coisa, na hora de colocar em prática é diferente”*.

Apesar do apoio da família, que vislumbrou no CEDEJOR uma possibilidade de abandonar a plantação do fumo, a comunidade considerava negativamente:

“perdição de tempo, entra lá só pra não trabalhá em casa, quero ver depois que terminar o que tu vai fazer, se não vai voltar tudo de novo”. Para ele, ao contrário do que ouviu, o Centro foi uma experiência positiva, uma possibilidade de viver de outra forma no campo, sem o fumo.

Mesmo ainda não tendo implantado o projeto (cultivo ecológico de figo) na propriedade, o jovem já pensa em outros projetos, o que revela o cerne da pedagogia empreendedora: “*não parar de sonhar*”.

Segundo o egresso, o mais importante foi perder a timidez e ter “*um desenvolvimento melhor pra conversá, prá fazê trabalho, prá fala*”. O jovem também retrata o tema “eu” na imagem da sua mãe.



Figura 14 - Fotografia L: Minha mãe
Autor: Jovem C
Período/local: abril 2007, Albardão

Para ele, fazer o projeto foi difícil, porque precisava conciliar escola e CEDEJOR, e o tempo para a elaboração do mesmo foi muito curto, pois “*perderam muito tempo com bobagem*”. Ele acredita que o Centro pode ajudar no desenvolvimento da região se os jovens e a comunidade passarem a acreditar no trabalho lá desenvolvido.

Com a implantação do projeto “Cultivo ecológico de figo”, ele pretende obter uma renda melhor para, futuramente, ter condições de abrir um negócio na comunidade.

A **Jovem “D”** (corresponde ao Jovem “D” do Apêndice B) tem 23 anos, ensino médio completo, reside em Linha Portão 2, interior de Rincão D’el Rei, distrito de Rio Pardo, como agricultora na propriedade e como safrista em uma fumageira, em Santa Cruz do Sul. O sítio da família foi adquirido em 1993. Segundo ela, a família tinha um terreno com benfeitorias em Rincão D’el Rei, o pai trabalhava como pedreiro e a mãe como diarista em casas de família. Após algum tempo, venderam o terreno e compraram uma área de terra maior para produzir fumo, local onde residem e trabalham hoje. Em 2002, o pai foi contemplado pelo projeto Banco da Terra, quando adquiriram mais 11 ha. A área total da propriedade é de 17,5 ha: 0,5 são de lavoura permanente, 4 de lavoura temporária, 7,38 de pastagem nativa. Encontram-se ainda 2 de mata nativa, 3 de área reflorestada e 0,5 destinados à preservação permanente. Alguns produtos, como o mel, milho e o feijão preto, são vendidos a parentes e à comunidade.

A família é composta por quatro pessoas: pai, mãe, irmã mais nova, com 9 anos, e a jovem. Eles possuem dívidas com o Banco da Terra, com a fumageira e com o PRONAF.

Na propriedade são desenvolvidas diversas atividades. Criam-se galinhas, porcos, gado para corte e leite e peixes para consumo próprio. O mel, destinado para venda e consumo, é outra alternativa encontrada na propriedade.

As dívidas existentes são cerca de seis mil reais referentes à compra de insumos fornecidos pela fumageira, quinze mil reais para o Banco da Terra e três mil reais para o PRONAF¹⁵.

Como todo jovem, ela adora sair, dançar e conversar com os amigos. Nas suas horas de lazer, gosta de fazer crochê e conversar com os vizinhos. Para ela, morar no campo é viver tranquilamente, é uma “benção”. Não gosta de ficar muito tempo na cidade, diz que lhe faz muito mal. Sente saudade das árvores, dos

¹⁵O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi criado pelo Governo Federal Brasileiro em 1995, é voltado ao pequeno produtor rural e refere-se ao apoio financeiro a atividades agropecuárias e não-agropecuárias. Embora o PRONAF não seja destinado ao plantio do fumo, é muito utilizado na região para adquirir máquinas voltadas a outras atividades.

pássaros, de sentar em frente à casa, “pensando na vida”. A cozinha é o lugar das conversas, dos encontros da família.

No início da entrevista ela revela sua insatisfação com o cultivo do tabaco e com as fumageiras: *“elas são assim, elas te passam a informação pequena, né? Mas vem um pacote junto... por exemplo, vocês têm que plantá aveia lá porque não sei o que”... tem uma semente de aveia tantos reais, entende? Aí é o que eu te disse, não tem informação, te dá o pacote completo”*.

Como meta, a família pretende, gradativamente, acabar com a plantação do fumo. Para a jovem, um hábito arraigado na região, que precisa mudar, é “trabalho duro” e prejudica a saúde. Acrescenta que o programa de recolhimento de embalagem dos agrotóxicos realizado pelas fumageiras é algo contraditório, pois permanece recomendado o uso do veneno. Seu projeto de diversificação refere-se ao plantio de frutas cítricas na propriedade da família.

No início, ela pretendia planejar algo na área de massoterapia, mas foi vetada pelos monitores, pois teria que desenvolver um projeto agrícola. Ela acredita que seria importante desenvolver algo mais “social” e pretende um dia fazer um curso na área para melhorar a qualidade de vida dos agricultores, pois *“tu te sentindo bem tu pode trabalhá, pensá melhor a vida”*.

Ela foi eleita presidente do Centro Comunitário, composto por pais, jovens e pessoas da comunidade. A intenção deste conselho, segundo os egressos, era a de auxiliar a equipe do CEDEJOR, principalmente no que se refere a problemas que aconteciam com os jovens: brigas, namoros no Centro e outras condutas que desrespeitassem o “contrato de convivência” estabelecido nos primeiros encontros do grupo. Ela ressalta que a comunidade e os pais não se envolviam e ela mesma, nem sempre participava das reuniões, porque a distância de sua casa era grande.

O que ela achou mais interessante no Centro foram as viagens, conhecer novas formas de viver e pensar: *“Aqui a gente trabalha pra vivê e não vive pra trabalhá, né? Eu achei uma coisa que foi muito importante: quando eu viajei e vi que as pessoas tem um trabalho no campo mais leve, diferente do plantio do fumo... e se tu for pensar assim, puxa vida! Mas precisa mais que isso? Acho que não, né? Aqui tu tá te matando no olho do sol, no meio de uma lavoura”*.



Figura 15 - Fotografia M: Fonte de Renda da Família
Autora: família jovem D
Período/local: abril 2007, Rincão D'el Rei

A fotografia acima, captada pela família¹⁶ da jovem, representa o seu trabalho. Para ela, a “fonte de renda da família”.

A cozinha (local onde costumam conversar o cotidiano) é o espaço que a jovem identifica como “minha família”. Sua família é composta pelos pais e duas irmãs e seu noivo, que com frequência a visita. (ele é motorista de ônibus de turismo e uma das fotos do tema livre é em Montevideú, viagem que fizeram juntos em março de 2007). A casa é organizada e cada um tem seu quarto. O tema “o que menos gosto de fazer” foi deixado em branco.

¹⁶Apesar das máquinas terem sido entregues aos sujeitos, em alguns momentos eles solicitaram à família que os fotografasse.



Figura 16 - Fotografia N: Família
Autora: família jovem D
Período/local: abril 2007, Rincão D'el Rei

A **Jovem “E”** (corresponde ao Jovem “D” do Apêndice B), que também mora em Rincão D’el Rei, distrito de Rio Pardo, vive em um casa simples, com três peças. O terreno de 600 m² foi comprado há onze anos. A família é composta por seis pessoas: a jovem “E”, que possui o ensino fundamental completo e ajuda nos afazeres domésticos da casa e cuida da horta; a irmã mais velha, 19 anos, tem o ensino médio completo, trabalha como babá em Santa Cruz do Sul e vai para casa mensalmente; o irmão, 18, tem ensino fundamental completo e atualmente está no quartel, em Santa Cruz do Sul. E a irmã mais nova, 9, estuda na segunda série do ensino fundamental. Seu pai, aposentado, 45, estudou até a 6^a série e a mãe, 36, trabalha na fumageira na época da safra e nos afazeres domésticos e cursou até a quarta série.

Atualmente a propriedade possui uma pequena horta onde são produzidas verduras para consumo próprio. A renda familiar compõe-se da aposentadoria do pai e do trabalho da mãe. Por este motivo o dinheiro e a terra para implantar o projeto serão fornecidos pela família de outra colega do CEDEJOR com a qual elaborou o projeto de diversificação. A família da jovem não tem dívidas.

Conforme a imagem abaixo registrada pela família, denominada “Eu”, vê-se que a jovem retratou-se na imagem de uma estrada. A egressa veste uma camisa que tem a seguinte frase estampada: “Movimento municipal de combate ao tabagismo – Montenegro/RS.



Figura 17 - Fotografia O: Eu
Autora: Jovem E
Período/local: março 2007, Rincão D'el Rei

A família foi identificada em uma foto na frente da casa: ela, as duas irmãs e a filha de uma vizinha.



Figura 18 - Fotografia P: Minha Família
Autora: Jovem E
Período/local: abril 2007, Rincão D'el Rei

Ela gosta de ficar em casa cuidando das flores, da casa e da irmã. Entretanto, afirma que gostaria de poder sair mais, passear, visitar os tios em Santa Cruz e *“mexer na internet na casa deles, ver e-mail, notícias, olhar o blog do CEDEJOR”*. Ela conta sentir muita falta do convívio com os colegas e monitores, e quando tem

condições financeiras e tempo, vai para Albardão, onde encontra-se a sede do Centro, e também local em que reside sua colega de projeto. Para ela, isso ainda é difícil, pois tem o compromisso de ficar com a irmã, já que sua mãe trabalha e seu pai cuida de uma tia que está doente. Ao ingressar no CEDEJOR, a família não gostou porque iria “atrapalhar” o serviço da casa.

Percebe-se que, antes, quando freqüentava o Centro, a vida era mais interessante. Ficava com os colegas, viajava para outras regiões e estados do Brasil, tinha internet, assistia aulas, ajudava os monitores digitando textos, visitava escolas para dar palestras sobre o CEDEJOR, etc.

Seu projeto de vida era casar com o noivo que vive em Albardão, mudar-se para lá e abrir seu negócio com a amiga. Com o término do noivado, seus planos “*foram por água abaixo*”, diz ela, sorrindo, e fala que mantém esse sonho de “*continuar a vida*” e abrir uma agroindústria de conservas.

Ela não gosta de ler, muito menos de estudar, prefere “*fazer as coisas, não ficar assim, lendo*”. Durante a permanência no Centro, como não estava mais estudando, tinha mais tempo para viajar e fazer outras tarefas, pois a maioria dos colegas de alternância estava cursando o ensino médio.

A Jovem fala sobre a precária estrutura da sua escola em Rincão D’el Rei e considera o CEDEJOR interessante porque não ficavam “*obrigando a ler coisas, não tinha prova*”. E relembra que, para aqueles que estavam na escola e, ao mesmo tempo no centro, era muito difícil: “*um transtorno: dormiam muito tarde prá terminar de estudar e fazer os trabalhos de aula, fora as coisas que eram feitas lá..e no outro dia eles tinham que levantar cedo pra ir prá aula e de tarde tinham aula no CEDEJOR*”. Para ela, o sistema de ensino é mais interessante no Centro porque lá se aprende na prática.

O problema maior, relatou a jovem, era voltar para casa: “*aí, quando a gente fazia prática lá a gente chegava aqui e a gente falava pros outro assim, como fazer certo, né? Mais Deus o livre! eu cheguei a falar prá vários agricultores!! Falei até prá minha avó, ela disse assim: o que? tu vai estragá minhas lavouras! De jeito nenhum!*”.

Quando pergunto se ela pensa em ficar no campo, ou se já pensou em ir para a cidade, ela afirma que sempre pensou em ir para a cidade, mas que depois do Centro percebeu que o campo poderia ser bom. Ao mesmo tempo em que diz gostar de ir para Santa Cruz, afirma que a cidade não é um bom lugar para se viver:

“depois do que eu vi lá no Centro eu vi o que é a cidade, pela televisão, pelas conversa, a gente via muita coisa na televisão e no campo é bem melhor e aqui, tu tem ali, tu tem tudo, tu pode tudo que tu precisa tu pode produzir tudinho na tua propriedade, tu não precisa tá dependendo de ninguém... e que nem na cidade, tu vai querer comê uma fruta e tu vai tê que ir lá e gastar dinheiro pra comprar. Aqui tu só vai aqui na chácara e tu encontra, não tem violência”.

Para ela, ter condições de mudar significa ser empreendedor, mudar de cultura, mudar de pensamento, introduzir uma forma ecológica de plantar. Ressalta que é preciso ter a coragem do empreendedor e se arriscar, ser otimista e acreditar que o empréstimo vai dar certo, que os lucros serão compensadores.

Percebe-se, no conjunto das entrevistas, algumas reincidências nas falas dos sujeitos. Dentre elas, destaca-se a tentativa constante de resgatar a auto-estima e valorizar o meio rural. No Centro eles encontraram um espaço e um discurso que propicia, através do empreendedorismo, a possibilidade de mudança. Os novos valores e idéias polemizam a relação do jovem com a família a partir do confronto de saberes. Da mesma forma, a sucessão da terra, assunto polêmico e conflituoso, enfrenta mais um desafio: os pais relutam contra a mudança de cultivo ou ainda contra a mudança de atividade (para uma não-agrícola). Também ocorre uma inversão de valores no processo de transmissão de saberes (o que antes era ensinado de “pai para filho” passaria a ser transmitido de “filho para pai”).

4.5.2.2 O estudo das representações sociais: “empreendedorismo”

Conforme apresentado no capítulo 3, o tema empreendedorismo vem sendo amplamente veiculado na mídia, escolas, universidades e no meio rural. Tendo como base a disposição ao risco, a criatividade e a coragem de mudar e ser seu “próprio patrão”, este termo carrega consigo a possibilidade de mudar a vida das pessoas, de propiciar novas oportunidades e realizar sonhos.

Ao transpor tais promessas à população rural, ao plantador de fumo prejudicado fisicamente pelo uso dos agrotóxicos e endividado com as fumageiras e financiamentos, a frustração destes sonhos pode apresentar conflitos nas relações familiares.

Ao conhecer o público-alvo desta pesquisa, especialmente através das entrevistas em profundidade, observou-se um jovem que, antes de ingressar no CEDEJOR, tinha poucas perspectivas e pretendia sair do campo. Em uma fase da vida em que a novidade representa uma saída para mudar a vida e ser independente, eles são capturados pelos sonhos, passam a ver o campo como algo viável e recuperam a auto-estima, tem orgulho da sua terra, do seu trabalho e da sua função social como provedores de alimento. Passam a ver, inclusive, o empreendedorismo como uma última esperança para permanecer no campo. Dentre os discursos, ouviu-se *“se não der agora, é porque não dá mesmo”* ou *“eu pensei em ir pra cidade e agora não vou, mas se não der pra ficá depois de tudo que aprendi, aí é o destino mesmo de ir”*.

O jovem deposita seu entusiasmo nesta possibilidade e formula representações positivas sobre o empreendedorismo: mudança de vida, renda, independência, criatividade, oportunidade e vida fácil.

Mas o cotidiano delimita as condições de ação dos egressos. No retorno à propriedade, quando terminam as alternâncias, ele é desestimulado pelos pais e pela comunidade (que vê o Centro como “perdição” de tempo). Assim, o jovem passa a encontrar refúgio no CEDEJOR, tendo seus colegas e monitores como confidentes do mesmo problema: a falta de visão dos pais e a dificuldade de aceitar as mudanças, porque eles têm “cabeça fraca”. Dessa forma, o “novo empresário” não consegue desenvolver-se pela falta de confiança da família e da comunidade nos projetos empreendedores e pela ausência de recursos financeiros para “abrir o negócio”.

Outra questão advinda do tema empreendedorismo refere-se à busca pela informação e conhecimento. Esta nova exigência, do mercado e do mundo globalizado, para a maior parte dos jovens, somente era suprida no Centro, local em que tinham acesso a jornais, internet, revistas e livros¹⁷. Mas nem sempre o entendimento dos jovens sobre os assuntos abordados aconteceu de forma clara.

Segundo os resultados do trabalho de campo, tal situação pôde ser verificada no que se refere aos conceitos e conhecimentos introduzidos pelo CEDEJOR nas aulas expositivas (desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável,

¹⁷Apesar do acesso aos livros e jornais, os jovens não tinham o hábito de retirar os livros e o meio mais utilizado era a internet.

desenvolvimento local e territorial). Todos os pesquisados ao serem questionados expressaram dúvidas e confusão ao falar sobre estes assuntos.

No que concerne ao Empreendedorismo, a aplicação da técnica da associação livre de palavras e a organização de seus resultados produziu duas tabelas e um diagrama que são apresentados a seguir. Conforme o **Quadro 2** e o **Diagrama 1**, no Núcleo Central encontram-se as palavras **renda, mudança e independência**. Também por ordem de evocação as encontradas no sistema periférico (mais suscetíveis a uma mudança) são: **ecologia, independência, agroecologia, mudança, oportunidade e coragem**.

Quadro 2: Empreendedorismo - Ordem de Evocações

Cartazes Associativos	1ª palavra	2ª palavra	3ª palavra
Cartaz 1	Renda (+)	Ecologia (+)	Oportunidade (+)
Cartaz 2	Mudança (+)	Independência (+)	Ecologia (+)
Cartaz 3	Renda (+)	Agroecologia (+)	coragem (+)
Cartaz 4	Renda (+)	Mudança (+)	Ecologia (+)
Cartaz 5	Independência (+)	Ecologia (+)	Oportunidade (+)

Fonte: da autora

Figura 19 - Diagrama 1: Núcleo Central e Sistema Periférico – Empreendedorismo



Fonte: da autora

Esses quadros, somados às demais informações obtidas à campo já permitem algumas considerações iniciais. Segundo os sujeitos, o empreendedorismo propicia a diversificação da propriedade, uma oportunidade para aumentar a **renda** e descartar, ou diminuir, o plantio do fumo. Além disso, para os jovens, ser empreendedor significa renda extra, não uma forma de sustento: *“acho que seu eu for empreendedor eu vou ganhar um dinheirinho extra, né? Assim, prá compra umas coisa assim, que de outro jeito não dá, né?”*. Há contradições entre discursos e ações: os sujeitos acham que é a única forma para mudar de vida e, ao mesmo tempo, consideram os projetos empreendedores uma “renda extra”, paralela à manutenção do plantio de fumo. Tais contradições foram captadas nas entrevistas e na observação participante. O jovem diz que o projeto vai mudar sua vida, mas não investe no projeto, ele permanece no “plano dos sonhos”.

Se, em alguns momentos, os pesquisados consideram o empreendedorismo uma **oportunidade** (palavra localizada no Sistema Periférico) de mudar a vida e abandonar o plantio do fumo, eles preferem não enfrentar os pais e permanecem na mesma situação: *“eu é que não vô comprá briga com eles, né? Se não querem fazê, nem muda, aí a gente não muda, alguns podem até muda, mas vão se encomodá.”*

Tal oportunidade é também uma forma de conquistar a **independência** em relação à família. Tal situação os remete a um modo diferente de vida e a um

confronto com a família: *“fazer o negócio próprio é bom, né? dá pra ganhar a mais, comprar outras coisa... e daí não dependo do pai, do fumo... é... mas o problema é consegui renda pra isso, porque eu acho que o estudo que eu fiz disse que vai dá certo o que eu quero, vai dá, se ali diz, né? temos que acreditar que vai dá certo o sonho!”*

Os sujeitos consideram o projeto empreendedor um *“estudo de mercado que nós fez”*. Para eles, é possível abrir um negócio a partir deste plano elaborado. Em outros momentos, eles afirmam não ter tido tempo para organizá-lo adequadamente. Segundo um jovem *“pelo que ali foi passado eu acho que daria sim, porque tu pára e lê projeto e vê se vai dar, se é aquilo ali mesmo.. se aquilo ali vai dar certo se fazer de outro jeito ali vai dar certo, ou vai dar errado, se o lucro teu ali pode ser aquele esperado nos primeiro mês, mas depois pode sim... até ser bem, ter bastante lucro, sempre, claro, e eu acho que... sempre tu tem que estar buscando, renovando novas idéias, né? Sempre aprendendo alguma coisa, mas a gente não teve tempo de fazer a coisa direito, eu fiz pouca entrevista, não sei se falei com as pessoa certa, né? Mas eles disseram que tava bom, que dava assim, então deve dá, né?”*.

Também, como pode-se observar no **Diagrama 1**, as evocações sobre empreendedorismo foram todas positivas. A falta de crítica ao significado pode ser visualizada na positivação de todas as palavras que se referem a ele. Com pouco conhecimento e reflexão sobre o empreendedorismo, os jovens não têm uma postura mais crítica, até mesmo porque esta noção ainda está no plano do sonhado, não do vivido.

No Quadro 3, abaixo, palavras mais citadas são **ecologia** e **renda**.

Quadro 3: Empreendedorismo - Frequência de Evocações

4 vezes	3 vezes	2 vezes	1 vez
Ecologia	Renda	Oportunidade	Coragem
		Independência	Agroecologia
		Mudança	

Fonte: da autora

Verifica-se que os egressos depositam no empreendedorismo a possibilidade de melhorar de vida¹⁸. Ao mesmo tempo, nota-se que **ecologia** (mesmo citada

¹⁸Cabe lembrar que, dos 21 projetos originais, apenas três não abarcam a ecologia como carro-chefe. Dezoito projetos visam, através do cultivo ecológico, mudar o pensamento dos pais, suspender

quatro vezes) e **agroecologia** situam-se no sistema periférico. No entanto, os entrevistados não sabem definir o que é um produto ecológico e o que significa **agroecologia**. Ou o que é um desenvolvimento local ou sustentável. Para o Jovem “C”, **ecologia** significa *“trabalhá com produtos sem uso de veneno, sem usá agrotóxico nas planta, eu acho, né? Acho que era isso que diziam lá... plantá verdura, coisa assim, da natureza, esses negocio aí que são natural, né? E agroecologia, ai, aí é complicado, báh! É ecologia e agro... agroecologia. Acho que é quase a mesma coisa, só que agroecologia é mais complicado de fazer, né?”*.

Em relação à palavra **renda**, vale ressaltar que, além de ser a segunda mais citada, encontra-se no Núcleo Central. Sua posição reflete também a busca pela renda como intenção clara dos produtores da região. Estes permanecem no fumo devido ao lucro bruto que o cultivo apresenta, mesmo diante dos problemas causados na saúde e no meio ambiente. O empreendedorismo como renda representa aos jovens uma forma de mudar de cultivo. Entretanto, os projetos empreendedores somente manter-se-ão se o lucro for considerável, ou seja, similar à renda gerada pelo tabaco. As necessidades individuais novamente se sobrepõem às coletivas e o jovem parte em busca das suas necessidades e desejos. Complementando estas reflexões, têm-se as palavras **mudança** e **independência**, que mesmo não sendo tão citadas quanto a **ecologia**, se localizam no núcleo central e revelam a importância que a **mudança** e a **independência** representam na vida dos jovens.

Categorização analítica dos dados sobre “empreendedorismo”

Conforme explicado em Os Métodos e as Técnicas Empregadas, as categorias de análise foram construídas a partir dos resultados da associação livre de palavras e das demais informações obtidas à campo. Assim, os dados relativos ao empreendedorismo foram agrupados em quatro categorias que buscam sintetizar as representações: **permanência no campo, mudança cultural, renda e risco**.

Categoria 1 – Empreendedorismo como permanência no campo: oportunidade, alternativa, incentivo

A permanência do campo, para os sujeitos em questão, significa ter oportunidades futuras, pois *“o cara antes de entrar lá, eu pensava que o interior não é lugar... não era lugar, que o interior aqui não dá mais dinheiro e quando eu fui prá ali... eu vi que tantas outras coisa ali tu pode imprantá, fazê um projeto, trabalhá... que tu tem futuro... não é só o fumo que pode dá lucro”*. A possibilidade de outras rendas e de visualizar outra maneira de viver, diferente do cultivo do fumo, é complementada pela (re) valorização do espaço rural e dos seus moradores: *“agora eu me sinto mais feliz prá ficar, eu me sinto melhor. Óia, não sei se vai ser assim daqui há tempos, não sei se vai mudá o pensamento dos que mandam na gente e se vamo podê fazê o que quero, mas uma coisa eu digo prá ti, a gente tem valor, eu valho, o colono tem valor. Agora eu vejo, vejo que ficá no campo tem um valor”*.

Outro sujeito revela que decidiu participar da seleção no Centro porque sabia que o projeto apoiava a permanência no campo, sem venenos. Para eles, é preciso ter vontade de lutar e persistência para construir uma vida mais saudável e digna.

Categoria 2 - Empreendedorismo como mudança cultural: informação, coragem, luta, mudança de pensamento, ecologia

Para os jovens o fumo é a principal fonte de renda porque a família não sabe plantar outra coisa e também pela questão cultural. Ao mesmo tempo, eles têm consciência de que este será um processo lento de mudança (substituir o fumo por outras culturas), que exige persistência e paciência. A escolha pelos produtos ecológicos associados ao empreendedorismo, busca mudar o pensamento dos pais e da comunidade no que se refere ao cultivo do fumo e uso dos agrotóxicos.

Segundo os entrevistados, para que seus pais possam ser *“mais conscientes e menos cabeça fraca”*, é preciso que eles recebam novos conhecimentos, informações, novidades. A palavra *“informação”* permeia todas as falas nas entrevistas, como algo necessário ao crescimento. Concebida no sentido positivo, ela representa uma forma de convencer os pais de que o mundo está mudando e que *“eles estão ficando pra traz e nós também”*, ressalta um sujeito.

Ao mesmo tempo, quando se questiona sobre desenvolvimento rural, local, sustentável, entre outros, os jovens não lembram do que foi tratado em aula e confundem os conceitos: *“báh, sustentável é que sustenta a família, local é o que sustenta o local, rural é o rural, né?”*. Conforme outro egresso *“na localidade assim, melhora a visão da localidade, da comunidade, vê melhor assim, ninguém planta coisa diferente... todo mundo plantando fumo, todo mundo, é só fumo e fumo! E tem o territorial também, né? Que teria a ver com a terra assim, o não uso do agrotóxico prá melhorá o solo, não colocá veneno no negócio. Bom aquele lá, o sustentável é ter teu próprio sustento, não dependê dos outro pra ti sustenta, não tê patrão, sê seu próprio patrão, tira seu sustento da própria... local onde tu mora”*.

Tal confusão tem conseqüências futuras ao jovem. Se o egresso “acha” que adquiriu conhecimento necessário para mudar sua vida e ter um negócio próprio, ao se deparar com a realidade ele percebe que as coisas não são exatamente como ele imaginou e frustra-se. Ou ainda, como em alguns casos desta pesquisa, simplesmente esquece que um dia planejou uma “agroindústria de conservas”, por exemplo.

Categoria 3 – Empreendedorismo como Renda/Risco: retorno financeiro, independência, planejamento, criatividade

Para os jovens, a renda advinda do empreendedorismo está associada ao risco. O novo negócio ou a inovação se apresenta como algo que possibilita aumentar a renda, conforme os sujeitos. A aversão ao risco faz parte do contexto cultural do agricultor, principalmente aquele ligado ao fumo, pois esteve sempre atrelado a esta cultura.

O “sonho” do negócio próprio, presente na atual sociedade, vem sendo estimulado não apenas no campo, mas como uma solução na cidade para enfrentar o desemprego. O jovem visualiza no trabalho uma maneira de ser independente da família. Os jovens consideram que a inovação de produtos é um diferencial no momento da venda: *“se tiver gente que se interessa, eles pagam bem e valorizam coisa sem veneno e coisa diferente, que não tem como fazer na cidade, aí vale a pena, mas tem que ter onde vender”*.

Para os egressos, o empreendedorismo implica em planejamento e criatividade e a elaboração do projeto propicia o exercício destas ações, permitindo

uma avaliação precisa do futuro negócio. Por outro lado, quando perguntou-se a data em que a família pretende iniciar o negócio ou a inovação, encontrou-se resistência: *“o meu projeto é, no cronograma, era implantá meu projeto já em dezembro... aí agora em maio, junho, começa a plantá os citrus tudo, mas daí... puxa... a gente conversou e tudo, o pai qué começá a mudá a casa, né? e daí..eu não ia fazer financiamento prá por esse meu projeto em prática, né? Então a gente conversando achou melhor deixá assim esse ano né? Deixa esse dinheiro ali de reserva, vai que ele precise, uma coisa assim, né? Então... o ano que vem aí já vai tá mais calmo mais organizada as coisa e aí a gente vê, né?”*.

Os egressos informaram que para ser agricultor é preciso ser empreendedor, ter a capacidade de projetar uma idéia: *“pensá e sabe como eu vou espalhá as semente, fazê a venda do meu produto... se eu vendo mel eu vou espalhá prá todo mundo que eu tô vendendo um mel e que ele é bom... é marketing... eu acho, não é assim que as empresa grande faz? Por isso tão grande, elas pensam grande, arriscam!”*.

A partir destas constatações, observa-se que o empreendedorismo, mesmo sendo algo novo para estes jovens, altera as suas visões de mundo e insere a necessidade de transformar a agricultura em um “negócio”, o qual deve ser gerenciado como uma empresa e exige busca constante de conhecimento e adesão às novas tecnologias. Em matéria veiculada no jornal “A Gazeta do Sul”, intitulada “O futuro já chegou à pequena propriedade” (anexo C), relata-se que “[...] é assim que a pequena propriedade rural deve ser encarada no século XXI” (A GAZETA DO SUL, 2007A).

Da mesma forma, é possível visualizar uma formulação de representações (a propriedade como empresa) já sendo formulada pela Souza Cruz junto a seus produtores integrados. A idéia de uma nova vida e da necessidade do “gerenciamento da empresa” também vem sendo ressaltada pela mídia local através de reportagens sobre o CEDEJOR.

4.5.2.3 O estudo das representações sociais: “agricultura”

Considerando o referencial teórico e a contextualização do estudo e as reflexões sobre os dados obtidos no trabalho de campo, percebeu-se que as representações sobre a **agricultura** têm sido, cada vez mais, retratadas através das atividades não-agrícolas (neste caso, incentivadas pelo empreendedorismo). As discussões sobre a diversificação da propriedade têm sido agendadas não apenas no meio acadêmico, mas absorvida também pelos jovens rurais deste estudo. Ao mesmo tempo, essa busca por atividades não-agrícolas não é recente (SCHNEIDER, 2004; WANDERLEY, 1999) e pode referir-se à complementação da renda ou à subsistência da família.

Ao focar o Vale do Rio Pardo, um importante elemento deve ser considerado: a integração do agricultor com o mercado. Nesta região há um estreito vínculo com o mercado, tendo em vista que a produção do fumo sempre esteve voltada à exportação do produto. Também a agricultura familiar na região apresenta algumas peculiaridades: a própria relação do fumicultor com a terra é conflituosa. O fumicultor, voltado à exportação, muitas vezes vê-se, e é visto, como um “agressor” da natureza e não um “guardião” desta (ALMEIDA e NAVARRO, 1997). Partindo-se dessas reflexões, tem-se um campo composto por relações dicotômicas e complexas, que são relevantes quando se pretende estudar as representações. Nesse sentido, conhecer as representações permite entender escolhas, perceber o porquê de algumas atitudes, entre elas a restrição, o medo da mudança de cultivo e do risco.

No que concerne à “agricultura”, a aplicação da associação livre de palavras e a organização de seus resultados produziu dois quadros e um diagrama que são apresentados a seguir. Como se pode observar na **Quadro 4** e no **Diagrama 2**, no Núcleo Central estão as palavras: **fonte de alimento, trabalho duro e herança**. Também por ordem de evocação as encontradas no Sistema Periférico (mais suscetíveis à mudança) são: **agrotóxico, mudança, sustento, herança, pulso forte e fonte de alimento**. Destaque-se que o **agrotóxico**, citado por todos os egressos, foi localizado no Sistema Periférico, mais distante do Núcleo Central. Ou

seja, é considerada uma informação nova, que pode ser substituída com mais facilidade segundo a teoria que fundamenta essas reflexões.

Quadro 4 – Agricultura – Ordem de Evocação

Cartazes Associativos	1ª palavra	2ª palavra	3ª palavra
Cartaz 1	Fonte de alimento (+)	Mudança (+)	Agrotóxico (-)
Cartaz 2	Trabalho duro (-)	Fonte de alimento (+)	Agrotóxico (-)
Cartaz 3	Fonte de alimento (+)	Sustento (+)	Mudança (+)
Cartaz 4	Trabalho duro (-)	Herança (+/-)	Agrotóxico (-)
Cartaz 5	Herança (+/-)	Pulso forte (+/-)	Agrotóxico (-)

Fonte: da autora

Figura 20 - Diagrama 2: Núcleo Central e Sistema Periférico - Agricultura



Fonte: da autora

Esses quadros, associados às demais informações obtidas, já permitem também algumas considerações iniciais. A agricultura, por exemplo, surge como **fonte de alimento e trabalho duro**. Estas evocações coexistem, mas não de forma

harmoniosa, no Núcleo Central das representações destes jovens. Ao mesmo tempo em que o agricultor é responsável pela sua alimentação e das “pessoas da cidade”, ele tem uma vida e um trabalho duro, pesado. Além disso, o valor que recebe pelos seus produtos não é proporcional ao valor do produto final no comércio. Isso vale tanto para a produção do alimento quanto para o tabaco e o seu produto final: o cigarro. Também a **herança** vem sendo questionada pelos jovens e, por esse motivo, tem deixado de ser orgulho e passado a ser parte dos conflitos.

Prosseguindo no exame dos materiais acima, observar-se que as palavras consideradas positivas encontram-se na cor azul e a cor vermelha representa as percepções negativas que os sujeitos apresentam sobre a agricultura.

Assim, foram evocadas pelos entrevistados: **agrotóxico** e **trabalho duro** como negativo; **herança** e **pulso forte**, apresentam duas cores, portanto, positivo e negativo, configuram um espaço de conflito. A **herança** apresenta também dois significados convergentes: transmissão dos saberes e da terra. Os saberes do campo são tidos como algo transmitido de geração a geração (herança) e, segundo as entrevistas, são motivo de orgulho: *“aprendemos desde cedinho tudo, né? Não na escola, em casa mesmo, nossos pais também aprenderam assim, né? É importante isso, né?”*. Ao mesmo tempo, a terra herança é repassada, conforme os egressos, tardiamente. Já o **pulso forte** é, ao mesmo tempo, bom e ruim por permitir que eles se mantenham no campo, ruim porque permanecem em uma situação difícil: *“a gente fica aqui, luta pra ficá, né? Mas aí a gente não muda nada, né? Acha que não tem jeito e fica assim, né? Ai, as vezes dá um nó, não gosto de pensá nisso, melhor pensá que outras coisa vão melhorá”*.

Da mesma forma, conforme se observa no **Quadro 5 - Agricultura – Frequência de Evocações**, as palavras mais citadas pelos pesquisados em profundidade, em resposta à palavra indutora “agricultura”, foram: **agrotóxico** e **fonte de alimento**.

Quadro 5: - Agricultura – Frequência de Evocações

4 vezes	3 vezes	2 vezes	1 vez
Agrotóxico	Fonte de alimento	Herança	Pulso forte
		Trabalho duro	Sustento
		Mudança	
		Orgulho	

Fonte: da autora

Quando os jovens se referiam a **fonte de alimento**, demonstravam orgulho pelo campo: *“daqui vem o que todo mundo come, somos responsáveis pelo alimento, temos poder de dar o alimento”*. Já **trabalho duro**, para eles, está relacionado ao trabalho no campo, considerado pelos jovens uma *“lida difícil, de sol a sol”* e *“sem folga nas férias e nos finais de semana”*. Embora citado duas vezes é uma das primeiras palavras evocadas e portanto uma forte representação sobre a agricultura.

O **agrotóxico**, a palavra mais evocada, surge nas falas como algo negativo, como um problema para a terra, para o meio ambiente e para a saúde humana. Ao mesmo tempo, encontra-se no Sistema Periférico. Segundo os entrevistados, antes eles não pensavam nisso: *“só depois que entrei lá no CEDEJOR que vi que a gente faz mal usando isso, né? Há, mas tem uma coisa, a gente sabe que também não tem como não usar, né? é daquelas coisa, né? Fazer o que né?”*.

Reportando-se ao **Diagrama 2**, vê-se que **agrotóxico** se encontra no espaço periférico. O **agrotóxico** mesmo sendo incorporado nas falas, não modifica o comportamento do indivíduo ou da família, ou seja: eles permanecem praticando agricultura através da plantação de fumo. Essa situação pode ser verificada nas entrevistas: os jovens falam sobre o veneno utilizado como algo negativo e que precisa ser modificado, porém, seus pais não falam sobre esse assunto, para eles o plantio do fumo é algo “dado”, que não faz parte de um planejamento de mudança.

Seguindo essa linha, é possível conceber o **agrotóxico** não como uma informação “nova” para os agricultores da região (seus efeitos nocivos para a saúde humana e ao meio ambiente são amplamente conhecidos) mas revestido de um novo sentido. Ou seja, após passagem pelo Centro, o **agrotóxico** passou a ser objetivo de reflexão dos egressos: se antes ele era parte indissociável do processo

produtivo, hoje é algo que precisa ser eliminado. Entretanto, passou a representar a “agricultura” e não o plantio do tabaco. Assim, a agricultura, representada no **agrotóxico**, tornou-se, aos olhos dos jovens, algo a ser superado e que precisa ser substituído por outras atividades (agrícolas ou não agrícolas). Assim como o “empreendedorismo” é hoje representado na palavra **ecologia** e considerado positivo, a “agricultura” é vista pelos jovens como algo predominantemente negativo e representado pelo **agrotóxico**.

O mesmo acontece com as evocações **mudança**, **pulso forte** e **sustento**, igualmente encontradas no Núcleo Periférico. Por exemplo, a palavra **mudança**, mesmo estando no Sistema Periférico, estabelece conflitos familiares: os jovens passam a estabelecer um campo de lutas para provar que eles estão certos. Também o sonho da independência financeira, da conquista da sua própria empresa exige mudanças nas relações de trabalho e de saberes e acirra os conflitos entre as gerações. Além disso, para a maioria destes jovens, esta é uma idade de decisão, de mudar ou não: optar pelo quartel, por um trabalho na cidade ou permanecer no campo. Nesse sentido, quando o projeto sonhado não se concretiza, a opção é sair do campo ou permanecer na mesma forma, seguindo o modo de vida dos pais.

Dessa forma, percebe-se, ao analisar imagens e falas, que as palavras **agrotóxico**, **mudança**, **pulso forte** e **sustento**, mesmo estando presentes nas falas, não modificam o cotidiano, permanecem no Sistema Periférico: os jovens e a família permanecem plantando fumo.

Os jovens em questão têm uma visão negativa da agricultura. Para eles a motivação, trazida pelo empreendedorismo, sustenta-se em uma percepção de agricultura como algo pesado, dependente do agrotóxico e refere-se ao cultivo do fumo. Ao mesmo tempo, a terra como herança e fonte de alimento, representam uma faceta positiva da agricultura, ancorada na família como símbolo de união e reprodução social.

Categorização dos dados obtidos sobre “agricultura”

No que tange ao tema **agricultura**, as expressões e percepções encontradas nas falas foram agrupados em três categoriais temáticas, procurando também

sintetizar as representações: **modo de vida, relação com a terra e conflitos de geração.**

Categoria 1- Agricultura como modo de vida: herança, orgulho, tranqüilidade, pulso forte, vida boa, persistência, qualidade de vida, vida ideal

Sempre associada ao tabaco, a agricultura é encontrada no vivido, na dura realidade do fumo. A dicotomia cidade/campo presente nas falas, explicita relativa “aversão” à vida na cidade, concebida como violenta, apressada, intranqüila.

Nas entrevistas, ficou claro que morar no campo “*é muito melhor que na cidade; o que se faz na cidade? Tomar um chimarrão na praça? Ouvir barulho dia e noite?!.*” Uma pesquisada declara que se sente mal quando vai à cidade e que a família é “*obrigada*” a ir mensalmente porque alguns mantimentos e produtos são necessários comprar na cidade. Ela complementa: “*tudo a fumageira leva lá pra gente, nos dá segurança!.*” Para a família rural, o plantio que visa a subsistência é sinônimo de qualidade de vida, pois “*quem produz, independente do que produz é superior, porque na cidade aí tu qué alguma coisa tu tem que compra. Aqui tu tem um cantinho aí , pelo menos alguma coisa tu planta prá ti!.*”

Na associação livre de palavras a expressão “herança” resume, ao lado da palavra “fonte de alimento”, também uma necessidade de valorizar o espaço rural e criticar possíveis vantagens do mundo urbano. A dicotomia cidade campo é expressiva e, em busca de uma maior auto-estima, os pesquisados encontraram no CEDEJOR uma fonte de valorização da vida no campo e de novas possibilidades de lá permanecer.

Categoria 2 – Agricultura como relação com a terra: agrotóxico, mudança

Agrotóxico, palavra evocada por todos os pesquisados, reflete o discurso repassado pelo Centro. A agricultura, associada à utilização do agrotóxico, traz a lembrança de uma época remota, na qual “*não tinha tantas doenças, tanto veneno como é agora, né?.*” A contaminação das águas pelo veneno é uma constante nas propriedades e, conforme os entrevistados, a “*nossa água não tá protegida, quando*

chove muito o veneno desce da lavoura e a gente toma todo ele, não tem outro jeito". O plantio do tabaco também é associado ao corte da mata nativa, tanto para ocupar a área com a lavoura, como para obter lenha para a secagem do fumo no forno. Uma informante ressalta que *"se desmata bastante e daí eu acho que o meio ambiente todo mundo devia cuidá, mas cada um faz o que pensa. Também não adianta, né? se não desmata vai ser como? Comprá lenha? Plantá onde o fumo?"*.

O desgaste do solo é outro assunto levantado: *"bah, o fumo tem muita conseqüência prá natureza... o veneno que a gente utiliza é muito forte que se coloca no solo, secante esses negócio. Logo depois da colheita do fumo se coloca secante e aí prejudica o solo, os pássaros"*. A preocupação com o meio ambiente refere-se também à necessidade do uso da terra, inclusive pelas gerações futuras. Para eles o problema com o meio ambiente é grave, pois o sustento da família *"vem da terra, como vai ser pros nossos filhos .e prá gente? A coisa já tá feia, não se produz mais como antes, não dá, mas como vamo pará? Só se pará de prantá"*. Em alguns locais da região, a comunidade teme o desmoronamento de terra e a diminuição da propriedade. Portanto, a agricultura caracteriza uma relação clara e problemática com a terra e o meio ambiente.

Todos estes acontecimentos narrados pelos sujeitos e que envolvem a degradação do meio ambiente remetem a outra categoria analítica: a **mudança**. Para estes jovens, ela tornou-se uma necessidade e precisa ser absorvida por sua família: no momento em que a família se conscientizar desta necessidade, os jovens terão mais chances de utilizar a terra e gerir seu "próprio" negócio (agrícola).

Categoria 3 – Agricultura como conflitos de geração: mudança de cultura e de cultivo

"Preguiça no lombo", esta é uma expressão freqüentemente utilizada pelos pais e avós dos jovens. Para a família, estudar e fazer cursos significa perder tempo: *"eu queria ver vocês fazer o que nós fazia, virá, pegar aí um arado aí, passar um dia inteiro aí... vocês agora querem escapar do trabalho lendo livro"*. Segundo os entrevistados, seus avós já consideram a própria geração de seus pais "mais preguiçosa".

Para os pesquisados, o maior problema é voltar para a propriedade. Os projetos de diversificação são questionados e barrados pela família. De acordo com os discursos, o pai é quem “manda na casa”, disseram todos os egressos. É ele o responsável pelas decisões da propriedade e o pai acha *“que é ele o único que sabe, isso aí é ó... pegá e... dizer não pra tudo, sem conhecê, sem pergunta como é... isso eu também sei fazê também. O pai diz não, não vai fazer.. aí o cara já fica desacorsoado”*, relata um deles. Sendo o cultivo do fumo a principal atividade das propriedades da região, a diversificação e a mudança, podem ser consideradas como elemento cultural, difícil de ser modificado. Por esse motivo os jovens acham que *“eles não acreditam nisso aí, o problema é que eles acreditam que só no fumo, que o fumo é o único sustento prá eles”*. Ou seja, sentem-se frustrados quando seus planos são vetados.

Para eles, modificar a “cabeça fraca” dos pais será um trabalho lento: *“tem que mudá ..e não é uma coisa que acontece do dia prá noite”*. Frases ditas pelos pais e avós, como *“no meu tempo não era assim, tu pensa diferente que é só estudá e ficá sentado”*, refletem a necessidade da mão-de-obra, a falta de perspectiva da família em diversificar e o medo de arriscar.

A sucessão da terra ocorre tardiamente: *“não adianta dá a propriedade quando eu tivé quarenta ou cinqüenta anos, porque nós qué ficá, mas fazendo o que? só o que eles qué? Então não fica”*, ressalta.

A entrada no CEDEJOR, para a maior parte dos jovens, foi também motivo de brigas e discussões. Segundo uma pesquisada, quando ela falou em ingressar no Centro sua avó disse que, além de estragar a lavoura, ela estaria prejudicando o trabalho da família. Portanto, a agricultura, como “conflito de geração”, significa uma correlação de conhecimento e força entre os jovens e suas famílias, calcada em novas representações, formuladas pelos jovens, no intuito de concretizar seus interesses (obter liberdade perante a família e recursos financeiros). Essas representações provocam desavenças entre os familiares e “prometem” aos sujeitos uma vida e um espaço mais promissor. Quando o jovem percebe que não terá condições de realizar o seu sonho, segue em busca de outras possibilidades em outros espaços.

4.6 Reflexões parciais: conflitos e dilemas a partir das representações sociais

A fantasia, aprisionada por não ter levado em consideração a realidade, amplia-se enormemente por meio deste impulso de desejo e conduz o ego a contradições cada vez maiores com a realidade. A fantasia será obrigada a buscar o material de sua satisfação nas utopias situadas muito no passado ou no futuro longínquo; agora que tudo fracassou, ela sonha com o velho quarto com as paredes descascadas, tem saudades da família e das velhas histórias, ou então lança mão desesperadamente mais a frente, ao futuro, imagina um lugar onde todos são felizes, onde todas as contradições são resolvidas, onde nenhum homem queira fazer mal a outro, onde as aves falam com as pessoas, onde nenhum animal devora o outro, em suma, a fantasia é pressionada para a irrealidade, torna-se estranha, incapaz de viver a realidade louca. Visto que sua força pulsiva é exatamente a fuga da realidade por parte dos desejos, ela não realiza mais nenhuma relação dialética com a realidade.

(PETER SCHNEIDER apud MARCONDES, 1988)

Se o sistema de representações é construído historicamente, no cotidiano e na relação entre o grupo, os egressos passaram a ver o mundo a partir da realidade sonhada durante a permanência no CEDEJOR. A realidade jovem foi re-apresentada pelo Centro através das propostas emitidas pelo mesmo: a mudança de cultura, a mudança de cultivo e de estratégias de projetos. Tais mudanças trazem uma nova proposta de hierarquização da família a partir das alterações nas relações de produção e nas formas de saber e nas práticas agrícolas. No Centro, eles recebem informações sobre uma agricultura defasada que deve ser substituída pela coragem de mudar os rumos da propriedade, de correr riscos. Eles passam a fazer desta perspectiva a sua realidade. É uma das realidades re-apresentadas.

O material coletado a partir dos discursos, das imagens, da observação participante e da técnica “associação livre de palavras”, revela uma fala heterogênea no que se refere à agricultura.

As respostas não são simples. Alguns dizem que é a lavoura que mais oferece rentabilidade. Por outro lado, as dívidas com as fumageiras, em geral, tornam a receita líquida negativa no final da safra. Outros dizem que eles não sabem fazer outra coisa, que desde a vinda de seus antepassados, o fumo é o meio de subsistência. Se as pessoas buscam nas representações, formas de tornar o “não-familiar” em “familiar” objetivando acomodar e conviver com algo, os jovens em estudo têm como representações sobre a agricultura um modo de vida defasado, contraditório, que não oferece oportunidades de permanência no campo e

perspectivas futuras. Viu-se que foi oferecido pelo Centro uma possibilidade de “sonhar”, de ser independente através do seu próprio negócio e talvez resolver a contradição.

É neste modo de vida pouco promissor que o empreendedorismo representa a oportunidade de crescimento e de permanecer em seus locais de origem: o projeto oferece a possibilidade de mudança, de aquisição de informação e conhecimento. Nota-se a força deste apelo nas expectativas que os jovens carregam consigo ao saírem do CEDEJOR, apesar da imagem que as turmas anteriores fixaram na comunidade¹⁹

Ainda em relação ao empreendedorismo, é importante referir-se às representações positivas e despojadas de críticas por parte dos jovens, provavelmente sustentadas pela necessidade de valorizar sua localidade, sua capacidade e mesmo sua auto-estima.

O Centro propiciou aos jovens situações que eles não conseguiriam viver por si mesmos: viagens, cursos, internet, entre outras coisas: *“as amizades que a gente fez... o conhecimento que a gente teve... nossa, foi muito legal, as viagens, meu Deus, a gente aprendeu tanta coisa, tanta coisa nas viagens que a gente fez!”*.

Mas o Centro não é um simples repasse de técnicas e informações: a pedagogia empreendedora, com valores diversos daqueles do campo, altera os saberes locais e a forma de pensar do agricultor, ao inserir valores como a disposição para a mudança e para o risco.

À propósito, cabe retomar aqui a descrição original de alguns momentos da pesquisa, recuperados nas (re)leituras do diário de campo.

Em uma conversa informal com uma pesquisada, insisti sobre a validade efetiva de um projeto que pretende mudar a forma de pensar de uma comunidade e

¹⁹Os primeiros egressos, que ingressaram em 2000, tiveram problemas com o CEDEJOR. Até hoje, nas comunidades do Rio Grande do Sul em que o CEDEJOR atua, a imagem é negativa e as pessoas referem-se a “perdição de tempo”. Essa primeira turma, conforme um pesquisado, falava *“muito mal do CEDEJOR, aí aqui na vila o pessoal todo mundo conhecia o Centro como algo ruim, como “coisa sem futuro, coisa nada a vê!”*.

Segundo os entrevistados, os monitores, naquela época, prometiam verbas, oriundas do Instituto Souza Cruz, para financiar os projetos dos jovens, como uma forma de captar alunos. Para os jovens entrevistados, a turma de 2006 vai “limpar” a imagem do projeto, pois *“[...] o pessoal depois que viu como eu tava mudando, que a gente tava aprendendo bastante coisa... vai ver eles que não tinham entendido, né? Tinham que buscar recurso pra poder implantar o projeto e eles acharam que tem que dar o dinheiro, tudo prontinho na mão ... e na verdade não foi isso que aconteceu, né? Eles fizeram o projeto mas queriam que o CEDEJOR desse o dinheiro, não queriam buscar recurso, nada, não se empenhavam, nada ... o único projeto acho que deu certo lá foi o daquela menina de Alto Paredão ..que ela fazia pão [...]”*.

perguntei se isso seria possível no campo. Ela responde que sim, possível é, mas que terão que *“mudá a forma de pensar, tentar mudar a forma de pensar das pessoas e isso é complicado... tem um certo preconceito, né? Aí vem toda aquela questão ..não desistí, persisti... botá na prática pra vê se dá certo, porque daí a pessoa vai percebê... que aquilo que tu tá fazendo tem sentido... não digo que vai tá com a razão, mas que tem sentido... que pode dá certo!”* Provoco, questionando porquê ela desistiu do seu projeto empreendedor (*citrus* ecológico), e a jovem permanece em silêncio por alguns minutos. Após a pausa, disse que a pergunta era difícil demais para ser respondida. Insisto e a jovem prossegue dizendo: *“[...] a gente fica muito confuso nessa situação, tudo que queremos dura pouco tempo, acaba não acontecendo”*. Para ela mudar a vida significa *“pará com o plantio de fumo, isso aí é certo, porquê a minha família tá se terminando com isso, eu também tô indo, infelizmente”*.

Retornando às reflexões parciais, tem-se um grupo que vive imerso na contradição do cotidiano, no dilema expresso na frase *“não quero, mas como não vou fazer isso?!”*. Mas esta é uma característica que perpassa o mundo rural: é uma característica da sociedade contemporânea, fragmentada.

Assim, torna-se necessário falar sobre juventude, ou melhor, juventudes, já que em cada sociedade e comunidade, as regras são diferentes e elas passam a ser mais um ator social que enfrenta diversos desafios na atual sociedade, entre elas a difícil inserção no mundo do trabalho.

Estes diversos jovens, cuja trajetória de vida e situação social interferem em suas escolhas, passam agora a contar com mais uma forma de inserção na comunidade: os projetos sociais. Os “jovens de projeto”, conforme Regina Novaes, representam uma nova modalidade que atua, através do terceiro setor e fundações empresariais, “legitimada pelo ideário do desenvolvimento local sustentável” (NOVAES, 2006: 112). Para a autora, além da renda, gênero, raça, local, hoje há também a ausência e presença de projetos. Assim, eles se re-apropriam das idéias dos projetos de que participam e as incluem em suas estratégias de sobrevivência social (2006: 113).

Seguindo essa linha, considera-se também o empreendedorismo como formulador de representações nas percepções dos egressos em relação ao mundo do trabalho. Eles passaram a visualizar, em suas propriedades, uma forma de realizar seus sonhos, de superar problemas econômicos e alcançar a independência

perante a família. Se os jovens foram atingidos e passaram a ter medo do futuro, de acordo com as diferentes juventudes e suas questões sociais, raciais, de gênero e de localização territorial (NOVAES, 2006), os projetos passam a interferir nas representações, recriar os modos de pensar e as relações sociais de trabalho.

Nesse sentido, há um confronto entre a realidade vivida e o projeto sonhado e conflitos no âmbito familiar. Ao tentar colocar em prática as idéias aprendidas, os jovens sentem-se frustrados: o empreendedorismo, as novas idéias, que pareciam ser uma saída para viver no campo e revalorizar seus espaços, não pode ser viabilizado.

O conflito entre as gerações torna-se explícito, pois o que eles passam a planejar e sonhar é vetado pelos pais. A maior parte dos projetos elaborados refere-se à agroecologia e à ecologia, outra importante representação captada nas falas e nos projetos dos jovens, antes despercebida por eles. Conforme as entrevistas, verificou-se que os produtores de fumo sabem que o cultivo causa danos à saúde e ao meio ambiente.

Antes do ingresso no Centro, eles não estavam preocupados com isso. Ao ingressar, os jovens recebem uma carga intensa de críticas ao processo produtivo do tabaco e passam a exaltar a necessidade da diversificação.

O discurso ecológico do CEDEJOR, efetivamente, influencia a maneira de pensar por dois motivos: sendo eles jovens, encontram-se em uma fase da vida em que desejam liberdade, querem inovar, mudar a propriedade, a forma de viver. Porém, ao retornar à propriedade a reação dos pais é de descrédito: “[...] *eles não aceitam que as coisas mudaram sabe? Hoje, tem que ser tudo como antigamente, que nem assim. Têm coisas assim que eles não entendem sabe? Vai ver que é por burrice também, por que eles têm cabeça fraca, mas assim eles não entendem as práticas assim, sabe*”. Para ela, ser jovem dificulta muitas coisas: “*tudo tem que ser do jeito deles que a gente que tá... a gente é jovem a gente tá falando, tá fazendo tudo errado... por eles serem mais velhos... eles é que entendem, né?*”.

Também as representações de empreendedorismo, como oportunidade de mudança, revelam algumas particularidades. Sendo as representações uma estrutura que media os sujeitos e o objeto, a partir de uma ação comunicativa que liga sujeitos a outros sujeitos e ao objeto-mundo (JOVCHELOVITCH, 2004), o sonho da independência financeira desses jovens e de um novo modo de vida passa a depender destas relações.

Para isso, eles precisam “convencer seus pais”, expressão utilizada por eles e pelos monitores, de que essa é a melhor forma. Essas conseqüências não interferem apenas na relação familiar, mas na esfera econômica também. As famílias dos jovens estudados, com raras exceções, têm dívidas com PRONAF e com as fumageiras. Para abrir um negócio, ou mesmo mudar a forma de produção dos cultivos será preciso acessar novamente o PRONAF ou buscar outras formas de empréstimo.

De acordo com o plano de negócios elaborado no CEDEJOR, são previstos gastos de implantação e manutenção da empresa, analisados recursos do futuro proprietário, projetadas rendas e realizadas “pesquisas de mercado”. De acordo com o “Segredo de Luíza”, de Fernando Dolabela Chagas (1999), é possível que o criador do negócio realize todas as ações e etapas necessárias à implantação do mesmo. Assim, os egressos, durante uma semana, após terem elaborado um questionário e escolhido sua amostra, saíram em busca de pessoas que poderiam colaborar para o desenvolvimento do seu projeto. Através de entrevistas, realizadas na própria comunidade e na internet, sem uma orientação especializada, eles foram atrás dos seus sonhos²⁰.

Conforme os egressos, foi fácil fazer o projeto e as entrevistas: o problema foi o tempo escasso. Em todas as falas ouviu-se que foram dois anos fazendo dinâmica de grupo e que *“só no final foram falar do projeto, foi muito puxado, foi um erro”*. Agarrar-se ao empreendedorismo é uma forma de acreditar em alguma coisa, de sonhar com uma vida melhor. Mas é também endividar-se, achar que elaborou um plano eficiente, em pouco tempo, e acreditar na viabilidade deste. O ato de familiarizar-se com o empreendedorismo e classificá-lo como a solução dos problemas, obedece a um ato de estratégia de sobrevivência e sonho.

Mas o processo de formulação das representações vai além da ação consciente do agente: as representações não se referem apenas à ação humana sobre o objeto. O objeto também age sobre o sujeito: ele negocia, mostra suas vontades, interfere. Conforme Jovchelovitch, é preciso considerar as relações de poder mais amplas que existem na sociedade e que são usadas por alguns grupos

²⁰No romance de Dolabela Chagas a adolescente Luíza, uma estudante que mora no interior de Minas Gerais, também inicia sua jornada em busca de informação e recursos financeiros. A criativa e destemida Luíza viaja para Belo Horizonte, conhece empresários (que por sua vez também não tiveram formação específica para administrar um negócio), visita empresas que tratam do mesmo objeto dos seus sonhos: a goiabada cascão e transforma-se em uma empresária de sucesso e reconhecida na capital mineira.

para produzir efeitos ligados a interesses e projetos. A hiper-representação, para a autora, corresponde a situações em que as representações são produzidas sem qualquer consideração com a realidade do objeto. Tal situação nos leva a perceber um espaço que também é predisposto a distorção, a mentir: o simbólico também pode ser o mundo do “faz-de-conta”, que é uma outra forma de encarar a realidade. Tem-se, assim, as RS como um campo de disputas, conflitos e lutas.

Levando-se em conta que a dimensão simbólica é um conhecimento interativo, comunicacional, ela está em constante transformação. Nas turmas anteriores, por exemplo, o CEDEJOR era visto como algo ruim, como perda de tempo. Uma das entrevistadas relata que “antes da nossa turma entrar eles viam o Centro como algo ruim, muitas pessoas chamavam ele “cedebosta”. Agora viram que eu tomei jeito e sabem que é bom!”.

Tal processo de construção da realidade social, entre o “eu”, o “outro” e o “objeto”, é negociado no espaço “entre”, subjetivo, a partir das comunicações. Para o grupo de egressos em estudo, a ideia de “perca de tempo” mudou. Mas na comunidade, as pessoas ainda têm essa representação do CEDEJOR. Ao conversar com os pais e outras pessoas da região, percebe-se que eles acham que é perda de tempo por dois motivos: obriga os jovens a deixar de realizar as lidas domésticas e das lavouras e porque é desnecessário, uma forma de “*ficar vadiando*”.

Também o empreendedorismo, no campo, continua legitimando uma nova forma de saber, ligada à necessidade de expor-se ao risco, acreditar na mudança, tendo como base a agroecologia. Segundo os pesquisados, a agroecologia é a melhor forma de diversificar e “se livrar” do fumo.

Em relação às representações sobre “agricultura”, as características e conseqüências da produção fumageira encontram-se no Núcleo Central, como algo negativo: um trabalho pesado (duro), que faz mal à saúde e prejudica o meio ambiente. No entanto, as famílias dos jovens têm o tabaco como principal fonte de renda, por isso eles não questionam profundamente e nem param de plantar, mesmo sendo eles os responsáveis por esses problemas, ao plantar o tabaco. O plantio exige também mão-de-obra intensa e isso faz com que os jovens, na maioria das vezes, deixem de estudar para auxiliar nas necessidades da família.

As representações sobre agricultura trazem o silêncio de um trabalho pesado (duro), que exige persistência e que exalta o orgulho da família e da produção de alimentos. Aquelas sobre o empreendedorismo exprimem esperança, oportunidade

de renda e de mudança. A possibilidade de, aos finais de semana, sair para passear, sem precisar estar no “olho do sol”, como dizem os entrevistados. O empreendedorismo significa recuperar a confiança de que o campo pode ser um bom lugar para se viver, um lugar digno.

Ao remontar aos resultados alcançados, considera-se também necessário trazer as representações sobre o fumo (que passou a ser alvo de críticas), pois, para os jovens, este cultivo representa a agricultura. Mas, para avaliar estas representações (arraigadas ou não) é preciso refletir sobre uma representação que permeia o imaginário dos produtores e de suas famílias: o fumo como atividade altamente rentável e como herança de seus antepassados. O fumo é percebido como a atividade agrícola mais lucrativa e estreitamente relacionada aos antepassados dos produtores, ou seja, culturalmente absorvida pelos mesmos.

As matérias publicadas na “Gazeta do Sul” resgatam essa “ligação” intensa, cultural e financeira entre os produtores e o tabaco. A reportagem “Fumo: o começo de tudo” (anexo D), publicada em junho de 2004, anuncia a relevância do cultivo para a comunidade: “Quando a Souza Cruz se instalou na cidade, em 1918, provavelmente os moradores de Santa Cruz não conseguiam vislumbrar o que estava por vir [...] o tabaco, que já era a base da economia da região seria responsável pela transformação de um pequeno município em um maior pólo da indústria fumageira do mundo [...]” (A GAZETA DO SUL, 2007B).

Assim a mídia, as empresas, as entidades representativas do fumo e os produtores rurais vêm construindo as representações ao longo dos tempos. O Centro, em um movimento aparentemente contrário, parece desconstruir esse discurso e propor uma nova realidade através da produção ecológica e de atividades não-agrícolas. Porém, em alguns momentos da observação participante, percebeu-se certa indignação dos monitores em relação ao entendimento da comunidade frente à Convenção-Quadro. Frases como “*a Convenção não vai eliminar o fumo, vai diversificar*” ou “*as pessoas não entendem que a diversificação será importante para a região*”, podem mostrar que o Centro também não busca incentivar a substituição do tabaco, mas introduzir a diversificação das atividades nas propriedades. A “galinha ecológica” é o mesmo animal que vem sendo criado pelas famílias. Porém, ela passa a ser revestida de novos nomes e significados. A “agroindústria de conservas” refere-se a mesma produção artesanal de “compotas”, como são

conhecidas na região, porém revestida de um sonho: o sonho de ter uma grande empresa.

Dessa forma, a agricultura, como modo de vida e de trabalho, se apresenta como um campo repleto de conflitos, ambivalências e desejos de mudança. Como modo de vida, os jovens e suas famílias têm no cultivo do fumo relações hierarquizadas e culturalmente arraigadas: o cultivo acompanhou a chegada dos imigrantes alemães e a população tem no fumo base econômica, cultural e social.

Também percebeu-se que os jovens vêem no campo uma forma de vida tranqüila, da qual exprimem orgulho. Nas fotografias captadas por eles e seus familiares, o “eu” foi retratado em suas casas e seus pais, o que nos remete à importância que a família tem na vida dos sujeitos e como o núcleo familiar é confundido, inúmeras vezes, com o trabalho. Ao mesmo tempo, eles reafirmam tal posição contrapondo o rural e o urbano, ou seja, observa-se nas falas uma valorização do campo e certa contrariedade à vida na cidade.

Segundo os dados coletados no trabalho de campo, verificou-se que o CEDEJOR tem exaltado uma vida no campo mais “leve”, sem a necessidade de atividades estritamente agrícolas, novas possibilidades de reproduzir-se e o acesso a conhecimentos e tecnologias. Esse mesmo discurso, ao invés de valorizar a agricultura, acarretou uma visão negativa da agricultura. O negócio próprio torna-se possibilidade de mudança de vida, de independência (da família e da terra).

Essas idéias foram absorvidas pelos jovens como uma forma estratégica de valorizar seu espaço e assimilar a necessidade de permanecer. Assim, a tranqüilidade, que se ancora no orgulho deste modo de vida e na importância da coesão familiar, convive com as adversidades da vida no campo, que, segundo os jovens, encontram-se na falta de infra-estrutura, na educação precária, na dependência das fumageiras, no trabalho pesado.

Na prática, as famílias permanecem plantando e adiando a diversificação da propriedade. Nesse sentido, as famílias fumicultoras, de acordo com a pesquisa, não diminuem ou param com a plantação de tabaco porque têm medo de arriscar e iniciar outro tipo de produção. Noventa por cento dos projetos dos jovens referem-se ao cultivo ecológico de plantas e animais. Mas no momento da implantação, além da aversão ao risco, verifica-se que não há um mercado definido para esses produtos. As representações que definem o fumo como produto mais rentável habitam não

apenas o imaginário dos fumicultores. Quando se fala em fumo, até mesmo entre pesquisadores, tem-se a idéia de um produto com grande rentabilidade.

A agricultura como um modo de vida ideal contrasta com as dificuldades do cotidiano dos jovens. Ela apresenta uma rotina ambivalente, contraditória que reflete-se nas categorizações. A herança, antes motivo de orgulho, passa a ser palco de lutas (o saber do jovem versus o saber dos pais). A tranqüilidade da vida do campo contrapõe-se ao trabalho pesado, de sol-a-sol, aquele que continua devido ao pulso forte e à persistência dos trabalhadores do campo.

Às facilidades e as possibilidades de inovação, mudança cultural e de cultivo que o empreendedorismo revela soma-se a renda, a coragem do jovem, a inovação e, conseqüentemente, se apresentam como uma chance de permanecer no campo.

Tem-se aqui representações em trânsito e que estão em permanente construção, segundo as necessidades dos agentes: o empreendedorismo como uma forma de solucionar os problemas e como algo positivo, a agricultura como um trabalho árduo, danoso à natureza e a saúde humana, permanente, hierarquizado pelos pais e pouco flexível. A maior parte destas percepções acontece porque as características e conseqüências do cultivo do fumo encontram-se no Núcleo Central das representações, que foram formuladas. Se na representação do empreendedorismo a palavra “ecologia” foi a mais citada, foi também a que apresentou mais confusão de entendimento; na representação da “agricultura” a palavra mais freqüente foi “agrotóxico”. Ou seja, o empreendedorismo representa crescimento e uma agricultura despojada de venenos. Já a agricultura representa o agrotóxico, o veneno, o conflito.

Em outras palavras, as representações explicitam o difícil dilema entre o futuro e o sonho (o empreendedorismo) e a realidade e o presente (a agricultura).

5 Reflexões finais



Figura 15 - Fotografia M: Fonte de renda da família
Autor: Jovem X
Período/local: abril, 2007, Rincão D'el Rei



Figura 21 - Fotografia Q: Revista Marco Social, 2006
Autor: Jovem X
Período/local: abril, 2007, Rincão D'el Rei

A sociedade pós-tradicional é um ponto final; mas é também um início, um universo social da ação e experiência verdadeiramente novo. Que tipo de ordem social ela é ou pode se tornar? Como eu já disse, é uma sociedade global, não no sentido de uma sociedade mundial, mas de uma sociedade de “espaço indefinido”. É uma sociedade em que os elos sociais têm efetivamente de ser *feitos*, e não herdados do passado – nos âmbitos pessoal e coletivo este é um empreendimento pesado e difícil, mas também um empreendimento que contém a promessa de grandes recompensas. É descentralizado em termos de *autoridades*, mas recentralizado em termos de oportunidades e dilemas, porque está concentrado em novas formas de interdependência. (GIDDENS, 1999: 130)

Esse estudo foi realizado em uma região e momento específicos e, sem dúvida, não buscou generalizar respostas, mas compreender as trajetórias e os projetos de vida dos pesquisados, a partir das suas representações.

No início do trabalho de campo, inúmeras vezes, surgiram questionamentos sobre a validade das informações repassadas pelos informantes: estarão os pesquisados dizendo a verdade? Serão estas as suas representações? Para Jovchelovitch, se está em um “[...] terreno carregado, minado, porque nós estamos sempre mexendo com o problema de em que medida a representação é fidedigna ao objeto [...]” (JOVCHELOVITCH, 2004). É fácil concordar com a autora: é fascinante tentar desvendar a relação da representação com o objeto, permeada pelas ideologias. Nesse momento, percebe-se que as ambivalências, inscritas entre os discursos e os atos, não tratam de “verdades” ou “mentiras”, mas fazem parte da vida das pessoas em um determinado momento, em um dado contexto.

Conforme referido, é preciso levar em conta que a representação distorce, mente. O simbólico também pode ser o mundo do “faz-de-conta”, outra forma de encarar a realidade. Ou seja, é necessário considerar a formulação de uma hiper-representação, uma situação em que as representações são produzidas sem qualquer consideração com a realidade do objeto.

Da mesma forma, tem-se consciência das limitações de uma pesquisa, dentre elas a escassez do tempo, a dificuldade de acesso aos pesquisados e disponibilidade dos mesmos. Além disso, cabe destacar também a interferência que o próprio pesquisador acarreta, na convivência e nas entrevistas. Por mais que se tente aproximar dos informantes, sempre se está na posição de pesquisador sedento por informações e confissões.

Ao remontar a imagem da “porta azul”, exposta no início do trabalho, pergunta-se: irão eles manter esse pensamento por dez ou quinze anos, se

continuarem a viver na propriedade da família? Ou agirão como seus pais e permanecerão com a lavoura do fumo? Considerando-se que a vida dos filhos de agricultores acontece em cenário diverso do dos pais.

É preciso situar esses jovens em um momento de crise gerado pelo tratado da Convenção-Quadro, pelos problemas ambientais acirrados, pelo acesso aos bens e aos valores diversos do campo e pela situação econômica da agricultura.

Representações sociais sobre agricultura e empreendedorismo e suas implicações

Com as representações tentou-se acessar as mediações simbólicas manifestas e implícitas às escolhas dos pesquisados. Para entender melhor a situação dos egressos foi realizada uma análise dos fragmentos de falas e imagens captadas pelos informantes, tentando-se estabelecer uma relação destas com suas atitudes.

Entender as representações dos jovens rurais sobre empreendedorismo e agricultura é um processo crucial para responder os problemas propostos por esta pesquisa, validar, ou não, as hipóteses.

Percebeu-se que os jovens exaltam o empreendedorismo, criticam a agricultura, representada no fumo. Relações dicotômicas e que pouco ajudam os jovens a projetar realisticamente suas vidas marcam seus pensamentos: rural/urbano, agrotóxico/agroecologia, agricultura/negócio próprio.

Mesmo sem saber definir ou diferenciar os termos agroecologia e ecologia, eles depositam nestas suas expectativas de diversificação da propriedade e seus projetos de vida.

Assim, um importante destaque refere-se a como introduzir a agroecologia através do empreendedorismo. Se o empreendedorismo incita projetos individuais, se sobrepondo aos coletivos, como conectá-lo à agroecologia, a qual visa fortalecer e impulsionar a organização social? (GUZMÁN, 2001; ALTIERE, 2001).

O que se acredita estar em jogo neste estudo não é a perda de identidade, mas a confusão e a frustração nos projetos de vida destes jovens. Na forma como eles passam a pensar e representar o mundo, sem refletir os porquês, julgando o comportamento dos pais, apostando caixas de cerveja para provar que podem fazer melhor.

Estes são os discursos e uma realidade. Na prática, eles permanecem plantando fumo e adiando a diversificação da propriedade. Nesse sentido, as famílias fumicultoras, de acordo com a pesquisa, não diminuem ou param com a plantação de tabaco, porque têm medo de iniciar outro tipo de produção. Noventa por cento dos projetos dos jovens referem-se ao cultivo e manejo ecológico de plantas e animais. Mas, no momento da implantação, além da aversão ao risco, verifica-se falta de capital e de um mercado definido para esses produtos.

Tendo como “carro-chefe” o empreendedorismo, o CEDEJOR propiciou que os egressos vislumbassem suas localidades a partir do desejo de ter seu próprio negócio. Os valores advindos da educação empreendedora projetam novas formas de ver o mundo e de formular seus projetos de vida. Porém, não penetram nos espaços vividos, apenas no imaginado. Durante a permanência no Centro, elaboraram “projetos de diversificação da propriedade”. Quando retornam a terra da família, no entanto, as idéias são repensadas e consideradas “*difíceis de se executar na realidade*”¹.

Ao ingressar no Centro, os jovens conhecem outras formas de vida e os desafios enfrentados no cotidiano correspondem a uma mudança cultural e econômica. Logo, propõe-se que mudem a racionalidade do plantio: alterar a forma de pensar a produção.

Nesse sentido, o campo de possibilidade de realização de seus projetos expande-se, ao mesmo tempo que apresenta a possibilidade de adotar uma atitude empreendedora. A cultura da casa corresponde a alteração na forma de encarar a vida através de atitudes inovadoras, da aceitação do risco.

Porém, para cada agente, o termo representa diferentes funções. Para o Centro, o empreendedorismo refere-se à oportunidade de pensar atividades agrícolas ecológicas e permanência do jovem no campo; para o jovem, significa a esperança de mudar de vida, buscar uma vida que seja diferente da de seus pais; para os pais é uma forma que seus filhos encontraram para quebrar as hierarquias e “fugir” do trabalho.

¹Cumprê lembrar que tais reflexões se referem a um curto prazo, cerca de um ano, após a saída dos jovens do CEDEJOR. Isto não significa que, em alguns anos, os jovens não retornem às idéias projetadas durante a permanência no Centro, já que a situação do fumo tem se agravado na luta da sociedade em relação à indústria tabagista. Porém, o que se retrata aqui. É a tentativa do Centro, limitada ao uso do empreendedorismo como fonte de acesso ao conhecimento e formulação de projetos de vida.

Assim, verifica-se no empreendedorismo a base dos conflitos gerados entre os jovens, as famílias e os projetos de vida. Retomando o estudo sobre agricultura, percebe-se que a expectativa dos jovens reforçou ainda mais as representações negativas acerca da mesma, já que o empreendedorismo representou uma forma de “sair dessa vida”.

A agricultura foi retratada como um trabalho árduo e representada na lavoura do fumo. Os projetos, pensados durante a permanência do Centro, foram considerados pelos jovens como frutos do empreendedorismo e não parte da agricultura. É interessante perceber que este novo modo de produzir, projetado na agroecologia, deveria estabelecer uma relação do jovem com a terra mais responsável e próxima à idéia de um “guardião” da natureza. Essa mudança de papel contrastaria com a idéia de “agressor” da natureza, conforme alguns entrevistados entendem quando se referem ao plantio do fumo.

Porque, então, essa relação de “guardião” não se estabelece? Tal fato se explica porque o empreendedor é um visionário, alguém que arrisca, que se expõe ao mercado e suas artimanhas, um protagonista que representa a mudança. Isso se traduz em individualismo e pode ser uma característica da sociedade contemporânea, visualizada nos projetos dos egressos.

Para melhorar a vida no campo, ao retornar à propriedade, mesmo em tempos de alternância, os jovens, guiados por suas representações, passam a disputar com os pais e avós, pois estes não acreditam nessa nova forma de produzir.

Já as representações sobre a agricultura refletiram as contradições encontradas no cotidiano do jovem em sua propriedade: querer e não querer ficar, apreciar a família e desejar desvencilhar-se dela. Dentre estas representações a do **agrotóxico** foi reforçada pelo CEDEJOR, pois os jovens, antes de participar do projeto, pouco pensavam nisso, o que foi uma contribuição. Porém, tal representação serviu para que o jovem nutrisse ainda mais seu desejo de mudar de vida, não necessariamente através da agricultura.

Logo, as representações que hoje habitam o Sistema Periférico, podem mudar de posição. Novos projetos surgem e acontecem mudanças dentro de um mesmo projeto. Se mantidas as representações, com o passar do tempo, podem atingir o Núcleo Central, acirrar os confrontos no âmbito familiar ou mesmo alterar os saberes locais.

Um novo papel do rural: possibilidades e limites dos jovens egressos

Ao transpor as discussões acadêmicas à realidade dos jovens em estudo, resgatou-se as contribuições de CARNEIRO (1998A, 1998B e 2007), ABRAMOVAY (2007B, 2007C e 2007 D) e BRUMER (2006), centrando inúmeras referências, que ajudam a compreender e ampliar os significados dos achados da investigação, realizada em campo. Para alguns destes autores, na reconstrução do espaço rural essas mudanças acarretam uma melhora de vida dos agricultores. Para outros, como SCHNEIDER (2000) e WANDERLEY (1995 e 2000), estas atividades não são algo novo, mas sempre acompanharam a vida no campo.

Conforme Wanderley (2000), o caráter produtivista da economia, ao se chocar com a racionalidade do agricultor, não desmantela a estrutura familiar e os laços. Para Wanderley, o rural, como categoria histórica, se modifica com o passar dos tempos e o agricultor familiar moderno, encontrado nos países denominados “avançados”, ainda “[...] guarda laços profundos – de ordem social e simbólica – com a tradição “camponesa” que recebeu de seus antepassados” (WANDERLEY, 2000).

Essa nova racionalidade, advinda do empreendedorismo (HARVEY, 2003) remete à visualização de uma sobreposição dos valores individuais aqueles coletivos, da família (CARNEIRO, 1998). É relevante observar que o “valor da família”, antes da modernização da agricultura, era “[...] representado fundamentalmente pela terra, era o centro nervoso deste corpo [...]” (CARNEIRO, 1998: 78). Assim, quando a produção e a geração de renda deixam de acontecer no núcleo familiar, encontra-se a individualização da forma de trabalho abrindo brechas para a eclosão de tensões e conflitos que, antes, não existiam.

Também, sob diferentes enfoques, Champagne e Mançano Fernandes, contemplam os conflitos e contradições geradas no meio rural. O primeiro relata a crise de identidade dos filhos de agricultores. Para ele, a “ideologia da vocação”, que a família incute nas gerações que a seguem, é produto de trabalho simbólico através do qual um grupo social “[...] instaura ou restaura a crença em seu próprio valor e pelo qual ele se justifica de existir como existe [...]” (CHAMPAGNE, 1986). Ele verificou também que a escola modifica os alicerces da autoridade dos pais, inserindo saberes que *transtornam* as hierarquias estabelecidas, desvalorizam os saberes locais e o modo como são transmitidos (CHAMPAGNE, 1986).

Por outro lado, Mançano Fernandes (2005) polemiza a noção de agricultura familiar e questiona a transformação do camponês em agricultor familiar moderno, integrado ao mercado. Calcado na idéia de camponês, o autor questiona a validade de projetos exógenos, carregados de ideologias e crenças que obedecem a lógica do capitalismo.

Carneiro também chama atenção para a desestabilização na família, causada pelo aumento da vida escolar e aponta que uma questão importante a ser tratada refere-se à forma como a família rural tem incorporado novos fatores sociais e econômicos (CARNEIRO, 1998B).

Assim, o que para alguns autores (multifuncionalidade, pluriatividade) refere-se a estratégias familiares, para os jovens deste estudo significa independência, mudança de vida, trabalho “mais leve” e, para os familiares dos jovens, significa “fugir do trabalho”.

Conforme percebido nessa pesquisa, Isso não quer dizer que as famílias e os jovens não necessitem diversificar, investir em outras atividades, ou mesmo entender a vida de outra forma. Ressalta-se a exigência de um questionamento sobre as formas como as mudanças, no meio rural, vêm acontecendo. Nessa linha, a maneira como o Centro inseriu essas questões e desejos precisam ser repensadas, levando em conta os saberes locais, o contexto histórico e as trajetórias dos agentes.

Se, para o Centro, o empreendedorismo é uma ferramenta de desenvolvimento local, através da diversificação da propriedade, torna-se possível resgatar, considerando-se as contribuições de Santos e Rodríguez (2002), uma forma de lutar contra a hegemonia e fortalecer os agentes locais. Ao mesmo tempo, o localismo remete os agentes a uma zona de conforto em que o agente acredita estar fazendo algo, ao participar de um projeto. Simultaneamente, ele encontra-se limitado e submerso nos discursos apresentados, sem questionar, imerso no mundo dos sonhos e, conforme Peter Schneider, sem uma conexão dialética com a realidade.

Assim, tem-se que a revalorização do espaço rural não parece ser tão simples. A construção de uma nova ruralidade, permeada pelo pensamento agroindustrial, composta por agricultores inseridos em um novo modo de produzir, proposta por Abramovay, entre outros pesquisadores, vem sendo moldada de forma exógena por empresas, pesquisadores, sujeitos oriundos das cidades e das

universidades. São os sujeitos do “outro lado” que programam a nova vida, mais promissora.

Para Brumer, é crucial não apenas buscar responder aos porquês de os jovens saírem do meio rural, mas questionar as causas deles permanecerem no meio rural. Para a autora, é necessário realizar estudos em diferentes contextos e espaços, focando a “[...] análise de processos concretos de sucessão ou não sucessão dos estabelecimentos familiares [...]” (BRUMER, 2006: 15-16).

Na presente pesquisa, os jovens buscam mudanças no espaço do sonhado. No espaço vivido, a situação é diferente. No convívio dos jovens com as famílias, foi possível perceber que, em noventa por cento dos casos, os pais não permitiam novas técnicas e cultivos. Há uma disputa que coloca em conflito o interesse do jovem, o sonho do empreendedorismo (através do negócio próprio), e a busca de segurança, certeza, por parte dos pais.

Quando, de forma excepcional, acontecia a permissão para o investimento, o acesso à terra era ínfimo. Para as famílias, é uma forma de “*deixá ele brincá de mudá as coisas, logo, logo, ele pára com isso*”. O acesso à terra, segundo os egressos, acontece quando eles já não estão mais no campo e, se permanecem no campo, estão plantando “*a mesma coisa, do mesmo jeito*”.

Dessa forma, os egressos vivem no espaço sonhado e sonham no espaço vivido. Sonham enquanto vivem imersos em conflitos, em uma realidade que para eles, não serve mais. E, em busca de outros cotidianos, procuram nos projetos elaborados durante a permanência no Centro, na continuação dos estudos em uma escola técnica ou em um trabalho na cidade.

Convergências entre o empírico, os agentes e o contexto

Tendo em vista as transformações ocorridas nos últimos tempos, percebe-se a ocorrência de uma ruptura entre a agricultura e o meio rural (a terra). As discussões sobre o novo rural, que iniciaram nos anos 90 (CARNEIRO, 1998; WANDERLEY, 2000; SILVA, 1997; SCHNEIDER, 2000 e 2007), revelaram uma perspectiva não estritamente agrícola para o rural. Com a política de modernização da agricultura e a pluriatividade, associadas à carência de políticas públicas adequadas ao campo, o sustento da família não provém mais apenas das atividades agrícolas.

Nesse sentido, pode-se conectar a crise que ocorreu com a agricultura nos anos 80, com a situação que começa a despontar no Vale do Rio Pardo. Segundo levantamento da AFUBRA, com a diminuição da lavoura do fumo, o fumicultor precisa buscar novas alternativas de renda e não tem conseguido apoio suficiente junto ao governo federal.

A partir desta situação, as empresas, com o anuário do fumo 2007, reclamam que o Estado propôs a diversificação, mas não vem apresentando soluções possíveis.

Entretanto, não apenas as fumageiras agendam os assuntos a seu favor. Fumicultores começam a recorrer à Justiça para alterar seu estatuto. Buscam ter o reconhecimento de que são funcionários, empregados das fumageiras e, como tal, reivindicam direitos trabalhistas. “O setor fumageiro, que move a economia do Vale do Rio Pardo, está em polvorosa. Caso as ações civis públicas propostas pelos Ministérios Públicos (MP) de Santa Catarina e do Paraná sejam acatadas pela justiça, uma relação de trabalho mantido entre as fumageiras e os fumicultores há mais de 80 anos pode estar com os dias contados” (FRANTZ, 2008: 15). Deve-se destacar que esse modo de produção é o sistema de produção integrada e os rumos desta discussão poderão ser observados no decorrer do tempo. Permanecerão, pois, influenciando as representações que os jovens e suas famílias irão formular.

Por isso, após analisar as práticas voltadas ao empreendedorismo e as ações que orientam as relações socioculturais e econômicas dos jovens, foi preciso saber a quem estão vinculados os conceitos e as necessidades que vêm sendo introduzidas e legitimadas pelo CEDEJOR.

A busca pela independência e a sobreposição dos projetos individuais sobre os coletivos (“*se não der certo eu vô embora*”) refletem-se nas tentativas de alteração da hierarquia de saberes na família (pais versus jovem). Ao mesmo tempo, a elevação da auto-estima do jovem acirrou a dicotomia rural/urbano e exalta o meio rural, como fonte de alimento e “vida boa”. Essa situação convive com a contradição do trabalho árduo e danoso à saúde e ao meio ambiente (“*o que nós podemos fazê, vivê de que?!*”).

O jovem possui, no núcleo familiar, sua base. Mas quer e pretende mudanças, ser independente, refletir e reformular seus projetos de vida sob uma base cultural antes desconhecida e desafiadora. Os problemas ambientais tornam-se parte desse desafio: se eram naturalizados pelos agricultores do fumo, agora

passam a significar uma agricultura defasada, que deve ser substituída. O empreendedorismo, que em princípio parece ser fonte de uma re-ligação do jovem com seu meio, representa a possibilidade de renda, de realização de sonhos, desejo comum à maioria dos jovens.

Entretanto, em momento algum se percebeu uma relação afetiva com a terra, baseada em um processo agroecológico. Seria realmente difícil fazer essa ligação entre o jovem e seu meio, através do empreendedorismo, quando se reflete sobre os princípios que sustentam este termo. Igualmente, a ecologia e a agroecologia foram evocadas pelos egressos como idéias confusas, envolvendo outros princípios, que não aqueles de cooperação.

Tem-se o caso do “melhor” jovem que já passou pelo Centro, segundo os monitores. Ele apostou uma caixa de cerveja com o pai para convencê-lo de que poderia fazer melhor e conseguiu ganhar a aposta: *“foi o melhor jovem que já passou por aqui!”*.

Os jovens e suas famílias afirmam que é preciso mudar, mas quando se aproxima o momento de investir suas economias, eles decidem adiar os planos: *“a gente não conhece bem essa cultura aí... não dá pra arriscá, né?”*. É um círculo vicioso que necessita de outra atividade (ao mesmo tempo nova e confiável), tão rentável quanto o fumo.

Dessa forma, tem-se que o mundo do “faz-de-conta”, da mentira e do inventado, permeia as representações. Esta questão, também ressaltada por Jovchelovitch, retrata a importância de estudar as representações, na medida em que ações podem imobilizar os agentes, situá-los no plano dos sonhos e, como escreve Peter Schneider, fazer com que não se realizem relações dialéticas com a realidade. Os jovens planejam e não fazem. Acham que os pais têm que mudar, mas não lutam por essa mudança. Acreditam que é preciso ter uma atitude ecológica, mas não tem clareza dessas questões que dizem acreditar).

Para entender o que está “por trás” do silêncio e das falas dos sujeitos, foi necessário também contextualizá-los sob o aparato institucional e o poder que envolvem projetos mantidos pelas grandes empresas, neste caso o Instituto Souza Cruz e o CEDEJOR.

Jovchelovitch fornece pistas e possibilidade de compreensão dessa relação no quadro das RS. Diz a autora que há a necessidade de avaliar as formas de produção do saber e detectar as formas dominantes de sua produção. Portanto, é

necessário reconhecer que, além da diversidade de saberes, encontra-se também práticas que, ao serem introduzidas, indicam exclusão e “[...] nos casos mais extremos, destruição” (JOVCHELOVITCH, 2004: 28-29).

Assim, considera-se que as forças externas que atuam sobre os grupos, ou seja, as interações sociais com quem possui autoridade e legitimidade para falar “[...] desempenham uma função importante na formação das representações, impõe a elas as representações consideradas necessárias para a reprodução das relações sociais” (GUARESCHI in GUARESCHI e JOVCHELOVITCH, 1995: 219).

Porém, as fumageiras, o ISC e o CEDEJOR não apenas influenciam as representações e reproduzem um sistema que lhes convém. Estas instituições também são afetadas pelas pressões externas e precisam re-elaborar suas ações e estratégias, conforme os dilemas se apresentam.

Os primeiros formandos, que ingressaram em 2000, tiveram problemas com o Centro. Nas comunidades do Rio Grande do Sul em que o CEDEJOR atua, a imagem permanece negativa e as pessoas referem-se a “uma perda de tempo”.

Ao perceber essas imagens, o CEDEJOR reorganizou seus núcleos, contratou nova gerência executiva e educadores, passou a investir mais em programas de treinamento, congressos e eventos.

Independente dos objetivos comunitários, das ações positivas e negativas do CEDEJOR, as representações construídas agem sobre essas pessoas. Independente dos seus monitores e dirigentes ressaltarem que “não tem nada a ver com a Souza Cruz”, seria inadequado admitir que um grupo de grande porte esteja apenas injetando verba em revistas, mídia, eventos e na comunidade².

Uma outra forma de pensar as representações dos jovens e avaliar as conseqüências da passagem pelo CEDEJOR, associada às estratégias empresariais, refere-se à análise da publicação “Jovens em Campo”. O boletim ressalta a imagem de um jovem que detém o poder, negocia, age, se emociona e transforma seu meio. Conforme uma matéria, “[...] alguns protagonistas não disfarçaram a emoção ao ver, pela primeira vez, suas histórias contadas em um material de grande qualidade editorial [...]” (INSTITUTO SOUZA CRUZ, 2008: 8).

²Não se pretende aqui julgar ou entender porque a Souza Cruz, através do Instituto Souza Cruz criou o Centro de Desenvolvimento Rural. Cabe a esta pesquisa apenas captar as representações, nos espaços vividos e sonhados, que os freqüentadores do CEDEJOR e suas famílias possuem e analisar as conseqüências disto para o futuro dos jovens e do desenvolvimento local.

Nesse momento, procura-se uma forma de encontrar, na convergência dos acontecimentos, respostas: como o jovem pode organizar-se? De que forma ele se organiza? Quem colabora nesta organização?

Ao mesmo tempo, pergunta-se: quem organiza e patrocina os eventos? Quem os planeja e executa? Que conceitos destacam? Que simbologias carregam? De que forma são escolhidos os pesquisadores? Por que são escolhidos?

Parte-se da idéia de estratégia de reprodução, seja social, econômica ou cultural dos jovens, monitores e executivos. Entretanto, as estratégias são limitadas e dependem da posição dos agentes e dos capitais que dispõem. Seguindo essa linha, a partir de Max Pagès, encontra-se também um “modo de adaptação cínico”, ou seja, “[...] em virtude do peso das vantagens econômicas, das satisfações de prestígio e de poder oferecidos pela empresa, das estruturas psicológicas que ela induz [...]” (PAGÈS *et alli*, 2006: 93).

Num primeiro momento, pode-se pensar que tal reflexão foge das questões centrais desta pesquisa, voltadas às representações dos jovens sobre agricultura e empreendedorismo e as implicações das ações do CEDEJOR para a permanência do jovem no campo. No entanto, crê-se que, neste estudo, mais do que avaliar de forma generalizada se as idéias modificam os comportamentos, procura-se entender o mecanismo existente por trás das ações e reações verificadas.

O perigo destas representações não se refere apenas a uma perda de identidade ou uma ilusão temporária, mas ao jogo imposto de forma subliminar, que perpassa os sonhos e invade as perspectivas dos jovens, dos educadores, dos executivos e dos pesquisadores. O poder das organizações remete à necessidade de refletir sobre a rede que se forma, formula e guia comportamentos futuros através de percepções parciais do mundo objetivo e que podem imobilizar reações contrárias ao jogo estabelecido.

Se os jovens e suas famílias, educadores e agentes envolvidos nas estratégias das empresas, com o passar do tempo, retornam à sua realidade, é possível pensar que elas não afetam o cotidiano das pessoas. Por outro lado, durante um determinado tempo, elas permearam tais espaços e influenciaram decisões, crenças e valores. Incentivaram, projetaram, fizeram crer, criaram expectativas, formularam representações, interferiram nas decisões, guiaram negociações.

O Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural atua na região fumageira do país, localizado nos três estados do sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). Foi criado pelo Instituto Souza Cruz e vem sendo mantido pela Souza Cruz Tabacos: é impossível alegar que as ações realizadas pelo Centro não carreguem a visão da empresa mantenedora.

As estratégias de sobrevivência são estabelecidas por todos os agentes. Para os jovens serve para “tirar uns cursos”, conhecer novos lugares, pessoas, “andar de avião” e “fazer currículo”. Quanto ao Centro, observou-se um desejo dos educadores e coordenadores do Centro e do Instituto Souza Cruz de ajudar os jovens a terem acesso a novos conhecimentos e terem condições de visualizar uma nova forma de viver no campo. Paralelamente, também constata-se a ausência de preocupação em entender o que vem mobilizando essas atitudes.

Assim, acredita-se que esse contexto de mediação das empresas propicia uma abstração dos sujeitos, a partir de uma *“lógica dominada pelas relações mercantis no conjunto das relações sociais”* (PAGÈS, 2006). Essa situação distanciou os sujeitos da realidade concreta e vivida e afeta a formulação das decisões que serão tomadas e, conseqüentemente, o futuro destas regiões.

Tem-se uma nova ruralidade, imersa em um cotidiano complexo. A convivência com o risco, as tecnologias, a destruição do meio ambiente e a introdução de novas necessidades, devido ao estreitamento das fronteiras entre o rural e o urbano, caracterizam esses novos tempos.

O empreendedorismo vem reforçar tais características e acirrar os conflitos familiares, a partir da introdução de novas relações de trabalho e da legitimação do jovem como detentor de um saber que inova, que promete mudanças frente a esta agricultura, representada no fumo. Mesmo assim, grande parte dos egressos não leva adiante seus projetos e volta a pensar em outras possibilidades (como o trabalho de safrista, de doméstica ou mesmo na possibilidade de fazer um curso técnico). A frustração parece não acontecer.

Em seus discursos, dizem que são jovens e que há tempo para pensar no futuro. Hoje, com idade entre 18 e 24 anos, uns pensam em permanecer nas propriedades, com seus pais e enquanto estão *“pensando em alguma coisa prá fazê”*, voltam a plantar o fumo. Outros pensam em partir em busca de uma nova realidade, ainda sonham com a plantação ecológica, outros buscam empregos nas

áreas urbanas, como domésticas, atendentes de pedágio, safristas, ou o ingresso nas forças armadas.

Também é importante destacar outro aspecto. As famílias são menos numerosas e os filhos de agricultores apresentam um grau de escolaridade cada vez maior. Na região de Rio Pardo, onde se encontram os egressos pesquisados em profundidade, apenas uma moça não tem o ensino médio completo. O aumento da escolarização e a participação em projetos têm propiciado a visualização de novos horizontes, necessidades de consumo e de atuação na propriedade.

Assim, os jovens querem mais, querem sair, querem *“trator com ar condicionado, têve sky e internet em casa”*. A diversificação na unidade de produção familiar, bem como a busca por renda agrícola e não-agrícola, há tempos é parte da vida do agricultor. O ingresso no Centro não foi fator responsável pela introdução da pluriatividade. Tampouco uma permanência com perspectivas reais. Também não impediu o abandono do meio. Garante tão somente uma permanência baseada em perspectivas abstratas, sonhadas.

Conforme Champagne (1996), a atividade agrícola é considerada pelos jovens como pesada, penosa e mal remunerada. Para Brumer (2006), ao perceber outras possibilidades de realização pessoal e financeira, eles partem em busca de novas possibilidades. Portanto, permanecer no campo, temporariamente, não será suficiente para que as regiões rurais tenham um futuro promissor. Para isso, como ressalta Abramovay (2007D), a solução encontra-se na criação de capital social. Os projetos empreendedores e uma educação não-agrícola são oportunidades interessantes para que os jovens diversifiquem seus conhecimentos e aumentem seu capital social (ABRAMOVAY, 2005). Contradizendo Abramovay, e convergindo com as reflexões finais deste estudo, Mançano Fernandes critica a atuação de organizações “alienígenas”, através de projetos empreendedores no meio rural, e defende uma educação voltada aos valores locais (MANÇANO FERNANDES, 2005). E vai além, ao considerar a sobreposição dos individuais sobre os coletivos como uma perspectiva estranha ao pensamento do jovem rural, situação verificada entre os pesquisados.

Deve-se destacar ainda que, muito menos o desenvolvimento local depende apenas do jovem. Cabe considerar igualmente as oportunidades que a região proporciona, bem como outros agentes envolvidos. A Convenção-Quadro, as

pressões que as empresas têm sofrido pelos movimentos sociais e pelas ações do Ministério Público, têm, cada vez mais, acirrado os ânimos.

A diversificação foi alavancada pela Convenção, porém as políticas públicas e suas respectivas verbas ainda não são uma realidade. Aparecem como promessas em um campo no qual os agentes disputam, procurando a reprodução social e econômica dos agentes por um lado e a resistência por outro.

O CEDEJOR eleva a auto-estima do jovem durante os dois anos de formação. Mostra possibilidades de comunicação, de atuação no mercado, de sonhar. Alguns destes jovens são “redatores” do boletim “Jovens em Campo”. A maioria participa das jornadas. Muitos fazem cursos e viagens a outras regiões do Rio Grande do Sul e estados. Uma parcela se organiza, com a ajuda do Centro, e desenvolve atividades voltadas ao cooperativismo.

Afirmar que o CEDEJOR incentiva a permanência no campo e o desenvolvimento local seria um exagero. Dizer que eles oferecem aos jovens rurais um mundo cercado de possibilidades estaria mais próximo desta situação. SANTOS e RODRÍGUEZ (2002) refletem sobre o enfoque “local” como real possibilidade de atuação dos agentes, a partir da ampliação das possibilidades de escolha. VEIGA (2000) destaca que estas possibilidades não devem se resumir às tecnologias.

OLIVEIRA (2007) e MILANI (2007) consideram as discussões sobre o desenvolvimento local como a apresentação de um falso cenário, repleto de “bucólicas e harmônicas” comunidades, quando, na realidade, existe um espaço de conflitos, envolvendo competição e cooperação. Portanto, o desenvolvimento local está longe de ser considerado uma possibilidade propícia aos egressos, enquanto “agentes de desenvolvimento rural”.

Ao se considerar o alto grau de dependência das instituições locais e globais envolvidas, entre elas as empresas, o Estado, as entidades representativas, os movimentos sociais e os órgãos internacionais, percebe-se a existência de uma visão simplista do processo de desenvolvimento local, uma supervalorização do papel do jovem como agente de desenvolvimento.

Se, para alguns jovens o sentimento de frustração não existe, talvez seja porque neles ainda permanece a fantasia, uma relação não-dialética com o mundo.

Tendo-se em vista as ambivalências da vida humana, a nova ruralidade encontra-se permeada por reflexões, sonhos, expectativas e possibilidades (re)

apropriadas. Como consequência, tem-se um estreitamento entre o local e o global, no qual ambos passam a organizar os elos sociais.

A imagem da porta azul, inserida na introdução deste trabalho, inspira, com as questões propostas aos jovens no momento de sua chegada ao CEDEJOR: “Como você se vê daqui há cinco ou dez anos? Como imagina sua situação? O que imagina que estará fazendo? Então?”.

A pesquisa mostrou que as respostas não são simples. Contradições permeiam a vida e o comportamento humano, desafiadoras e complexas, capazes de indicar possibilidades, caminhos e projetos que os sujeitos tendem a seguir. No período estudado pela pesquisa, o CEDEJOR revelou-se plenamente imerso nessas contradições.

Referências

- ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antônia Silva Paredes. Moreira e OLIVEIRA, Denise Cristina de. (org). *Estudos Interdisciplinares de Representação Social*. Goiânia: AB, 2000.
- A GAZETA DO SUL. *O futuro já chegou à pequena propriedade*. Disponível em: <<http://www.gazetadosul.com.br>>. Acesso em: 7 set. 2007a.
- _____. *Fumo: o começo de tudo*. Disponível em: <<http://www.gazetadosul.com.br>>. Acesso em: 5 set. 2007a.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Agricultura familiar*. Entrevista cedida ao Grupo de interesse em pesquisa para a agricultura familiar (GIPAF). Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br/abramovay>>. Acesso em: 24 jul. 2007a.
- _____. *O futuro do rural*. Globo Rural, São Paulo, set. 2003. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC597286-2344,00.html/>>. Acesso em: 05 out. 2007b.
- _____. *Juventude rural: ampliando as oportunidades*. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br/abramovay>>. Acesso em: 07 maio 2007c.
- _____. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. Disponível em: <http://aprender.unb.br/file.php/353/Abramovay_Capital_social.doc>. Acesso em: 04 maio 2007d.
- _____. Educação e empreendedorismo no campo. Entrevista cedida à Oliveira, Marcos Marques. *Marco Social*, Rio de Janeiro, v. 7. n 1, ago. 2005. p. 32-39.
- _____. *O Futuro das Regiões Rurais*. Porto Alegre. Editora da Universidade (UFRGS), 2003. 149p.
- _____. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC; Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. 275 p.
- ABRAMOVAY, Ricardo et alli. *Educação formal e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores*. XLI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural (SOBER). Juiz de Fora, MG, 27/30 jul. 2003.
- ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; Oliveira, D. C. *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia: AB, 1997. p. 27-38.
- AGÊNCIA de Notícia de Direitos da Infância (ANDI). *Mídia aborda permanência de jovens no campo, sem cobrar políticas públicas*. Disponível em: <http://www.andi.org.br/noticias/templates/clippings/template_radicais.asp?articleid=12337&zoneid=16>. Acesso em: 07 ago. 2007.
- ALMEIDA, Jalcione; et alli. *A sustentabilidade na produção fumageira: as contradições entre o econômico, o social e o ambiental*. Disponível em:

<<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/zipados/moura.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2007.

ALTIERE, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 3. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2001. 110 p.

ANUÁRIO DO FUMO. Santa Cruz do Sul: Gazeta Santa Cruz, 2007. Disponível em: <<http://www.anuarios.com.br/>>. Acesso em: 08 jul. 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS FUMICULTORES DO BRASIL. *Fumicultura brasileira*. [2007?a]. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/principal.php>>. Acesso em: 05 abr. 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS FUMICULTORES DO BRASIL. *Fumicultura regional*. [2007?b]. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/principal.php>>. Acesso em: 05 abr. 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS FUMICULTORES DO BRASIL. *Empregos no setor fumageiro*. [2007?a]. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/principal.php>>. Acesso em: 07 abr. 2007.

BASSAN, Dilani Silveira. *Desenvolvimento desigual na região do Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2003. 106p.

BENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização*. 2. ed. São Paulo. Editora Hucitec, 1999. 266 p.

BENKO, Georges; LLIPETZ, Alain (orgs.). *As regiões ganhadoras: distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras: Celta, 1994. 275 p.

BOEIRA, Sérgio Luís; JOHNS, Paula. *Indústria de Tabaco vs Organização Mundial da Saúde: um confronto histórico entre redes sociais de stakeholders*. Disponível em: <http://www.interthesis.cfh.ufsc.br/interthesis7/06_v4n1_interthesis.pdf>. Acesso em: 10 set. 2007.

BORGES, Jorge Luís. *Outras inquisições*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 232 p.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel-Bertrand, 2007. 311 p.

_____. *Razões práticas*. Campinas: Papyrus, 1997. 224 p.

_____. A juventude é apenas uma palavra. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121.

BRANDÃO, Carlos R. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 7-14.

BRITISH AMERICAN TOBACCO. *About us*. 2007. Disponível em: <<http://www.bat.com/>>. Acesso em: 11 ago. 2007.

BRUMER, Anita. *A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade*. In: Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, VII, 20-24 de novembro de 2006 Quito, Ecuador. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/02%20GT%20Anita%20Brumer.pdf>>. Acesso em: ago. 2006.

CARNEIRO, Maria José. *Ruralidade: novas identidades em construção*. Disponível em <<http://143.106.37.6/nea/rurbano/textos/downlo/rurbzeze.html>>. Acesso em: 20 mar. 2007.

_____. *Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa*. V. 1. In: MOREIRA, Roberto José; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (orgs.). *Mundo Rural e Cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 223-240.

_____. *Camponeses, Agricultores & Pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998A. 228 p.

_____. *O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais*. In: Francisco Carlos Teixeira da Silva; Raimundo Santos; Luiz Flávio de Carvalho Costa. (Org.). *Mundo Rural e Política*. Rio de Janeiro: Campus, 1998B, p. 95-118.

_____. Pluriatividade no campo: o caso francês. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 11, n. 32, p. 89-105, out., 1996.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato. *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Mauad/NEAD, 2003. 230 p.

CARVALHO, Mário César. *O cigarro*. São Paulo: Publifolha, 2001. 88 p.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617 p.

CÊA; Geórgia Sobreira dos Santos; LUZ, Antônio Santos da. Empreendedorismo e educação: reflexões sobre um velho sonho liberal. *Espaço Acadêmico*. N. 63, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/063/63cealuz.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2007.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO JOVEM RURAL. [*Apresentação*]. Folder. [s. l.: CEDEJOR, 2005?].

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. 351 p.

CHAGAS, Fernando Celso Dolabela. *O segredo de Luísa*. São Paulo: Cultura, 1999. 312 p.

CHAMPAGNE, Patrick. L'a reproducción de l'identité. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*. Cópia reprográfica de tradução elaborada por Anita Brumer.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006. 288 p.

CORTÊS, Gilberto Menezes. *Semeando no presente, investindo no futuro*. *Marco Social*. Rio de Janeiro. v. 7, p. 72-79, ago. 2005.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. 158 p.

DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 551 p.

DURKHEIM, Émile. *Sociologia e filosofia*. São Paulo: Forense, 1970. 99p.

ETGES, Virgínia E. *A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo*. In: VOGT, Olgário e SILVEIRA, Rogério. *Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2001. 395 p.

_____. *Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo*. Santa Cruz do Sul: Editora da FISC, 1991. 209 p.

ETGES, Virgínia E.; FERREIRA, Marcos A. F. (orgs.) *Produção do tabaco: impacto no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul/RS*. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2006. 248 p.

FAVARETO, Arilson. *Paradigmas do desenvolvimento agrário em questão*. São Paulo: FAPESP/Iglu, 2007. 224 p.

FEDERAÇÃO dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul (FETAG-RS). *Institucional*. Disponível em: <<http://www.fetags.com.br>>. Acesso em: 12 set. 2007.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL. *Quem somos*. Disponível em: <<http://www.fetags.com.br>>. Acesso em: 09 ago. 2007.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO SUL. *Quem somos*. Disponível em: <<http://www.fetrafsul.org.br>>. Acesso em: 10 ago. 2007.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 541 p.

FRANTZ, Sâmia. *Ações do MP preocupam fumicultores e indústria*. *Zero Hora*. Porto Alegre: p. 15, 02 fev. 2008.

FROZZA, Ari et alii. *O PRONAF e a integração fumicultor e a agroindústria fumageira*. Curitiba: Dessar, 1998. 109 p.

FUNDAÇÃO Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). Disponível em: <<http://www.fipe.com/web/index.asp>>. Acesso em: 07 abr. 2007.

FUNDO das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. *Relatório sobre a Situação da Infância e Adolescência Brasileiras, 2003*. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/overview.html>>. Acesso em: 14 mar. 2007.

GIDDENS, Anthony. *A vida em uma sociedade pós-tradicional*. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASC, Scott. *Modernização reflexiva*. São Paulo: UNESP, 1997. p. 73 – 133.

_____. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991. 177 p.

GUARESCHI, Pedro. Sem Dinheiro não há Salvação: ancorando o bem e o mal entre neopentecostais. In: GUARESCHI, Pedro; JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em representações sociais*. 2.e d. Petrópolis: Vozes, 1995. 324 p.

GUSMÁN, Eduardo Sevilha. A perspectiva sociológica em agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: v. 3, n.1, jan./mar. 2002. p.18-28

GODOLPHIN, Nuno. A fotografia como recurso narrativo: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: n. 2, p. 161-185, jul./set. 1995.

GRUPO de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, Estado, Sociedade e Educação (TESE). Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=5538708GNX9IQZ>>. Acesso em: 07 maio 2007.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102 p.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 12. ed. Loyola: São Paulo, 1992. 349 p.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico*. Brasília: IBGE, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Brasil e regiões. In: _____. *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Disponível em: <<http://200.252.80.30/sade/>>. Acesso em: 20 set. 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Totais por estado. In: _____. *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Disponível em: <<http://200.252.80.30/sade/>>. Acesso em: 20 set. 2007.

INSTITUTO SOUZA CRUZ. *Boletim Jovens em Campo*. Rio de Janeiro: set./out. 2007. Disponível em: <<http://institutosouzacruz.org.br>>. Acesso em: 04 jan. 2008.

_____. *Programas*. c2004. Disponível em: <<http://institutosouzacruz.org.br>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

_____. *Apresentação*. c2004. Disponível em: <<http://institutosouzacruz.org.br>>. Acesso em: 12 jan. 2007.

_____. *Relatório de atividades Instituto Souza Cruz 2006*. Disponível em: <<http://institutosouzacruz.org.br>>. Acesso em: 03 fev. 2007.

_____. *Unidade político metodológica do programa empreendedorismo do jovem rural*. Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, 2005. 99 p.

JOB, Luciana da Costa. *Os colonos do fumo: tobacco pay my bills*. Estudo antropológico sobre política, etnia e identidade no universo da agricultura familiar fumageira em Santa Cruz do Sul, Vale do Rio Pardo, RS. 2003. 205 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Psicologia social, saber, comunidade e cultura. Psicologia Social*. Porto Alegre: vol.16, n. 2, p. 20-31, maio/ago. 2004.

_____. *Re(des)cobrimdo o Outro: Para um entendimento da alteridade na teoria das representações sociais*. In ARRUDA, Ângela. *Representando a Alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 69-82.

KAPLÚN, Gabriel. *Entre mitos e desejos: desconstruir e reconstruir o desenvolvimento, a sociedade civil e a comunicação comunitária*. In Paiva, Raquel (org.). *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 167-194.

KARNOPP, Érika. *Desafios e perspectivas para o desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável: o caso da região do Vale do Rio Pardo (Brasil)*. Actas Latinoamericanas de Varsóvia, Varsóvia, v. 26, p. 135-147, 2003.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 401 p.

KIRST, Luciano. *Os conceitos de qualidade vão muito além de um bom resultado na qualidade do produto ou serviço*. Entrevistador: Equipe Editorial do Portal Qualidade.com. 12 abr. 2007. Disponível em: <http://www.inovar.org.br/mbc/inv/index.php?option=com_noticia&task=noticias_detalhes&Itemid=38&id=3298>. Acesso em: 31 jul. 2007.

LAMARCHE, Hugues (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1993. 336 p.

LÊNIN, Vladimir I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 402 p.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. 4. ed. São Paulo: Papirus, 2004. 323 p.

LIEDKE, Élide Rubini. *Capitalismo e camponeses: relações entre indústria e agricultura na produção de fumo no RS*. 1977. 130 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília.

LOPES, Marta Júlia Marques; BUENO, André Luis Machado. Saúde Pública é... permanências e modernidades nas representações de universitários. *Saúde e Sociedade*. São Paulo: v. 16, n. 3, p. 92-101, 2007.

LOPES, Marta Júlia. Representações Sociais. Aula. Disciplina de Metodologia. Qualitativa. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2º semestre 2006.

ROSILANE, Maria. O ano das mudanças na cadeia produtiva. *Gazeta OnLine Sul*. 30 nov. 2006. Disponível em: <http://www.gazetadosul.com.br/default.php?arquivo=_noticia.php&intIdConteudo=65985&intIdEdicao=1020>. Acesso em: 10 mar. 2007.

MALUF, Renato. Atribuindo sentido (s) à noção de desenvolvimento econômico. Disponível em: <<http://www.direitoacidade.org.br/download/29.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A ocupação de terra no Brasil: uma página virada da história?*. Disponível em: <http://resistir.info/brasil/conflitos_2001.html>. Acesso em: 10 set. 2007.

_____. Agronegócio e reforma agrária. Disponível em: http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Bernardo2006_bibliografia/Agronegocio_RA.pdf. Acesso em: 01 jul. 2006.

_____. Educação e empreendedorismo no campo. Entrevista cedida à Oliveira, Marcos Marques. *Marco Social*. Rio de Janeiro, v. 7. n. 1, ago. 2005. p. 32-39.

_____. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. In *Anais do Encontro Nacional de Geógrafos*. João Pessoa: AGB, 2002. CD-ROM.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CAVALCANTE, Matusalém Bezerra. Reestruturação produtiva no cerrado brasileiro. Disponível em: <http://64.233.169.104/search?q=cache:1GilDYY0lrEJ:www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/5/Cavalcante_e_Fernandes.pdf+reestruturacao+produtiva+no+cerrado+brasileiro&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br>. Acesso em 9 fev. 2007.

MARCONDES FILHO, Ciro. *A linguagem da sedução: a conquista das consciências pela fantasia*. São Paulo: Perspectiva, 1988. 193 p.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 136 p.

MCMICHAEL, Philip. Globalización monetária y estatal: reestructuración agroalimentaria al fin del siglo. In: *Globalización, crisis y desarrollo rural em América*

Latina: memória de sesiones plenárias do Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. México: Colégio de Postgraduados, Universidad Autónoma Chapingo, 1998. p. 125-158. 233 p.

MENDONÇA, Alba Valéria; Essinger, Silvio. *O olho do dono engordando o boi: a fibra dos jovens empreendedores. Marco Social*. Rio de Janeiro: p. 76-81, v. 8, ago., 2006.

MELUCCI, Alberto. Juventude Tempo e Movimentos Sociais. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: n.5/6, p. 5-14, maio/dez., 1997.

MILANI, Carlos. *Teoria do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintada (Bahia, Brasil)*. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/Documentos%20para%20download/ISTR%202003%20Capital%20Social%20e%20Desenvolvimento%20Local.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2007.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. 269 p.

MINISTERIO DA SAÚDE. Instituto Nacional de Câncer/Fundação Getúlio Vargas. *Cigarro Brasileiro. Análises e Propostas para Redução do Consumo*. Rio de Janeiro, 2000.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 291 p.

_____. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 404 p.

NARDI, Jean Baptiste. *A história do fumo brasileiro*. Rio de Janeiro: ABIFUMO, 1985. 40 p.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. *Pedagogia da resistência cultural: Um pensar a educação a partir da realidade camponesa*. Disponível em: <<http://redems.unics.edu.br/Pedagogia%20da%20%20%20%20Resist%C3%AAncia.doc>>. Acesso em: 28 mar. 2007.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*. São Paulo: v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001a.

_____. O Brasil ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Estudos Avançados*. São Paulo: v. 15, n. 43, p. 101-119, set./dez. 2001b.

NOVAES, Regina. *Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias*. In Almeida, Maria Isabel Mendes; Eugênio, Fernanda. *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 105-120.

NÚCLEO de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). Disponível em:

<<http://www.nead.org.br/>>. Acesso em: 06 set. 2007.

NÚCLEO de Pesquisas Sociais Da UNISC (NUPES). Disponível em: <http://www.unisc.br/universidade/estrutura_administrativa/nucleos/nupes/index.html>. Acesso em: 22 jan. 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. *Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?*. São Paulo: FGV, 2001. 40 p. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/download/46.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Disponível em: <<http://www.who.int/en/>>. Acesso em: 13 abr. 2007.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO); INSTITUTO Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Disponível em: <<http://200.252.80.30/sade/creditos.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

ORTEGA, Antonio César; NIEMEYER, Almeida Filho (orgs.). *Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária*. Campinas: Alinea, 2007. 308 p.

PAGÈS, Max et alii. *O poder das organizações*. São Paulo: Atlas, 2006. 234 p.

PAIS, José Machado. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: *Culturas Jovens*. Oliveira, Maria Isabel Mendes de; Eugênio, Fernanda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 7-24.

PREFEITURA de Santa Cruz do Sul. Disponível em: <<http://www.pmscs.rs.gov.br/>>. Acesso em: 18 nov. 2007.

PRIEB, Rita Inês Pauli. Pluriatividade na produção familiar fumageira. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005 195 p.

ROEMER, Ruth. *Accion legislativa contra la epidemia mundial de tabaquismo*. 2 ed. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 1995. 329 p.

ROMANINI, Vinícius. A escola prejudica o empreendedor. Portal Exame. 24/08/2006. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0875/pme/m0101417.html>>. Acesso em: 30 mar. 2007.

ROSELANE, Maria. O ano das mudanças na cadeia produtiva. Gazeta do Sul, Santa Cruz do sul, ano 62, 30 nov. 2006. Disponível em: www.gazetadosul.com.br. Acesso em: 10 mar. 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. Um futuro sustentável? In: Center for Social Studies . Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/opiniao/bss/053en.php>>. Acesso em: 04 set. 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 514 p.

SCHIMDT, Wilson *et alii*. As atividades rurais não-agrícolas e as transformações nos espaços rurais: perspectivas recentes. *Cuadernos de Desarrollo Rural*. Bogotá: v. 1. n. 44, p 11-40, 2000.

SCHNEIDER, Sergio. A dinâmica das atividades não agrícolas no novo rural brasileiro: elementos teóricos para a análise da pluriatividade em situações de agricultura familiar. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrsem/iisemina/sergio.htm>>. Acesso em: 06 jan. 2007.

_____. Agricultura Familiar e Industrialização. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2004A. 208 p.

_____. Abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*. Porto Alegre: n. 11, p. 88-125, jan./jun., 2004B.

_____. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 254 p.

SEFFRIN, Guido. *O fumo no Brasil e no mundo*. Santa Cruz do Sul: AFUBRA, 1995. 185 p.

SERVIÇOS de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/>>. Acesso em: 09 abr. 2007.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SILVA, José Graziano da. *O fim do êxodo rural?*. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/grural/fimexodo.html>>. Acesso em: 11 jan. 2007.

_____. O novo rural brasileiro. *Nova Economia*. Belo Horizonte: v. 7, n. 1, p. 43-82, maio, 1997.

SILVA, Leonardo Xavier da. *Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação*. 279 p. Tese de doutorado em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FUMO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.sindifumo.org.br/>>. Acesso em: 14 out. 2007.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FUMO. Disponível em: <<http://www.sindifumo.com.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

SOUZA CRUZ. Souza Cruz inaugura novo Centro de Pesquisas e Desenvolvimento no Sul. 08 mar. 2007. Disponível em: <<http://www.souzacruz.com.br>>. Acesso em: 20 jan. 2007.

STROPASSOLAS, Valmir Luis. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis. Editora da UFSC, 2006. 346 p.

TACCA, Fernando Cury de. *O retrato da Casa*. A representação da casa do operário sapateiro francano através de seu próprio olhar fotográfico. 1990. 180 p. Dissertação (Mestrado em Multimeios) - Universidade Estadual de Campinas.

VEIGA, José Eli da. O que é empreendedorismo. *Entrevista para a Revista Valor*. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/artigos_valor/012_2003_05_20.htm>. Acesso em: 20 maio 2006.

_____. O prelúdio do desenvolvimento sustentável.. In: Pedro Mercadante Oliva. (Org.). *Economia Brasileira - Perspectivas do Desenvolvimento*. Vol.1. São Paulo: Centro Acadêmico Visconde de Cairu, 2005. p. 243-266.

_____. *Destinos da ruralidade no processo de globalização. Estudos Avançados*. São Paulo: v. 18, n. 51, p. 51-67, 2004.

_____. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Estudos Avançados*. São Paulo: vol. 15, n. 43, p. 101-119, set./dez. 2001.

_____. Desenvolvimento como liberdade. Entrevista concedida ao Jornal O Estado de São Paulo, 22 maio 2000.

VOGT, Olgário P. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS (1849-1993)*, Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1997. 283 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar. Entrevista para o Grupo de Interesse em Pesquisa para a Agricultura Familiar. 2007. 10/08/2007. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/entrevistas/entrevista-maria-de-nazareth-baudel-wanderley-1/>>. Acesso em: 07 out. 2007.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, n. 15, p. 87-145, out. 2000.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Tedesco, João Carlos. *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 2 ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999. 405 p.

_____. Agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. *Abra*. Campinas: n. 2/3, p. 37-57, maio/dez. 1995.

WENZEL, Alberto. *Olhos no futuro*. Disponível em: <http://www.pmscs.rs.gov.br/download/mensagem_prefeito_wenzel.pdf>. Acesso em: 10 set. 2007.

WOORTMANN; Ellen; WOORTMANN, Klaus. *O trabalho da terra*. A lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da UNB, 1997. 192p.

Apêndice A – Título dos projetos de diversificação da propriedade

- Cultivo ecológico de figo
- Oficina de consertos em motocicletas e revenda de peças
- Criação de Bovinos de Corte
- Criação Ecológica de Galinha Caipira
- Produção de hortaliças ecológicas e conservas artesanais
- Produção de Citros Ecológicos
- Horticultura
- Produção Familiar de morangos ecológicos
- Busca da auto-suficiência alimentar e a diversificação da propriedade
- Implantação de eletrônica
- Apicultura, fruticultura e horticultura
- Produtos orgânicos
- Fruticultura e horticultura
- Horticultura, fruticultura e mel
- Horticultura, fruticultura
- Produção de cabritos, ovelhas, frutas e hortaliças
- Apicultura, horticultura, fruticultura e artesanato
- Produção de ovos caipiras
- Criação de galinha caipira ecológica, comercialização de ovos e leite, além de pomar ecológico para o consumo Familiar
- Cultivo ecológico de Amora Preta

Apêndice B - As trajetórias individuais dos 21 egressos

Narra-se a seguir as trajetórias dos jovens da região de Rio Pardo.

A **Jovem “A”** reside em João Rodrigues, 6º distrito de Rio Pardo, localizado à 27 km da sede do município. Na comunidade, encontra-se a igreja Santa Teresinha, o salão paroquial (local em que acontecem as festas comunitárias), a escola de ensino fundamental incompleto Barão do Santo Ângelo, campos de futebol e a Associação Pró-Desenvolvimento de João Rodrigues de Mulheres em Busca do Sucesso.

A propriedade, adquirida através de herança, tem uma área de 27 hectares: dois são destinados à produção de fumo, um para benfeitorias e pomar, um para açude, dois para amora e aipim, cinco para mata nativa e 16 para campo nativo. Segundo ela, na comunidade, a maioria das pessoas trabalha com o cultivo do fumo em folha, vendido em Santa Cruz do Sul. Em propriedades de porte maior planta-se soja e arroz.

A principal atividade da propriedade é o cultivo do fumo. Para consumo próprio, a família cultiva também milho, feijão, mandioca, hortaliças, melancia, abóbora, verduras e frutas. Além do fumo, há ingresso de cerca de R\$ 300,00, oriundo do arrendamento de um pequeno pedaço de terra, que, segundo ela, futuramente deverá ser destinada ao projeto empreendedor a ser implantado.

A egressa não dispõe de capital para implantar o projeto e afirma que buscará recursos através das linhas de crédito do PRONAF Jovem. Para ela, trabalhando com produtos ecológicos e diversificando a propriedade, a família *“irá se beneficiar em sua saúde e das pessoas que consomem, e também um produto que não tem agrotóxico, pois não prejudica o solo e sim dá vida a ele”*.

Para a jovem, o grande desafio é *“substituir a cultura do fumo por outra atividade mais saudável, gerando mais benefício para a propriedade, em questão de conservação e manejo do solo, sendo assim um produto ecológico, com maior produtividade, além de uma melhor qualidade de vida para as pessoas e também uma renda extra”*.

A **Jovem “B”** também reside e estuda na localidade de João Rodrigues. A família vive em uma propriedade de seis hectares. As terras foram adquiridas de heranças que pertenciam ao avô paterno e cultivam o fumo, há vinte e sete anos. Além do tabaco, planta-se na propriedade milho, feijão, aipim, batata-doce, melancia, melão e moranga. A fonte de água se origina na propriedade vizinha, que planta fumo, e, por esse motivo, corre o risco de ser contaminada pelos agrotóxicos utilizados na lavoura de fumo.

A família também recebe, anualmente, R\$ 1.140,00 do bolsa família e R\$ 5.600,00 como diarista na safra do fumo. A família não possui dívidas, nem créditos. O projeto elaborado pela egressa, que visa a produção de hortaliças, busca a auto-suficiência alimentar e a diversificação da propriedade, objetivando o consumo próprio.

A **Jovem “C”**, 23 anos, reside em São João D’el Rei, distrito localizado em Linha Portão 2, interior de Rincão de Rei, distrito de Rio Pardo. O sítio foi adquirido em 1993. Segundo a jovem, a família tinha um terreno com benfeitorias em Rincão D’el Rei: o pai trabalhava como pedreiro e a mãe como diarista em casas de família. Após algum tempo, venderam o terreno e compraram uma área de terra maior para produzir fumo, local onde residem e trabalham hoje. Em 2002, o pai foi contemplado pelo projeto Banco da Terra, quando adquiriram mais 11 ha. Atualmente a área total da propriedade é de 17,5 ha.

Na comunidade há um posto de saúde e outro da Brigada Militar, uma agência de Correios e Telégrafos, madeireira, telefônica, mercado, farmácia, engenho, lancheria, um CTG, posto de gasolina, borracharia e oficina de mecânica, salão comunitário e as igrejas Sagrado Coração de Jesus e Santo Antônio.

Atualmente, na propriedade, além do plantio do fumo, são desenvolvidas diversas atividades. Criam-se galinhas, porcos, gado para corte e leite para o consumo da propriedade. Nos açudes criam-se peixes para o consumo próprio. O mel, destinado para venda e consumo, é outra alternativa encontrada na propriedade.

As dívidas existentes são referentes à compra de insumos fornecidos pela fumageira, cerca de seis mil reais; as prestações do Banco da Terra, quinze mil reais, e três mil reais do PRONAF. A meta da família é acabar com o plantio do fumo

devido a problemas de saúde. O projeto visa implantar frutas cítricas para venda em feiras, em Rio Pardo e Santa Cruz.

Na mesma região encontra-se a **Jovem “D”**, 17 anos. O terreno de 600 m² foi comprado há onze anos. A família é composta por seis pessoas: a egressa, que possui o ensino fundamental completo e ajuda nos afazeres domésticos e cuida da horta, a irmã mais velha, 19 anos (a qual, com ensino médio completo, trabalha como babá em Santa Cruz do Sul); o irmão, 18 anos, ensino fundamental completo, está no quartel em Santa Cruz do Sul. A irmã mais nova, 9 anos, estuda na segunda série do ensino fundamental. Seu pai, aposentado, 45 anos, estudou até a 6^a série e a mãe, 36, cursou até a quarta série. Ela trabalha na fumageira durante a época da safra e nos afazeres domésticos durante todo o ano.

A propriedade é ocupada por benfeitorias para moradia e possui uma pequena horta onde são produzidas verduras para consumo próprio. A renda familiar compõe-se da aposentadoria do pai e do trabalho da mãe. Por este motivo o dinheiro e a terra para implantar o projeto serão fornecidos pela família de uma colega do CEDEJOR (Jovem “D”) com a qual elaborou o projeto. A família da jovem não tem dívidas.

A **Jovem “E”** tem, 17 anos, vive em Albardão. A comunidade de Albardão é o sétimo distrito de Rio Pardo, a distância até Rio Pardo é de 37 km e até Santa Cruz do Sul 25 km. A atividade principal é a plantação de fumo. Existem quatro escolas na comunidade, sete campos de futebol, três grupo de mulheres rurais, a associação APROALBA (Associação Pró-Desenvolvimento do Albardão), a Associação Hídrica, Associação da Igreja Nossa Senhora Aparecida, posto de correio, sub-prefeitura, CTG Coxilha Verde, Associação Desportiva Social Cultural do Distrito de Albardão (ADESCA) e o Salão Gonçalves, que promove bailes mensais.

A propriedade foi adquirida pelo avô materno, há 20 anos. A família é composta por quatro pessoas: seu pai, 39 anos; a mãe, 35, a irmã, 12, e a jovem, que cursa o terceiro ano do ensino médio. Seu pai estudou até a quarta série e a mãe até a quinta, a irmã frequenta a sexta série.

Na lida diária, o pai faz os trabalhos mais pesados e a mãe ajuda no trabalho da lavoura e em casa. As filhas estudam e ajudam em casa, após a escola. Para a egressa, todos gostam de trabalhar no campo. Na propriedade vem sendo

desenvolvidas atividades como a criação de galinhas, porcos e gado. Assim, produzem leite, verduras, mandioca, batata-doce e frutas destinados ao comércio e para o consumo da família, mas a principal atividade é o fumo.

A família possui dez mil reais em conta bancária, para gastos gerais da propriedade e o único débito refere-se às fumageiras. A jovem pretende diversificar a propriedade e aumentar a renda da família através da produção e processamento de hortaliças.

O **Jovem “F”** tem 19 anos e passou a viver com os avós no primeiro ano de idade. Hoje, seu avô, 84 anos, sem dívidas, vive de aposentadoria. Sua avô faleceu há alguns anos atrás. Em 2004, o egresso adquiriu, com o avô, um terreno de 600 metros quadrados.

Tem outros irmãos, que moram com seus pais, na propriedade ao lado, na qual a família plantava fumo. Seu pai tem 42 anos, cursou até a 4ª série e sempre trabalhou na lavoura. A mãe, 39, cursou até a 4ª série do primário e trabalha em casa e como faxineira. Um irmão, de 13 anos, está cursando o ensino fundamental, a irmã, de 6, e o irmão, de 2, ficam em casa, com o pai.

Eles têm disponível, em capital de giro, o valor de R\$ 500,00, que está depositado numa agência bancária. Em três anos, o jovem pretende implantar uma oficina de motocicletas e terá ajuda financeira do avô. Com o lucro da oficina, pretende comprar mais terras, para ajudar seu pai a plantar fumo e outros cultivos.

O **Jovem “G”**, 17 anos, amigo de infância e colega de escola de “E”, pretende sair do campo e ter seu negócio próprio na cidade, um açougue. Aos cinco anos foi morar com os tios e, eventualmente, visita os pais e os irmãos que moram na região metropolitana de Porto Alegre.

A propriedade dos tios (ou seus pais, conforme os designa em alguns momentos, foi adquirida pelos pais de seu tio). Dos 18 ha, seis são utilizados no plantio de fumo e outras culturas. Após a colheita do fumo, é plantado milho para o consumo dos animais e feita a semeadura da aveia, utilizada para pastagem do gado.

A família é composta por cinco pessoas, o tio, 56 anos; a tia, 45, a prima, 23, e o egresso. O tio cursou até a 4ª série, a tia fez magistério e a prima frequenta a faculdade de letras na Universidade de Santa Cruz do Sul. O egresso cursa o 3º ano

do ensino médio na Escola Estadual de Ensino Médio. Enquanto o tio e ele trabalham na propriedade, a tia leciona em escolas do interior. Na propriedade, o egresso “faz um pouco de tudo”, geralmente na lida campeira.

Ali produzem fumo, milho, aipim e verduras. O fumo é comercializado em uma fumageira, em Santa Cruz do Sul, e o milho serve para o alimento de animais. As verduras são para consumo próprio.

As dívidas existentes na propriedade, seis mil e duzentos reais, referem-se à compra de insumos fornecidos pela empresa. Segundo o projeto de criação de gado de corte, o jovem pretende primeiro obter uma renda extra e, depois, abrir um açougue na cidade.

O **Jovem “H”**, colega de escola e amigo de “E” e “F”, tem 18 anos. A propriedade foi adquirida pelos avós, que deixaram de herança 10 ha para seus pais. Eles utilizam dois para o plantio de fumo. Após a colheita é plantado milho para o consumo dos animais e feita a semeadura da aveia que é utilizada para pastagem e serve para cobertura verde do solo, evitando a erosão. O cultivo de mandioca e cana de açúcar ocupa 0,5 ha.

Até 2006, quando faleceu seu pai (câncer), o fumo era a principal fonte de renda. A família tem dívidas com o PRONAF, oito mil reais, e com a fumageira, aproximadamente doze mil reais.

Atualmente, a família abandonou o plantio do fumo e a mãe e os filhos buscam outras alternativas de cultivo. Com a implantação do projeto “Cultivo ecológico de figo”, o egresso pretende obter uma renda melhor, para ter condições de montar um negócio dentro da comunidade.

A **Jovem “I”** tem 17 anos e também reside em Albardão. A propriedade foi adquirida pelo avô paterno, há 35 anos. Dos três filhos, apenas o pai da jovem continuou na agricultura, assumindo 3 ha.

A família é composta por três pessoas: a mãe, 44 anos, ensino médio completo e que, com formação em desenho arquitetônico, trabalhou como desenhista da prefeitura de Rio Pardo; o irmão mais velho, 21 anos, ensino médio e técnico agrícola, e a egressa, que cursa o 3º ano do ensino médio.

Na propriedade, os homens fazem o trabalho pesado (duro) e as mulheres o “serviço mais leve”. Algumas atividades (como a colheita do fumo e o pomar de pêssegos) são realizadas por todos.

Pretendem plantar morango, mas, segundo a família, para isso é preciso um curso de especialização no plantio da fruta, para que não haja “nem um risco com a produção”. Devido às dívidas com a fumageira e o mercado, a receita líquida anual da família é negativa, cerca de R\$ 5.900,00.

A **Jovem “J”** tem 18 anos e busca diversificar a unidade de produção familiar com a criação de galinha caipira ecológica, comercialização de ovos e leite e um pomar ecológico para o consumo familiar. Vive na Aldeia São Nicolau, distrito de Rio Pardo. Na comunidade existem entidades como a Associações de Produtores e Grupo de Mulheres, mas, segundo ela, ninguém da família participa.

A propriedade tem 4 hectares e foi comprada há 5 anos atrás. Conforme a entrevistada, o potencial da propriedade oferece espaço adequado para a criação de galinhas e um pomar. A principal atividade é o plantio de fumo.

No Banco SICREDI existe uma dívida de dois mil reais e na fumageira há outra, de quinze mil reais. Em seu projeto de vida pretende melhorar a propriedade, diversificando-a. Para a jovem, a diversificação “tira” o agricultor da dependência das fumageiras e passa a não vincular-se apenas ao mercado e aos preços impostos pelas empresas. Para a família, o agricultor ainda planta fumo porque não tem opções de renda: *“todos sabem do perigo que representa a dependência econômica de um único produto, somos completamente dependentes do fumo”*, ressalta a egressa.

A **Jovem “K”** tem 18 anos e reside em Passo da Taquara, distrito de Rio Pardo, com seu padrinho. Com 48 anos, seu padrinho estudou até a 4ª série e é o responsável pela propriedade: cuida da plantação, dos animais e das finanças da família. Sua esposa, 43, estudou até a 6ª série, cuida dos afazeres domésticos e atua em todos os serviços da propriedade, do cultivo à comercialização do tabaco. A prima tem cinco anos e a egressa concluiu o ensino médio. Afilhada do casal, mora com eles há três anos, ajuda nos afazeres domésticos e na lavoura.

A propriedade possui 27 hectares de terra, nas quais são plantados nove de fumo, que hoje é o principal e mais rentável produto da propriedade. O milho é

plantado após o fumo, nas mesmas áreas. Os outros 13 são de campo nativo, destinados à pastagem dos animais.

A família tem dívidas referentes a compra de insumos e PRONAF. O projeto da jovem visa produzir ovos caipiras para o consumo da família e também para venda na Feira Rural de Rio Pardo.

A **Jovem “L”** tem 17 anos e cursa o segundo ano do ensino médio. A família é composta por quatro pessoas: o pai, 56 anos, sempre morou no Albardão e trabalhou na agricultura. A mãe, 53, cuida dos animais, da horta e ajuda no fumo. Nas horas vagas a mãe costura, faz reformas de roupas para ajudar nas despesas da casa. Os pais têm o ensino fundamental incompleto, pois a família que não teve condições de mantê-los na escola. A irmã, 9 anos de idade, está cursando a 4ª série do ensino fundamental.

Para a egressa é preciso estar *“sempre bem informada sobre agricultura, para ajudar meus pais a encontrar outra cultura, porque não dá prá se sustentar só do fumo”*.

A área total da propriedade é de 11 hectares, sendo 1,5 de eucalipto e um quarto de mata nativa. A família também arrenda três ha para terceiros, que plantam fumo. Eles também cultivam tabaco, em 3 ha.

As dívidas da família são com o PRONAF, oito mil e quinhentos reais, e cerca de seis mil reais, com a fumageira. Para começar o projeto elaborado no CEDEJOR, terão que fazer financiamento no banco, através do PRONAF Mulher. A jovem acha que o trabalho dos agricultores não é reconhecido, pois, segundo ela, *“se trabalha muito e ganha pouco”*.

Narra-se a seguir as trajetória dos jovens de Alto Paredão, região de Santa Cruz do Sul.

O **Jovem “M”** tem 17 anos e mora com a família na propriedade em Alto Paredão. A propriedade tem 7 hectares, quatro são destinados ao fumo e três à mata nativa. Todos os insumos e produtos utilizados no fumo são comprados na cidade de Santa Cruz do Sul, a 55 km de distância.

A família é composta por seis pessoas: o pai, 39 anos, a mãe, 32, a irmã, 9, e o egresso. A família tem atividades comuns: fumo, hortaliças, animais. Os pais trabalham como funcionários públicos. O trabalho no campo é para o sustento da família, *“mas é com muita dificuldade, porque se trabalha muito e ganha pouco”*, segundo o egresso.

O jovem pretende, com o projeto “implantação de uma eletrônica” na comunidade, obter outra fonte de renda e independência financeira. Para ele, o processo de formação no CEDEJOR mudou muito o seu olhar sobre viver no campo, principalmente no que se refere à valorização do espaço onde mora, as possibilidades de mudança e novas fontes de renda. Sobre os rendimentos e dívidas da família, ele preferiu não informar³.

O **Jovem “N”** tem 18 anos. Sua mãe faleceu quando ele tinha três anos. Mora com o pai, a madrasta e seus irmãos: duas meninas (de nove e doze anos) e dois irmãos (com sete e quatorze anos).

Na propriedade criam gado, ovelhas, caprinos, cavalos e animais domésticos. Todos trabalham na lavoura de fumo. A área total da propriedade é de 40 hectares e o fumo é a principal fonte de renda.

O objetivo da família é, daqui a alguns anos, não plantar fumo, somente lidar com gado. Segundo eles, é preciso melhorar a qualidade de vida diminuindo ou parando com a produção de fumo.

Outro assunto pautado pelo egresso foi a necessidade de preservar o meio ambiente através do uso racional dos recursos naturais. Para ele, trabalhar no campo significa ter uma vida tranqüila e *“não ser mandado por ninguém, trabalho quando quero e como quero e principalmente porque faço o que eu gosto que é lidar com animais e plantar alimento para o dia- a- dia”*.

O **Jovem “O”** tem 16 anos e seus pais completaram o ensino fundamental. Seu irmão, 14 anos, está cursando a 7ª série. O egresso faz parte do Conselho Juvenil do CEDEJOR e seus pais participam da Diretoria da Comunidade Santa Catarina, da APROCAP - Associação de Produtores de Alto Paredão e do Clube de Mães. Segundo ele, na família, é o pai quem toma as decisões.

³Os valores de dívidas e poupanças são itens propostos pelo Centro no projeto de diversificação da propriedade. A maioria os indicou. Este é exceção.

O colégio mais próximo é a Escola Felipe Becker e fica a 1,2 km da residência. A principal atividade é o fumo. Alguns mantimentos, como feijão, batatinha, mandioca e batata doce, são plantados em lavouras diferentes, totalizando 0,5 ha. As verduras, chás e temperos são plantados na horta. Os produtos e insumos necessários são adquiridos na Empresa Fumageira *Alliance One*, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e na AFUBRA.

A **Jovem “P”**, única menina da turma de Alto Paredão, tem 17 anos e sua família é composta por oito pessoas. O pai e a mãe realizam os serviços mais pesados da propriedade. Moram em Alto Paredão há nove anos e o fumo sempre foi a atividade principal. A jovem ressalta que é o pai que toma as decisões na família. A propriedade tem 9 ha, dos quais 7,5 são utilizados para a produção de fumo. As cidades mais próximas são Boqueirão do Leão, a cerca de 30 km, e Santa Cruz do Sul, que se situa a 65 km.

O objetivo da família é diminuir a plantação de fumo e aumentar a diversificação. Os produtos são para o consumo próprio e de animais. O projeto da egressa consiste em substituir, gradualmente, o fumo. Conforme a jovem, a família não está “acostumada” com outras culturas e será um trabalho árduo convencer o pai, o qual agora *“já está dando mais valor para a horta”*.

O **Jovem “Q”**, 16 anos, mora em Alto Paredão, na “entrada Henn”. A propriedade possui 19,7 ha e o fumo é a principal atividade. A família é composta pelo pai, 46 anos, que cursou até a 3ª série; a mãe, 45, que cursou até a 4ª série; seu irmão, 23, 4ª série. A irmã, 25, que completou o ensino médio e o egresso, que estudou até a oitava série.

As atividades são distribuídas entre todos: seu pai “trabalha na lenha”, para secagem do fumo e na preparação das terras para plantio. A mãe trabalha na horta, capina no fumo e organiza a casa. O jovem também “lida” com lenha, coloca veneno nas lavouras, “puxa bola de fumo” e lavra a terra.

Para ele, é preciso *“colocar o projeto em prática e mostrar às outras pessoas que dá certo e que é possível ter mais qualidade de vida, com auto-sustentabilidade na agricultura”*. A escolha do projeto de hortifrutigranjeiros representa uma preocupação com a saúde da família e dos consumidores.

O **Jovem “R”**, 21 anos, reside em Alto Paredão. Com uma área total de 24 hectares, o sustento da família vem do fumo, que é vendido para a fumageira *Alliance One*. Pratica-se agricultura de subsistência.

A família é composta por seis pessoas: o pai, 52 anos, estudou até a 4ª série; a mãe, 49, estudou até a 5ª série, a tia, 55, também estudou até a 4ª série; o irmão, 22, que concluiu o ensino médio como técnico em agropecuária com habilitação em zootecnia e estagiou na Alemanha durante um ano. O egresso concluiu o ensino médio. Quem toma as decisões na família são o pai e a mãe. Todos trabalham na lavoura e na casa. Os serviços mais pesados são realizados pelo egresso, pelo pai e pelo irmão.

Em determinadas épocas, ocorrem problemas na mão-de-obra, pois o pai sofre de problema no nervo ciático e a mãe sofre de “tenossinovite” no braço esquerdo. O tempo de trabalho durante o ano é de 12 horas por dia. Permanecer no campo e produzir significa para o jovem garantir o sustento da família e “*viver em um lugar tranquilo, menos poluído do que na cidade*”.

O **Jovem “S”** tem 20 anos e a propriedade da família se localiza em Alto Paredão. A família possui três áreas de terra: na primeira encontra-se a residência, oito ha; a segunda, também com oito ha e a terceira, local onde plantam o fumo, tem 3,5 e ainda está sendo paga.

A comunidade mais próxima é São Nicolau, que fica a 4 km da propriedade. O produto comercializado é o fumo para uma empresa fumageira de Santa Cruz do Sul. Na região há rede telefônica residencial, com um sistema de ramal. A escola mais próxima é a Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto Barão do Triunfo. Um ônibus do colegial passa de segunda a sexta-feira, duas vezes ao dia. As estradas, em épocas de férias (dezembro a março), não se encontram boas, o que dificulta o escoamento da produção.

A família é constituída por quatro pessoas: a mãe, 39 anos, cursou até a 4ª série, o pai, 49, completou a 5ª série, a irmã, 8, cursando a 5ª série e o jovem, o qual concluiu a oitava série.

A mão de obra é realizada por três pessoas e as tarefas são divididas: a mãe cuida das hortas e mantimentos e o egresso e o pai trabalham na lavoura. Além disso, contratam mão-de-obra, durante o ano, para ajudar nos serviços da propriedade.

O pai trabalhou por três anos de pedreiro, mas devido a problemas financeiros voltou a plantar fumo devido ao bom preço que havia naquela época, cerca de 8 anos atrás.

Em relação ao fumo, é fornecida assistência técnica por um instrutor da empresa fumageira, pela AFUBRA e pela EMATER. Os insumos para a produção do fumo são comprados da empresa fumageira. Conforme o pesquisado, o clima vem variando a cada ano que passa, pois ocorrem secas, chuvas, enchentes, granizo, geadas, ventos, temperaturas extremas e erosão. Nas terras não é feita a conservação de solo, que significaria parar de lavrar a terra. Para reduzir um pouco o problema, estão, aos poucos, fazendo “plantio direto”, diminuindo os insumos e realizando, com a UNISC, análise de solo.

Após ver os altos e baixos da propriedade, a família está procurando diversificar mais, inclusive produzindo produtos orgânicos. A escolha de um projeto que envolve a apicultura foi feita pelo “gosto de trabalhar com abelhas”. O jovem revela que identificou grande demanda do produto e outros derivados do mel (polém, geléia real e própolis). A horticultura foi escolhida porque a mãe tem habilidade e interesse em trabalhar com verduras. A família já possui uma horta bem variada para o consumo próprio.

O **Jovem “T”** tem 17 anos. Segundo ele, seu pai “não tem estudo” e a mãe concluiu a 7ª série, bem como sua irmã. O irmão cursa a 5ª série e o outro a 6ª. O egresso concluiu a 8ª série. A família participa de missas, festas e jogos de futebol. Na propriedade, quem organiza as tarefas é o pai, “*com algumas idéias da mãe*”. Na lida diária é o pai que cuida da lavoura de fumo, os filhos preocupam-se com a criação de animais e a mãe trabalha nos afazeres domésticos e na horta.

A propriedade tem 18 ha. Além disso, são arrendados mais 10 ha devido ao relevo que impede a utilização de algumas áreas. A cidade mais próxima é Boqueirão do Leão, que fica a 12 km. As estradas são ruins por falta de cuidados da prefeitura. Na estrada principal circula um ônibus colegial todo dia, de manhã, ao meio dia e a tarde. A comunicação é feita apenas por telefone celular.

A principal fonte de renda é o fumo, que ocupa de 8 a 9 ha. Além da produção de fumo são produzidos mantimentos: mandioca, batata, abobrinha, abóbora, batata doce, verduras, feijão e arroz, em área que ocupa cerca de 2 a 3 ha. Essa produção é para a subsistência própria da família, algumas vezes algum produto é vendido ou dado.

A família pensa em diminuir o cultivo do fumo com o passar do tempo. Também pretende liquidar todas as dívidas com a empresa e ter uma subsistência que não seja o fumo. Na propriedade também criam gado, galinha, porcos, cabritos e patos. No futuro, *“juntamente com minha família pretendo ter uma propriedade bem diversificada, não sei se vai ser orgânica, mas pretendo torná-la bem alternativa”*.

O **Jovem “U”** tem 24 anos e concluiu o ensino médio. A família é composta por cinco pessoas: o pai, 50 anos, a mãe, 45, o irmão tem 21, e a irmã, 18. O pai e a mãe cursaram até a 5ª série do ensino fundamental. O egresso e seus irmãos concluíram o ensino médio.

Todos trabalham no fumo, milho, feijão e produtos para o consumo diário. Pelas “obrigações do lar”, as responsáveis são a mãe e a irmã. A colheita do mel, a derrubada da lenha para secagem do fumo e o trato dos animais são realizadas pelos filhos e pelo pai.

Relata participar de bailes e festas. Todos os membros da família atuam em entidades de classe. O informante é vice-tesoureiro do grupo de jovens: Força Jovem de Vila Serafim Schmidt (FORJOVES), a irmã é vice-presidente do grupo de jovens (FORJOVES). A mãe é tesoureira do clube de mães; o irmão participa do conselho fiscal do Sindicato e é jovem representante do município de Boqueirão do Leão e o pai é presidente da Associação da comunidade e participa do conselho fiscal da agricultura de Boqueirão do Leão, município próximo à localidade.

A propriedade familiar é constituída por 4 áreas, num total de 83,5 ha. O centro administrativo da propriedade está localizado em Vila Serafim Schimdt, cerca de três quilômetros da comunidade. Já as outras áreas estão localizadas em Alto Rio Pardinho a dois quilômetros da sede, outra em Macaco Branco a seis quilômetros e a última em “Colônia Picolli”, a 10 quilômetros da sede.

A família faz a venda dos produtos na propriedade e nos comércios locais: mel, ovos, carne, banha, melado, queijo. O fumo é vendido na íntegra para a *Universal Leaf Tabacos* de Santa Cruz do Sul. Já a compra de produtos para a alimentação, vestuário e outros são feitos nos mercados locais e na Associação Rural de Lajeado (ARLA). Os insumos são adquiridos em agropecuárias e na empresa fumageira.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental de Vila Serafim Schmidt está localizada a três quilômetros da residência. A condição das estradas é regular, mas quando chove muito, no inverno, dificulta à passagem de carros e ônibus. A família poucas vezes recebe assistência técnica (através do orientador agrícola da empresa *Universal Leaf Tabacos*).

O objetivo da família é diminuir a produção de fumo com o passar do tempo. Outro seria o pagamento da prestação da terra e a médio prazo conseguir um aumento da diversificação na propriedade. A longo prazo, torná-la auto-suficiente.

. Para o jovem, uma das deficiências é a falta de assistência técnica para os agricultores, feitas esporadicamente pelo orientador agrícola das fumageiras, sendo que *“o maior problema que o agricultor enfrenta é a falta de informação”*.

As dívidas da família aproximam-se de 26 mil reais: três mil reais ao PRONAF, 12 mil reais à empresa fumageira *Universal Leaf Tabacos* e um empréstimo de 8 mil reais para uma empresa particular. A família tem uma poupança no valor de 6 mil reais no banco SICREDI, em Boqueirão do Leão.

Para o Jovem “U”, *“o mais importante é que gosto muito de trabalhar no campo, onde este fator contou em muito para minha decisão. Vou participar do grupo de produtores para que haja uma sustentabilidade dos produtores, havendo com isso uma grande redução nos custos de produção”*.

Apêndice C – Questionário Sócio demográfico

Instruções para o preenchimento:
Fazer um x ao redor do número da alternativa correspondente, a não ser que haja outra indicação Se você não souber a resposta, marque N S (*Não sei*)

DATA: _____

INICIO: ___ h ___ min

1. Nome: _____

2. Endereço: _____

E-mail: _____

3. Localidade: _____

4. Há quanto tempo reside neste local?

5. A família é proprietária? () Sim () Não

6. Idade: _____ anos Sexo: () M () F

7. Escolaridade:

() Ensino fundamental

() ensino médio

() Superior

8. Estado civil: () Solteiro () casado () outro. Qual? _____

9. Possui filhos: () Sim . quantos: _____ () Não

10. Possui outras rendas familiares além da agricultura

() 1. Sim . que tipo de renda? _____

() 2. Não possui outras rendas

11. É proprietário de algum empreendimento ?

() 1. Sim, de que ? _____

() 2. Não

12. Você pratica uma religião?

() Sim

() 1. Diariamente

() 2. Semanalmente

() 3. Mensalmente

() 4. Ocasionalmente

() 5. Nunca

() Não

13. Atividade principal:

1. () Agricultor

2. () Comerciante

3. () Estudante

4. () Outra, Qual ? _____

14 . Área total da propriedade da família: _____ ha

15. O pai é proprietário? _____

16. Função (finalidade) da propriedade:

() 1. Produção para o comércio

- () 2. Moradia / Subsistência
 () 3. Produção para comercio + moradia/subsistência
 () 4 Outra, qual: _____

17. Pretende mudar de atividade

- () 1. Sim, porquê: _____

- () 2. Não

18. Uso da propriedade

- () 1. Uso agrícola
 () 2. Uso não agrícola. Quais atividades? _____

19. O acesso é por estrada:

- () 1. Asfaltada
 () 2. Ensaibrada e mantida pela prefeitura
 () 3. Não ensaibrada, mantida pela prefeitura
 () 4. Outra. Qual: _____

20. Na casa há:

- () 1. Água encanada () 8. Máquina de lavar roupa
 () 2. Luz elétrica () 9. Televisor
 () 3. Antena parabólica () 10. Geladeira
 () 4. Automóvel () 11. Freezer
 () 5. Moto () 12. Fogão a gás
 () 6. Telefone residencial () 13. DVD
 () 7. Telefone celular () 14.. Rádio

21. O tipo da casa é:

- a. Tipo: ___ a. Madeira; ___ b. Alvenaria; ___ c. Mista
 b. Ano de construção da casa: _____

22. Outros membros da unidade familiar residentes na propriedade, a começar pelos mais velhos:

Nome	Sexo	Idade	Local de trabalho	Parentesco: Pai/ mãe, irmãos, outros	Pai/ avós, filho,

23. Para se informar utiliza preferencialmente:

- () Lê revistas semanais ou mensais. Quais? _____
 () Lê revistas especializadas. Quais? _____
 () Escuta Rádio. Qual? _____
 () Assiste televisão. Quais os programas? _____
 () Participa de reuniões, palestras
 () Internet

26. Participação em atividades comunitárias

Participa das seguintes atividades:	Sempre	às vezes	Nunca
De reuniões do Sindicato			
De reuniões da Associação			
Reuniões da Comunidade			
Campanhas políticas			
Atividades/reuniões da Igreja			
Reuniões da Escola			

27. Sua família, ou você, é produtor integrado (por contrato)?

 1. Sim:

Em que produto(s)? Há quanto tempo? _____

1. Fumo _____ anos e/ou _____ meses

2. Outros, quais _____

3. Gostaria de ter integração em outro produto? Qual _____

 2. Não

28. Gostaria de ser integrado?

1. Sim.2. Não gostaria de ser integrado

29. Qual a melhor forma de contato com você pra agendamento de uma entrevista em março/2007, na sua residência? _____

TÉRMINO ÀS: ___h ___ min

LOCAL DA ENTREVISTA: _____

DATA: _____

NOME PESQUISADOR: _____

Apêndice D – Roteiro Técnica Associação Livre de Palavras

DATA: _____

INICIO: ____ h ____ min

- Quais são as três primeiras palavras que lhe vem à cabeça quando você ouve a palavra “agricultor”

- Quais são as três primeiras palavras que lhe vem à cabeça quando você ouve a palavra “empreendedorismo”

Apêndice E – Roteiro Entrevista em Profundidade

DATA: _____
INICIO: ____ h ____ min

Sobre o jovem egresso

- Que músicas gosta de ouvir
- Onde gosta de ir (lazer, cultura), o que gosta de fazer nas horas livres
- Que tipo de livros gosta de ler
- Fale sobre suas características: positivas, negativas, dificuldades, medos, perspectivas futuras
- Gosta de ir para a cidade? Vai regularmente? Qual a distância da cidade mais próxima?

Fale sobre a sua família

- Como viviam seus antepassados?
- Quais suas atividades? Qual suas profissões?
- No caso da atividade estar ligada ao fumo, para que fumageira a sua família vende fumo? Tem tido lucro? qual a sua opinião sobre a fumageira? E a plantação de fumo em folha?
- O que seus pais desejam para o seu futuro?
- Você tem algo em comum com seus pais?

Sobre seus amigos

- O que vocês têm em comum? A relação mudou após a entrada no CEDEJOR?
- Você ainda mantém contato com eles? Regularmente?

Sobre o CEDEJOR

- Você é o primeiro da família a entrar no CEDEJOR?
- Porque você decidiu entrar no processo seletivo para o CEDEJOR?
- Teve apoio da sua família?
- Quais as características que acredita que o ajudaram a ser selecionado?
- Foi uma experiência interessante?
- O seu projeto trata sobre o que? Você acha que ele é aplicável? Em quanto tempo? O que você acha primordial para sua realização?
- Você acha que o CEDEJOR contribuiu para desenvolvimento pessoal? Como?
- Pretende continuar estudando? Que curso? Porquê?
- Você acha que hoje tem condições de contribuir para o desenvolvimento da propriedade?

- De que forma acredita que pode contribuir para o desenvolvimento local?
- Para você o que é desenvolvimento local? territorial? Sustentável?
- Você se sente preparado para o mercado de trabalho? No campo ou na cidade?
- Algo mudou em você após a passagem pelo CEDEJOR? O quê?
- Durante o curso, quais os livros que você mais gostou? Revistas?
- O que achou da pedagogia de ensino? O que faltou?
- E os educadores?
- O que você mais gostou? O que mais chamou atenção durante esses dois anos?
- Quais os conceitos que mais emprega hoje?
- Se tivesse algumas economias, utilizaria para:
- Quais as duas principais dificuldades ou necessidades que você tem

1. _____

2. _____

- Na sua opinião, a situação econômica dos agricultores do Vale do Rio Pardo hoje é
 - () 1. boa
 - () 2. média
 - () 3. Ruim
 - () 4. Não Sabe

Sobre a cidade e o campo

- Comparando com pessoas que moram na cidade as _____ condições de saúde aqui são melhores, piores, a mesma coisa ou não sabe?

E lazer? Educação? Transporte? Segurança ? cultura? Oportunidades de crescimento (renda)?

- Se você puder optar, prefere permanecer no campo ou ir para a cidade? Porquê?
- Para ser bem sucedido na atividade de agricultor, o que você acha importante?
- E para um empreendedor, quais as principais características para que você seja bem sucedido

TÉRMINO ÀS: ___h ___ min

Apêndice F – Termo de Responsabilidade e Autorização de Veiculação de Informação e Imagem

Eu, _____(nome por extenso e em letra de forma) declaro conhecer o projeto de pesquisa AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDORISMO: UM ESTUDO SOBRE OS JOVENS RURAIS NOS VALES DO RIO PARDO E TAQUARI, veiculado ao PGDR/UFRGS. Autorizo ainda a utilização, para fins acadêmicos, das imagens fotográficas de minha autoria, bem como de minha imagem.

Estudo acadêmico “AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDORISMO: UM ESTUDO SOBRE OS JOVENS RURAIS NOS VALES DO RIO PARDO E TAQUARI”

Nome do entrevistado/fotógrafo/representante legal

Endereço completo

Telefones

Carteira de Identidade

CPF

Assinatura

Assinatura:

Rio Pardo, de de 2007.

Apêndice G – Instruções para Utilização da Máquina Fotográfica

1. Escolha um objeto, pessoal ou paisagem segundo os seguintes temas no quadro abaixo.
2. Distância mínima do objeto, paisagem ou pessoa a ser fotografado: 1,20 m.
3. Quadro para anotações das imagens fotográficas

<i>Temas</i>	Data da captação da imagem	Local	Título da fotografia
1. Eu			
2. Minha Família			
3. Onde trabalho			
4. Onde moro			
5. Onde durmo			
6. Onde faço minhas refeições			
7. O que mais gosto de fazer			
8. O que menos gosto de fazer			
9. Onde descanso			
10. Lazer preferido			
Tema livre a			
Tema livre b			
Tema livre c			
Tema livre d			
Tema livre e			
Tema livre f			
Tema livre g			
Tema livre h			
Tema livre i			
Tema livre j			
Tema livre k			
Tema livre l			
Tema livre m			
Tema livre n			
Tema livre o			
Tema livre p			
Tema livre q			

4. Após a revelação dos negativos, serão entregues cópias para os autores das fotografias.
5. As máquinas serão recolhidas em 30 (trinta) dias (09/04/2007).

Qualquer dúvida, favor entrar em contato:

e-mail: carlise.schneider@ufrgs.br

51 9317-7661

Carlise Schneider

Mestranda em Desenvolvimento Rural , Universidade Federal do Rio Grande do Sul

– www.ufrgs.br/pgdr e integrante do Núcleo de Fotografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – www.ufrgs.br/fotografia

Anexo A – Estrutura dos Projetos de Diversificação da Propriedade

- Título
- Dados do município

Dados do município
 Dados da localidade
 Dados da economia local
 Dados da Unidade de Produção Familiar (UPF)

- diagnóstico da UPF

Histórico da propriedade e dados da família

Relevo
 Recursos hídricos e tipo de solo
 Descrição do uso atual da propriedade
 Croqui da propriedade
 Áreas de cultivos
 Recursos físicos da propriedade
 Produção da propriedade
 Benfeitorias
 Máquinas
 Equipamentos e utensílios
 Animais, Recursos financeiros
 Disponibilidade de capital de giro
 Dívidas e créditos
 Produto estocado
 Canais de comercialização
 Balanço patrimonial
 Fluxo de caixa anual de 2006
 Potencial da UPF

Engenharia do Projeto/Apresentação do projeto

Tema
 Local de realização
 Objetivos gerais
 Objetivos específicos
 Justificativa
 Metas
 - Estudo de mercado
 Mercado Consumidor
 Mercado fornecedor
 Mercado Concorrente
 Estratégias de ação

- Descrição das tecnologias
- Tecnologias
 Estimativas de custos, produção e produtividade.
 Risco da atividade

- Análise financeira

Orçamento:

Fluxo de caixa global do projeto

- Análise das viabilidades

Viabilidade técnica

Viabilidade econômica e financeira

Viabilidade ambiental

Viabilidade social

Redes e parcerias

- Cronograma de implantação do projeto

- Conclusão

Anexo B – “Cria enjeitada”, de João Chagas Leite

Não tenho pressa e nem penso em ter mais pressa
Vou no meu tranco como boi na verga vai
Esse meu jeito meio rude falquejado
Herdei da vida e um pouco de meu pai
Trago lembranças das grandes matarias
Das águas puras e das sangas sossegadas
Dos vales férteis das serras e dos campos
Da natureza que era ainda respeitada
E sinto cheiro de terra após a chuva
E tantas flores perfumando sem cobrar
Do pão de forno, do apoio e da canjica
Da pitanga, da tuna e do araçá
E há em mim uma saudade latejando
Vozes de pássaros pedindo pra cantar
Gritos de bichos, sementes pequeninas
A espera de que possam germinar
Hoje a ambição fez pousada à minha volta
Plantou desertos em sementes traiçoeiras
Cria enjeitada do progresso que importamos
Batendo palmas a ganâncias estrangeiras
Só temos pressa, e mais pressa pra ter pressa
Receita louca que inventamos pra morrer
De neuroses e calmantes pesticidas
Matando a vida que esta doida pra viver

Anexo C - O futuro já chegou à pequena propriedade

Jornal "A Gazeta do Sul"

ANO 61 - Nº 154 - Santa Cruz do Sul - segunda-feira, 25 de julho de 2005

O futuro já chegou à pequena propriedade

Como uma pequena empresa. É assim que uma propriedade rural deve ser encarada no século 21. O conceito criado pela Souza Cruz em 1998 dizia respeito à propriedade no ano 2000. Porém, não perdeu atualidade com a virada do milênio. Quando colocado em prática, todos saem ganhando: empresa, fumicultor e natureza.

Este ideal se concretiza em diversos programas, conforme explicam o gerente de assuntos corporativos, Flávio Marques Goulart, e o gerente regional de produção, Marcos Salvadego. Entre eles, o Plano Diretor de Solos, que orienta para a utilização total e racional dos recursos da pequena propriedade, de modo a perpetuar o potencial produtivo, preservar o meio ambiente e garantir auto-suficiência e qualidade de vida ao agricultor.

O Manejo Integrado de Pragas e Doenças também está sob este guarda-chuva. Foi ele que permitiu, na produção de tabaco, a redução da quantidade de ingrediente ativo por hectare a 1,1 quilo. Aliás, a cultura do fumo é uma das que menos utiliza agroquímicos.

O incentivo ao plantio de milho e feijão após a safra de tabaco também faz parte deste contexto. Além de preservar o solo, esta prática possibilita uma renda extra ao produtor e é um importante insumo à criação de animais. Ainda é condição indispensável à propriedade do século 21 o reflorestamento.

Goulart explica que, quando a Souza Cruz decidiu levar este conceito ao campo, toda a equipe técnica da empresa passou por um treinamento especial. Já os produtores participaram de diversos seminários. Quanto à aceitação destes princípios pelo trabalhador rural, o gerente explica que eles estão totalmente alinhados como o objetivo do fumicultor de obter mais produtividade e renda.

Hoje, a companhia tem muitos produtores integrados totalmente comprometidos com este ideal. Os que ainda não atingiram o modelo estão bem encaminhados. E a pesquisa de práticas que dêem mais rentabilidade e qualidade de vida a estas pessoas não pára.

Anexo D – Fumo: o começo de tudo, Jornal “A Gazeta do Sul”

ANO 64 - Nº 1067 - Santa Cruz do Sul - terça-feira, 01 de julho de 2008

Fumo, o começo de tudo

Quando a Souza Cruz se instalou na cidade, em 1918, provavelmente os moradores de Santa Cruz não conseguiam vislumbrar a revolução que estava por vir. O tabaco, que já era a base da economia da região, seria responsável pela transformação de um pequeno município em maior pólo da indústria fumageira do mundo.

A Souza Cruz, que naquela época se chamava Cia. Brasileira de Fumo em Folha e já pertencia à Brazilian Tobacco Corporation (BAT), se instalou nos altos da Rua Carlos Trein Filho, em local que acabou denominado Bairro dos Americanos. Logo mostrou a que veio. Construiu escritórios, galpões, uma casa inglesa para acomodar os funcionários de fora e reunir o staff na hora do chá, mais uma cancha de tênis, ao lado da casa inglesa. “E eu descobri que era o único lugar liso na cidade para andar de patins e não saía de lá”, conta Moina Fairon Rech, filha do responsável pelos escritórios da empresa, o inglês Patrick Joseph Fairon, chegado em 1922. “O mais irônico disso tudo é que a maioria dos americanos, como eram chamados, eram, na verdade, ingleses”, revela. De fato, só eram americanos o agrônomo Joe Cecil Hart, que trouxe o projeto dos secadores de fumo usados até hoje, e o Tanskerley. Vários ingleses residiam por ali, nas redondezas, e se entrosavam com a comunidade como se daqui fossem. Mister Nias (lê-se Nais), que era diretor de fábrica, ao falecer deixou em testamento dez mil libras esterlinas para obras assistenciais. Ele era muito bem organizado: instituiu a sirene de entrada e saída da fábrica. O relógio era acertado pelo observatório de Greenwich. Na vizinhança, ninguém usava relógio. Todos se baseavam pela sirene de Mister Nias.

Moina conta o que ouviu do pai sobre a escolha da cidade que sediaría a companhia. “Mister Lies, encarregado geral da usina, veio com a função de decidir entre Rio Pardo e Santa Cruz. Uma tinha o rio e o trem. A outra, tinha os produtores e algumas fábricas. Acabou optando pela segunda.” Mas pesquisas em outras fontes revelam ainda uma nova versão para a referida escolha. Uma certa resistência dos grandes fazendeiros de Rio Pardo poderia ter influenciado na opção final. Conta-se que esses temiam perder os peões para a fábrica.

Moina, nascida em 1931, retrata o cenário fumageiro que conheceu: “Havia uma fumageira Torres, na Rua Ramiro Barcelos, outra beneficiadora na Rua Carlos Trein Filho, a Kliemann e os Tatsch. A Souza Cruz foi para um local mais afastado porque planejava crescer muito”, explica. E cresceu, assim como as outras.